**Universidade de São Paulo
Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”**

**Evolução da estrutura de mercado bancário e de crédito do Brasil no período
de 2001 a 2007**

Tiago Mayoral Ercolin

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em
Ciências. Área de concentração: Economia Aplicada

**Piracicaba
2009**

Tiago Mayoral Ercolin
Bacharel em Ciências Econômicas

Evolução da estrutura de mercado bancário e de crédito do Brasil no período de 2001 a 2007

Orientador:
Prof. Dr. **ROBERTO ARRUDA DE SOUZA LIMA**

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em
Ciências. Área de concentração: Economia Aplicada

Piracicaba
2009

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
DIVISÃO DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO - ESALQ/USP**

Ercolin, Tiago Mayoral

Evolução da estrutura de mercado bancário e de crédito do Brasil no período de
2001 a 2007 / Tiago Mayoral Ercolin. - - Piracicaba, 2009.
145 p. : il.

Dissertação (Mestrado) - - Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", 2009.
Bibliografia.

1. Bancos - Brasil 2. Crédito bancário 3. Economia industrial I. Título

CDD 332.1
E65e

"Permitida a cópia total ou parcial deste documento, desde que citada a fonte – O autor"

*À Carolina Yuri Nakamura por ter sido fundamental
na possibilidade desse trabalho ser realizado,*

DEDICO

AGRADECIMENTOS

A minha família, que contribuiu desde o início para que eu tivesse a oportunidade de realizar este trabalho.

Aos funcionários do LES, Helena, Álvaro e Maielli, esta reconhecida por todos os alunos por sua competência profissional.

A CAPES, pelo auxílio financeiro concedido através de bolsa de estudo durante o curso.

Ao corpo docente do Departamento de Economia, Administração e Sociologia Rural da ESALQ, em especial aos professores: Pedro Mello, Humberto Spolador, Márcia Azanha, Rodolfo Hoffmann.

Ao professor e orientador Roberto Arruda de Souza Lima, pelos ensinamentos e pela forma acessível de tratar seus alunos, dando-lhes liberdade de expressar suas opiniões.

Ao Banco Central do Brasil, representado pelo Sr. Carlos Tadeu Pimenta, que disponibilizou os dados necessários para realização desse trabalho.

Ao aluno de graduação Diogo Selingardi, pelo auxílio na organização dos dados.

Enfim, a todas as amizades feitas no curso de mestrado, as quais considero tão importantes quanto este trabalho.

SUMÁRIO

RESUMO	9
ABSTRACT	11
LISTA DE FIGURAS	13
LISTA DE TABELAS	15
1 INTRODUÇÃO.....	17
1.1 Objetivo	19
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	21
2.1 Plano Real e seus desdobramentos no setor bancário brasileiro	21
2.2 Bancos estrangeiros no Brasil	27
2.3 O setor bancário brasileiro e seu posicionamento no mercado internacional.....	30
2.4 Importância dos bancos e do crédito bancário no Brasil.....	34
2.5 Considerações sobre a concentração de mercado do setor bancário no Brasil.....	38
2.5.1 Síntese dos índices de concentração abordados pela literatura	38
2.5.2 Estudos sobre concentração bancária no Brasil.....	40
2.6 Análise teórica do mercado de crédito	53
2.6.1 Análise teórica do mercado de crédito rural no Brasil	54
2.7 Competição e estabilidade no setor bancário	62
3 METODOLOGIA.....	65
3.1 Fonte dos dados: Plano Contábil das Instituições Financeiras do Brasil - Cosif	65
3.2 Definição de mercado relevante	69
3.2.1 Aplicação da definição de mercado relevante para o mercado bancário e de crédito	70
3.3 Medida de concentração industrial: índice Herfindahl-Hirschmann - HHI	73
3.4 Índice T de Theil: origem e aplicações.....	75
3.4.1 Desigualdade e Teoria da Informação	75
3.4.2 Índice T de Theil.....	78
3.5 Aplicação dos índices HHI e T de Theil para os mercados bancário e de crédito.....	83
4 RESULTADOS	87
4.1 Resultados para o mercado bancário brasileiro	89
4.2 Resultados para o mercado de crédito brasileiro	100

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
REFERÊNCIAS.....	117
ANEXOS	125

RESUMO

Evolução da estrutura de mercado bancário e de crédito do Brasil no período de 2001 a 2007

Com a implantação do Plano Real em julho de 1994, o setor bancário brasileiro se deparou com o fim das receitas de *floating* que eram obtidas através de um ambiente inflacionário. Apesar das adaptações operacionais na busca por novas fontes de receitas, a redução no número de bancos no país foi uma das conseqüências mais notáveis, sendo que este processo teve incentivo até mesmo do governo (federal e estadual) através de programas como Proer e Proes. Aliado a isso, as altas taxas de juros cobradas sobre empréstimos, os elevados *spreads*, os significativos reajustes das tarifas de serviços, o escasso crédito e os altos lucros do setor, fizeram surgir conjecturas sobre o grau de concentração e poder de mercado dos bancos no Brasil. Contudo, a maioria dos estudos sobre a estrutura de mercado do setor bancário no país não indicaram estruturas extremas (oligopólio ou concorrência perfeita), sendo que em vários trabalhos o mercado de crédito se tornou menos concentrado de 1995 até começo da década seguinte, mas não se chegando ao consenso sobre a situação do mercado bancário no país. Além do que, os trabalhos apresentados na revisão bibliográfica utilizaram em sua maioria variáveis como ativo, patrimônio líquido, crédito e depósito para o cálculo do grau de concentração de mercado, sendo que dessa forma os bancos possuiriam o mesmos focos de atuação. A partir disso, o presente trabalho visa atualizar essa temática, tendo como referência o período de 2001 a 2007. Utilizando-se das divisões e subdivisões das contas do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – Cosif, procurou-se mensurar o grau de concentração e desigualdade das rendas obtidas por cada instituição, agrupadas em contas do mercado bancário e de crédito, através dos Índices Herfindahl-Hirschmann - HHI e *T* de Theil respectivamente. Adotando essa abordagem, procurou-se considerar que nem todas as instituições financeiras atuam com a mesma intensidade em todos os segmentos de mercado e são concorrentes entre si. Os resultados obtidos por este estudo mostraram que o mercado bancário brasileiro, quando considerado separadamente por contas, apresentou diferentes graus e distintas evoluções de concentração e desigualdade das rendas. Destacando-se o mercado de crédito, que quando subdividido, além de já apresentar-se concentrado no ano de 2001 na grande maioria de suas contas, mostrou crescimento do grau de concentração e de desigualdade no período 2001-2007.

Palavras-chave: Estrutura de mercado; Mercado bancário; Mercado de crédito; Índice Herfindahl-Hirschmann - HHI; Índice *T* de Theil

ABSTRACT

Evolution of credit and banking market structures in Brazil from 2001 to 2007

Following the implementation of the Plano Real in July 1994, the banking system in Brazil was deprived of income derived from *floating* which was obtained through a highly-inflated environment. In spite of the operational adaptations aiming at alternative income sources, the reduction of the number of banks in Brazil was one of the most noteworthy consequences, once this process even received incentives from the government through programs such as Poer and Proes. Moreover, high interest rates applied to loans, elevated *spreads*, significant rises of service rates, credit scarcity and high profits of the sector, generated conjectures regarding levels of income concentration and market power of banks in Brazil. However, most studies on banking market structure in the country did not show extreme structures (oligopoly or perfect competition scenario), once several works on credit market became less concentrated from 1995 up until early 2000's; nevertheless, a consensus on the banking market situation was not reached. Besides, research studies cited in the bibliographic reference utilized variables such as assets, net equities, credit and deposit for calculating the level of market concentration, which means that, in this case, all banks had the same market focus. Based on this context, this study aims to update the issue, having as reference the period from 2001 to 2007. By using the divisions and sub-divisions of accounts from Cosif – Financial Institutions Accounting Plan, it aimed to measure the level of income concentration and unbalance for each institution clustered according to banking market and credit accounts, through Indexes Herfindahl-Hirschmann - HHI and T of Theil, respectively. In adopting this approach, it was attempted to consider that in all market segments are competitors among one another. Results show that the Brazilian banking market, whenever analyzed separately in terms of accounts, presented different levels and distinct evolutions of income concentration and disparity. Focusing on the credit market, which, when individually considered, besides presenting itself concentrated in 2001, in most of its accounts, showed increase in the level of income concentration and disparity in the period between 2001-2007.

Keywords: Market structure; Banking market; Credit market; Herfindahl-Hirschmann index - HHI; T –Theil index

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Brasil: Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, preços livres, var (% ao mês) jan./1992 a jan./2008	22
Figura 2 – Brasil: número de bancos (1994-2007)	23
Quadro 3 – Brasil: principais aquisições bancárias incentivadas pelo Proer	25
Figura 3 – Brasil: presença de bancos comerciais, de desenvolvimento, agências de fomento estaduais no início da década de 1990 e no final de 2002.....	26
Figura 4 – Brasil: lucro líquido total dos maiores bancos ⁽¹⁾ e das maiores empresas ⁽²⁾ 2004-2007 (IGP-DI índice médio anual – valores constantes em R\$ de 2007)	32
Figura 5 – Brasil: evolução mensal do volume real de crédito entre 2000 e 2007	37
Figura 6 – Divisões das receitas operacionais do Cosif	66
Figura 7 – Brasil: número de instituições financeiras que tiveram suas rendas de 2001 a 2007 informadas pelo Banco Central do Brasil	87
Figura 8 – Brasil: receita operacional total do mercado bancário entre 2001 e 2007 (valores constantes em R\$ 2007)	88
Figura 9 – Índice HHI das receitas do mercado bancário brasileiro entre 2001 a 2007	89
Figura 10 – Índice T de Theil calculado e índice T de Theil máximo para o mercado bancário brasileiro, 2001 a 2007	94
Figura 11 – Participação (%) das desigualdades intergrupos e intragrupos no índice T de Theil para o mercado bancário brasileiro, 2001 a 2007	95
Figura 12 – Brasil: evolução do índice HHI e da relação (índice T de Theil calculado/ índice T de Theil máximo) para o mercado de leasing, 2001 a 2007	98
Figura 13 – Brasil: evolução do índice HHI e da relação (índice T de Theil calculado/índice T de Theil máximo) para o mercado de crédito, 2001 a 2007.....	99

Figura 14 – Número de instituições financeiras que obtiveram rendas de operações de crédito e total dessas rendas auferidas no Brasil, 2001 a 2007 (valores constantes em R\$ 2007)	100
Figura 15 – Brasil: índice T de Theil calculado e índice T de Theil máximo possível para o mercado de crédito entre 2001 a 2007	106
Figura 16 – Brasil: participação (%) das desigualdades intergrupos e intragrupos no índice T de Theil para o mercado de crédito, 2001-2007	107

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Brasil: evolução temporal do número de bancos por tipo de controle (1995-2003)	40
Tabela 2 – Brasil: evolução dos índices de concentração em depósitos – 12/1995 a 06/2004	41
Tabela 3 – Brasil: evolução dos índices de concentração em crédito – 12/1995 a 06/2004	41
Tabela 4 – Brasil: evolução dos índices de concentração em ativos – 12/1995 a 06/2004	42
Tabela 5 – Brasil: HHI para o mercado bancário (por grupos de contas) entre 2001 e 2007	90
Tabela 6 – Índice T de Theil para o mercado bancário brasileiro entre 2001 a 2007	93
Tabela 7 – Brasil: índice T de Theil para o mercado bancário (por grupos de conta) entre 2001 a 2007	96
Tabela 8 – Brasil: relação (índice T de Theil calculado/índice T de Theil máximo possível) em (%) para as contas do mercado bancário brasileiro entre 2001 a 2007	96
Tabela 9 – Brasil: HHI para as contas de <i>crédito: adiantamentos, consumo, exterior e governo federal</i>	103
Tabela 10 – Brasil: HHI para as contas de <i>crédito: imobiliário, infraestrutura, rural e agroindustrial e tesouraria</i>	104
Tabela 11 – Desigualdade intergrupos e intragrupos no mercado de crédito brasileiro de 2001 a 2007	105
Tabela 12 – Brasil: Relação (índice T de Theil calculado/índice T de Theil máximo possível) em (%) para as contas do mercado de crédito brasileiro entre 2001 a 2007	108

1 INTRODUÇÃO

A economia brasileira passou por grandes turbulências no decorrer da década de 80 e início dos anos 90, representadas por gastos públicos descontrolados, recessão econômica e alta inflação; sendo que esta última foi a mais combatida dentre as três na época.

Vários planos de estabilização monetária fracassaram até o lançamento do Plano Real em julho de 1994; a partir daí a taxa de inflação brasileira decresceu e começou-se a fazer um controle rigoroso através de medidas como as metas de inflação.

Dentro deste cenário de alta de preços e posteriormente de queda e controle da taxa de inflação brasileira, diversas modificações no setor bancário brasileiro ocorreram. Inicialmente, o processo de estabilização monetária foi conturbado para o setor de bancos no país; acontecimentos como a entrada de bancos estrangeiros, programas de reestruturação das dívidas dos bancos, programas de redução do número de bancos estaduais, além de diversas falências, fusões e aquisições contribuíram para uma nova dinâmica do setor no Brasil. Apesar desses acontecimentos iniciais, o setor bancário adaptou-se rapidamente ao novo cenário de baixa inflação, diversificando suas receitas, que antes eram obtidas majoritariamente através de receitas inflacionárias (*floating*)¹.

A percepção geral (divulgada em jornais e revistas especializadas) de ganho fácil dos bancos, ganhou força no Brasil, com a periódica divulgação dos elevados lucros do setor e os altos *spreads* existentes. Do ponto de vista científico, os excelentes resultados financeiros que os bancos no Brasil obtêm há mais de uma década intrigou diversos estudiosos da área de concentração de mercado, assim surgindo diversos trabalhos sobre o setor.

Porém, segundo Nakane (2003), estudos existentes sobre a indústria bancária no Brasil procuraram mensurar a estrutura e o poder de mercado dos bancos sem levar em consideração que estes possuem certas particularidades que os distinguem de outros setores da economia. Uma das características mais importantes do setor são as assimetrias de informações presentes no mercado crédito, pois estas podem gerar um fenômeno de obtenção de poder de mercado ligado à

¹ Segundo Paula e Marques (2006), a prática foi mais conhecida no mercado como ganhos de *float*, onde os bancos mantinham os saldos não-remunerados nos seus passivos, que aplicados em títulos públicos indexados rendiam algo próximo da correção monetária. Além do que, acrescentam que os *spreads* bancários (receita financeira de aplicação – despesa de captação) eram bem altos naquele período.

obtenção de rendas informacionais, sendo que estas podem ser representadas pelas práticas de fidelização do cliente, que geram altos custos de transferências (*switching costs*).

A literatura sobre fidelização do cliente (*customer relationships*) em mercados bancários sugere que um banco tem uma vantagem sobre seus concorrentes porque, ao emprestar para seus clientes, o mesmo sabe mais a respeito das características dos mesmos que seus rivais. Esta vantagem informacional do banco traduz-se em poder de mercado temporário *ex post* mesmo quando os bancos são competitivos *ex ante*, com os bancos capturando parte de rendas informacionais sobre seus clientes [Sharpe (1990)]. A seleção adversa faz com que os melhores clientes acabem sendo “informacionalmente capturados” pelos bancos, criando altos custos de transferência. Ou seja, não é possível para um banco fazer ofertas para atrair os melhores clientes de seu rival sem, ao mesmo tempo, também atrair os de pior qualidade (NAKANE, 2003, p. 10).

Para o autor, modalidades de crédito como cheque especial para pessoas físicas e conta garantida para pessoas jurídicas são exemplos de contas que geram situações nas quais os clientes possuem dificuldade em se deslocarem para outras instituições bancárias, devido à dificuldade de transferir a outra instituição seu histórico cadastral e reputação (*switching costs*), assim gerando uma elevada taxa de juros a ser cobrada sobre o crédito concedido. Além do que, a taxa de juros é segundo Stiglitz e Greenwald (2004) diferente dos preços convencionais, pois representa uma promessa de pagar certa quantia no futuro, podendo gerar inadimplentes, razão para a qual, se faz jus determinar o mérito de se obter crédito.

Assim, vários são os elementos que distinguem o setor bancário de outros setores da economia, e que devem ser levados em consideração em estudos sobre economia bancária, incluindo o seu principal produto, o crédito. O fornecimento de crédito envolve informações específicas contidas dentro de algumas instituições bancárias sobre uma determinada empresa. Ou seja, cada empréstimo é muito diferente de outro empréstimo. Assim, há custos irrecuperáveis associados à aquisição dessas informações, e provavelmente existirá um ou no máximo poucos bancos no mercado para oferecer empréstimos a qualquer empresa particular, principalmente se a mesma for pequena ou média (STIGLITZ; GREENWALD, 2004) ².

Seguindo essa mesma idéia, para Ferreira e Farina (2005) existem nichos de atuação no mercado de crédito brasileiro, devido à necessidade de monitoramento dos empréstimos, e onde os bancos podem se proteger da concorrência. Além do que, com o surgimento dos bancos

² A afirmação de Stiglitz e Greenwald (2004) pode ser considerada para a maioria dos casos, ou seja, não significa que um banco deixará de fornecer crédito para uma empresa que não pertence a sua agenda de clientes habituais, pois nesse caso, o banco compensa os maiores risco na concessão do empréstimo ou financiamento, com uma maior taxa de juros a ser cobrada.

múltiplos em 1988, e o advento de uma regulação mais branda para o setor bancário a partir da década 90, os bancos do país obtiveram liberdade para desenharem novos produtos e definirem seus escopos de mercado.

1.1 Objetivo

Apesar da diversidade de trabalhos realizados em relação ao setor bancário, e que serão apresentados no capítulo revisão bibliográfica, ainda não se chegou a um consenso sobre a estrutura de mercado bancário após a estabilização monetária iniciada em 1994. A partir da idéia exposta de que os bancos procuram se focar ou serem mais voltados para certos segmentos de mercado, o presente trabalho considerará, como Rocha (2001)³, o mercado bancário multi-produtos, coexistindo vários mercados praticamente distintos, onde os bancos não atuam da mesma forma ou com a mesma intensidade em todos eles. Assim, o objetivo do presente estudo será apresentar a evolução da estrutura de mercado bancário e de crédito entre 2001 e 2007, e para isso serão mensurados os graus de concentração e desigualdade utilizando-se de contas específicas de cada mercado, as quais são definidas conforme critérios do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - Cosif, organizado pelo Banco Central do Brasil. Primeiramente se considerará o mercado bancário como um todo, e após o mesmo segmentado em contas (ou grupos), já as mensurações no mercado de crédito serão realizadas subdividindo-o em suas principais contas⁴.

Portanto, além dos valores das mensurações (concentração e desigualdade) e suas evoluções no período considerado pertencerem ao escopo desse trabalho, a apresentação das diferenças nas mesmas quando se considera o mercado como um todo e quando se considera o mercado segmentado em contas será também uma contribuição do presente trabalho. Já o período de análise entre 2001 a 2007 proporciona uma atualização a temática, que ganhou maior relevância e que vem sendo bastante discutida desde as reformulações do sistema bancário (pós-Plano Real), mas que ainda está amplamente aberta para novas contribuições.

³ Trabalho do autor será visto com mais detalhes na revisão bibliográfica.

⁴ Maiores detalhes serão apresentados no capítulo metodologia.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Este capítulo apresenta sete seções, O item 2.1 apresenta as consequências do Plano Real no setor bancário brasileiro. Em 2.2 é abordada a entrada de bancos estrangeiros no Brasil e em 2.3 são comparados alguns resultados financeiros dos bancos no país com outras empresas, além de situar o setor bancário brasileiro no mercado internacional. O item 2.4 realça a importância dos bancos e do seu principal produto, o crédito. Já o item 2.5 é subdividido em 2.5.1 onde se fez uma breve descrição dos índices de concentração utilizados em alguns estudos citados e em 2.5.2 onde são apresentados alguns estudos sobre concentração bancária no Brasil. Com a finalidade de apresentar as particularidades existentes no mercado de crédito, é feita uma breve exposição na seção 2.6, sendo que a análise teórica é especificada para o mercado de crédito rural em 2.6.1. Por fim, em 2.7 serão apresentados alguns tópicos do debate existente sobre competição e estabilidade no setor bancário.

2.1 Plano Real e seus desdobramentos no setor bancário brasileiro

O período em que pela primeira vez a discussão sobre o grau de concentração de mercado e competição do setor de bancos no Brasil ganhou relevância foi 1964-1976. Anteriormente a este período, o Brasil passava por uma fase de conturbação política e econômica, que chegou ao ápice com a renúncia do presidente Jânio Quadros e o fracasso do Plano Trienal.

Dentre as várias dificuldades enfrentadas pela economia brasileira, havia o descontrole dos gastos públicos e a aceleração inflacionária. Com isso, a partir de 1964 foi implementada uma reforma financeira com o Plano de Ação Econômica do Governo - PAEG cuja principal finalidade era estabilizar o nível de preços e proporcionar a volta do crescimento da economia brasileira. Dentre as várias consequências do plano, a que interessa a este trabalho foi a redução do número de estabelecimentos bancários no país, devido as inúmeras fusões e aquisições do setor⁵. Em alguns anos posteriores, caso semelhante ocorreu com o turbulento período político e crise inflacionária da década de 80 e início dos anos 90 que culminou com o Plano Real de julho de 1994.

⁵ Ver Mallmann e Rabi Junior (1996).

Como se observa na Figura 1, o Plano Real fez com que a taxa de inflação declinasse de uma forma expressiva e rápida a partir do segundo semestre de 1994, gerando consequências a todos os setores da economia e principalmente para os que haviam se adaptado a um ambiente de altas taxas de inflação.

Figura 1 – Brasil: Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, preços livres, var (% ao mês) jan./1992 a jan./2008

Fonte: Elaborada com dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2008).

Concomitantemente, assim como no período de 1964-1976, o fim do processo inflacionário fez com que houvesse uma queda do número de bancos no país a partir de 1994, como se pode observar na Figura 2.

Figura 2 – Brasil: número de bancos (1994-2007)

Fonte: Elaborada com dados de Troster (2006) e Banco Central do Brasil – BACEN (2007c).

Conforme a Figura 2, o movimento de declínio no número de bancos iniciado em 1994 perdurou até 2007, apesar de que a partir de 2002 tornou-se menos acentuado. Assim, considerando todo o período, houve redução de 246 bancos em 1994 para 156 em 2007 (decréscimo de 36,5% aproximadamente).

Para Corazza (2000) o Plano Real teve como uma de suas conseqüências o impacto na estrutura e no funcionamento dos bancos no Brasil, pois os bancos tiveram que se adaptar ao novo cenário de fim das receitas inflacionárias, readaptando sua estrutura administrativa, reduzindo seus custos e procurando novas fontes de receita.

O autor acrescenta que as crises geradas no setor bancário são provocadas quase em sua totalidade pela conjugação de fatores macroeconômicos (ambiente de instabilidade ou plano de estabilização) e fatores microeconômicos (fragilidade dos próprios bancos). Assim, o Plano Real (fator macroeconômico) foi o que eclodiu a crise bancária em 1995, aliada a vulnerabilidade microeconômica de inúmeros bancos. O principal impacto do plano se deu pela perda das receitas inflacionárias, conforme se pode observar no Quadro 1.

	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Receita Inflacionária/PIB (%)	4,0	3,8	4,0	4,3	2,0	0,1

Quadro 1 – Brasil: receita inflacionária dos bancos como % do PIB (1990-1995)

Fonte: Corazza (2000)

O Quadro 1 mostra que houve decréscimo de 97,5% da relação (receita inflacionária/PIB) entre 1990 a 1995. E apesar dessa importante perda de receita pelos bancos, conforme Quadro 2 suas rentabilidades não se alteraram de forma considerável.

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Rentabilidade (%)	9,1	9,5	14,9	16,8	12,9	13,0	12,2	13,1	23,0

Quadro 2 – Brasil: rentabilidade média (lucro líquido/patrimônio líquido) dos bancos em % (1991-1999)

Fonte: Corazza (2000)

Segundo o Quadro 2, as taxas de rentabilidade decresceram em um momento imediato ao plano (1994-1995), mas a partir de 1997 começaram a crescer continuamente, chegando em 1999 a maior rentabilidade do período. Para Corazza (2000), esse crescimento da rentabilidade pode ser explicado pelas altas tarifas cobradas pelos serviços bancários.

Apesar disso, com o nível de atividade econômica praticamente estagnada e a taxa básica de juros da economia (Selic) sofrendo constantes elevações, o estopim da crise sistêmica foi aceso com a crise do Banco Econômico, em agosto de 1995, e do Banco Nacional, em novembro do mesmo ano. Como resposta, o governo brasileiro lançou em novembro de 1995 um plano de emergência, o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional - Proer e outras medidas de fortalecimento e saneamento do sistema financeiro.

O Proer foi uma medida preventiva do governo para que o sistema financeiro nacional não entrasse em colapso, segundo Hajj (2005), o programa determinou reorganizações operacionais, administrativas e societárias das instituições financeiras. Com a medida provisória 1.182 de novembro de 1995, o Bacen adquiriu maiores poderes para conduzir o plano e coordenar operações de venda e intervenção da parcela “saudável” das instituições financeiras inadimplentes.

De acordo com o Quadro 3, observa-se que os bancos que se encontravam insolventes foram assumidos por outras instituições financeiras, amparados pelo Proer, além do que, nota-se que as negociações foram quase em sua totalidade entre bancos privados nacionais⁶. Conforme Paula e Marques (2006), dentre outras medidas para combater a crise, houve provisionamento de liquidez por parte do Bacen e bancos federais para conter o risco sistêmico no setor, além da regulamentação do Fundo Garantidor de Créditos - FGC, em que eram oferecidas garantias a determinados créditos mantidos por correntistas ou investidores em instituições financeiras submetidas a regime especial de liquidação extrajudicial.

Instituição vendida	Instituição compradora	Publicação no diário oficial da União
Banco Nacional	Unibanco	18/11/1995
Banco Econômico	Banco Excel	30/04/1996
Banco Mercantil	Banco Rural	31/05/1996
Banco Banorte	Banco Bandeirantes	17/06/1996
Banco Martinelli	Banco Pontual	23/08/1996
Banco United	Banco Antônio Queiroz	30/08/1996
Banco Bamerindus Brasil	HSBC	02/04/1997

Quadro 3 – Brasil: principais aquisições bancárias incentivadas pelo Proer

Fonte: Paula e Marques (2006)

Outro programa de reestruturação necessário, pois a situação financeira dos bancos públicos estaduais era difícil, foi o Programa de Estímulo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária - Proes em 1996. Com isso, o número de bancos comerciais estaduais caiu consideravelmente, e obedecendo às resoluções do programa, a maioria foi privatizada ou foi transformada em agência de fomento ou simplesmente liquidada.

Na Figura 3, a região em azul do mapa (início da década de 90) indica a presença de bancos estaduais em quase todo o Brasil no início desta década – exceto estados do Mato Grosso do Sul e Tocantins – já com o surgimento do Proes em 1996, houve significativa redução da

⁶ Interessante foi o caso do Banco Econômico, que devido problemas financeiros, foi vendido em 1996 ao Banco brasileiro Excel, transformando-se em Excel-Econômico, o qual também veio apresentar problemas em suas finanças em 1998, sendo incorporado pelo banco espanhol Bilbao-Vizcaya - BBV pelo valor simbólico de R\$1,00 (expressivos aportes de capital foram realizados para recuperar o banco) (STUDART, 2004). Após 5 anos, o Banco Bilbao-Vizcaya Argentaria - BBVA vendeu suas operações brasileiras ao Bradesco por US\$ 632 milhões e adquiriu 4,4% de seu capital (passando posteriormente para 5%) sendo que no início de 2008 o BBVA vendeu sua participação de 5% no Bradesco por US\$1,47 bilhão (usando a opção de venda das ações feita em 2003) para a Fundação Bradesco e Cidade de Deus (as duas maiores acionistas do grupo Bradesco) (EFE, 2008).

participação do setor estadual na atividade bancária nacional (mapa do final de 2002). Assim, uma minoria dos bancos foi federalizado – região em laranja – restringindo os bancos comerciais estaduais para apenas 6 regiões (Rio de Grande do Sul, São Paulo, Espírito Santo, Sergipe, Pará e Distrito Federal). Da mesma forma, a participação dos bancos de desenvolvimento também diminuiu, seguido do aumento da presença das agências de fomento.

Figura 3 – Brasil: presença de bancos comerciais, de desenvolvimento, agências de fomento estaduais no início da década de 1990 e no final de 2002

Fonte: Almeida (2007)

Mais detalhadamente, pode-se observar as privatizações realizadas e incentivadas pelo Proes através do Quadro 4. Com exceção da aquisição do Banespa pelo Santander, as privatizações tiveram preponderante participação dos bancos privados nacionais nas aquisições, contribuindo assim para a redução do número de bancos no país.

Data	Instituição Privatizada	Instituição Compradora
26/06/1997	Banerj	Itaú
07/08/1997	Credireal	BCN
04/12/1997	Meridional	Bozano, Simonsen
14/09/1998	Bemge	Itaú
17/11/1998	Bandepe	ABN Amro
22/06/1998	Baneb	Bradesco
17/10/2000	Banestado	Itaú
20/11/2000	Banespa	Santander
08/11/2001	Paraiban	ABN Amro
04/12/2001	BEG	Itaú
24/01/2002	BEA	Bradesco
10/02/2004	BEM	Bradesco

Quadro 4 – Brasil: privatizações de bancos estaduais (1997-2004)

Fonte: Paula e Marques (2006)

Nota: Banco do Estado do Rio de Janeiro - Banerj, Credireal (pertencia ao Estado de Minas Gerais), Meridional (pertencia ao Estado do Rio Grande do Sul sob o nome banco Sulbrasileiro na década de 80, já na década de 90 passou para o governo federal com o nome Meridional), Banco do Estado de Minas Gerais - Bemge, Banco do Estado de Pernambuco - Bandepe, Banco do Estado da Bahia - Baneb, Banco do Estado do Paraná - Banestado, Banco do Estado de São Paulo - Banespa, Banco do Estado da Paraíba - Paraiban, Banco do Estado de Goiás - BEG, Banco do Estado do Amazonas - BEA e Banco do Estado do Maranhão - BEM.

2.2 Bancos estrangeiros no Brasil

Um importante acontecimento para a economia brasileira, após o Plano Real, foi entrada de bancos estrangeiros no país, que ganhou força após o plano e que teve um significativo impacto no setor financeiro em geral. Em termos numéricos, Corazza (2000) afirma que se reduziram as filiais de bancos comerciais estrangeiros e de bancos nacionais com participação estrangeira, crescendo o número de bancos com controle estrangeiro⁷.

Através do Quadro 5, observa-se as participações dos bancos estrangeiros no sistema bancário nacional entre junho de 1994 e dezembro de 1998.

⁷ Os bancos estrangeiros já estavam presentes no país antes do Plano Real, através de acordos contratuais (por exemplo: Banco Multiplic e Lloyds; Banco Crefisul e Citibank), sendo que o ambiente favorável após o plano fez com os bancos estrangeiros entrassem de vez no mercado brasileiro.

	jun/94	dez/94	jun/95	dez/95	jun/96	dez/96	jun/97	dez/97	jun/98	dez/98
Nº de bancos (em %)	28,0	27,5	28,0	28,3	28,0	29,9	31,7	32,5	34,1	36,9
Créditos (em %)	13,7	10,5	10,7	11,5	16,4	19,2	26,9	26,9	27,5	32,7
Ativos (em %)	18,3	14,0	13,5	16,3	18,2	17,4	21,1	25,2	28,6	30,9
Depósitos (em %)	14,8	11,8	11,1	12,7	10,3	12,9	17,1	20,8	21,3	24,5
Patrim. Líq. (em %)	14,1	17,0	18,6	23,8	20,0	18,9	22,0	28,1	27,9	31,1

Quadro 5 – Brasil: participação (%) de bancos estrangeiros no sistema bancário nacional (junho 1994 a dezembro 1998)

Fonte: Corazza (2000)

O Quadro 5 mostra que para todos os itens, as participações dos bancos estrangeiros no Brasil sofreram uma pequena oscilação entre os anos de 1994 e 1995, sendo que a partir de 1996 as participações começaram a se elevar, culminando em dezembro de 1998 ao seu maior nível. Para Corazza (2000), inúmeros fatores propiciaram este processo, como o início do incentivo do governo brasileiro a entrada dos bancos estrangeiros⁸, além do que, a saturação de seus mercados domésticos e a diminuição das oportunidades de lucros forçaram os bancos americanos e europeus agirem em escala global.

Um estudo que descreveu a entrada dos bancos estrangeiros no Brasil é o de Santos (2007). Conforme o autor, desde a promulgação da Constituição Federal de 1988 até agosto de 1995, o ingresso de novas instituições de capital estrangeiro no mercado financeiro ficou praticamente proibido no país. De acordo com a Resolução 1.535 do Conselho Monetário Nacional de 1988, as instituições estrangeiras já presentes no país ficaram proibidas de aumentarem a sua rede de agências, sendo uma única exceção a possibilidade de negociação do controle de capital de instituições entre grupos (estrangeiros) já presentes no país.

O ingresso de bancos estrangeiros no país não foi um processo imediato após a Exposição de Motivos nº 311 de agosto de 1995, pois segundo Carvalho e Vidotto (2007) não se fez a defesa de uma abertura ampla do setor bancário brasileiro, sendo que sua apresentação não acompanhou autorização de ingresso de algum banco estrangeiro no país.

Os autores acrescentam que em 1996 houve um aumento das autorizações para ingresso ou expansões de instituições financeiras estrangeiras, mas foi o ano de 1997 que de fato o mercado bancário de varejo se abriu, pois houve a compra do Banco Geral do Comércio - BGC

⁸ Para Paula e Marques (2006) este incentivo foi representado pela maior abertura ao capital estrangeiro ocorrida em 1995 através da Exposição de Motivos nº 311, na qual o Ministério da Fazenda estabelecia ser de interesse nacional o aumento da participação de pessoas físicas e jurídicas estrangeiras no sistema financeiro nacional, apesar disso, cada ingresso era analisado caso a caso.

pelo Banco Santander (espanhol), seguida da aquisição do Banco Multiplic e a financeira Losango pelo banco Lloyds (inglês). Mas o verdadeiro “divisor de águas” (assim chamada pelos autores) foi a compra de um grande banco nacional, o Bamerindus, por um grande banco estrangeiro, o HSBC (inglês). A justificativa oferecida pelas autoridades governamentais foi que o ingresso de bancos estrangeiros no país iria favorecer melhorias na qualidade dos serviços, tarifas menores e diminuição da concentração de mercado no setor.

Contudo, segundo Corazza (2000), até a data de seu estudo, os bancos estrangeiros em vez de provocarem as esperadas melhorias, pareciam ter se adaptado aos padrões de lucros “fáceis” e serviços deficientes dos bancos nacionais.

Além do que, o trabalho de Carvalho e Vidotto (2007) baseado em entrevistas com quatro diretores e gerentes-gerais de bancos estrangeiros, constatou que houve raras menções desses entrevistados quanto à concorrência por preços ou ampliação do crédito. Assim, o trabalho teve como conclusão que com a entrada dessas instituições, o governo visava uma maior estabilidade do setor bancário e da economia em geral, abalada pela política restritiva pós-crise mexicana (1995) e por problemas estruturais dos próprios bancos nacionais.

Por outro lado, segundo Murta Filho (2003), a eficiência operacional e a capacidade financeira dos bancos estrangeiros deveriam proporcionar maior concorrência ao mercado, gerando reflexos positivos nos preços e custos dos serviços.

O trabalho de Silva e Jorge Neto (2002) também procurou analisar os efeitos da entrada dos bancos estrangeiros no país, investigando a ocorrência de economias de escala no setor bancário brasileiro entre 1995 e 1999 com uma amostra de 59 grandes bancos. Os autores verificaram que comparados aos outros bancos do país, os estrangeiros possuíam maiores índices de eficiência, indicando que seu ingresso no mercado nacional poderia aumentar a competitividade do setor bancário e melhorar a qualidade dos serviços prestados.

Em contrapartida, uma pesquisa do Instituto de Defesa do Consumidor - Idec de 2007 mostrou que os bancos (tanto nacionais quanto estrangeiros) encontravam-se na segunda posição em reclamações de usuários, devido a filas e atendimento deficiente, só perdendo para os planos de saúde (CAMARGO, 2007). Ao mesmo tempo Folha Online (2008) mostrou que os bancos estrangeiros no Brasil lucraram 160% mais em 2007 do que no ano anterior, superando os bancos privados cujos controladores eram brasileiros.

Já com relação às tarifas bancárias, o Quadro 6 apresenta um retrospecto de 2001 a 2006 sobre os reajustes das tarifas dos serviços bancários no Brasil, onde nota-se que as elevações das mesmas estiveram sempre em um patamar muito acima da inflação, com algumas tarifas chegando a reajustes de 49.900% de 2001 a 2006.

Pessoa Jurídica	Pessoa Física
<ul style="list-style-type: none"> Segunda via de documentos do Banco Itaú: 4.661%. 	<ul style="list-style-type: none"> Substituição de garantias do Banco do Brasil: 49.900%.
<ul style="list-style-type: none"> Abertura de crédito do Santander Banespa: 4.300%. 	<ul style="list-style-type: none"> Segunda via de documentos do Banco Itaú: 4.661%.
<ul style="list-style-type: none"> Substituição de garantia do Banco Itaú: 3.233%. 	<ul style="list-style-type: none"> Abertura de crédito do Santander Banespa: 4.300%.
<ul style="list-style-type: none"> Cheque TB (Transferência Bancária sem CPMF) da Caixa Econômica Federal: 3.200%. 	<ul style="list-style-type: none"> Cheque TB (Transferência Bancária sem CPMF) da Caixa: 3200%.

Quadro 6 - Brasil: tarifas bancárias que apresentaram maiores elevações de 2001 a 2006

Fonte: Pereira (2006)

Nota: IPC (acumulado entre 2001 a 2006) = 45,48%, calculado com dados do IPEA (2008)

Destacam-se no Quadro 6, os serviços “substituição de garantias do Banco do Brasil para Pessoa Física”, com o maior reajuste (49.900%), entre 2001 e 2006; seguido de “segunda via de documentos do Banco Itaú para pessoa física e jurídica” (4.661%), sendo que a inflação acumulada do período (IPC - índice preço ao consumidor) alcançou 45,48%⁹.

2.3 O setor bancário brasileiro e seu posicionamento no mercado internacional

Esta seção fará uma sucinta comparação entre os resultados financeiros obtidos pelos maiores bancos presentes no país e algumas das maiores empresas da economia brasileira entre 2004 e 2007, ilustrando a magnitude e a dinâmica de ganhos do setor bancário no Brasil. Além do

⁹ Além das tarifas, vale citar, sumariamente, outro debate que existe com relação ao setor bancário brasileiro, que é o *spread*. No Brasil, o *spread* bancário bruto (receita da aplicação financeira – despesa de captação) é considerado o maior do mundo, assim esse resultado de intermediação financeira, segundo a opinião pública, poderia ser um importante reflexo do poder de mercado dos bancos do país. Apesar disso, essa medida segundo a FIPECAFI (2005) oferece um resultado incompleto, apenas parcial, do resultado de intermediação financeira, pois além do *spread* direto (*spread* bruto – despesas operacionais diretas) a melhor medida do resultado de intermediação financeira seria o *spread* líquido (*spread* direto – despesas operacionais indiretas – imposto de renda – contribuição social sobre lucro líquido), que diminui consideravelmente o valor apurado do *spread*.

que, serão feitas algumas considerações sobre fusões e aquisições e se contextualizará o setor no mercado internacional.

De 2001 até o final de 2007, o mercado de bancos do Brasil se comportou de uma maneira relativamente estável. Algumas fusões e aquisições ocorreram, como a compra do banco líder de mercado no Brasil para pessoas físicas de alta renda, o *BankBoston*, pelo Itaú e do banco Real Amro Bank pelo banco Santander (ambas aquisições em 2007). Mas essas negociações não propiciaram mudanças que alterassem significativamente as participações de mercado entre os maiores conglomerados bancários.

Já com relação aos resultados do setor, a Figura 4 apresenta evolução dos ganhos (lucro líquido) dos maiores bancos e das maiores empresas do país, entre 2004 e 2007. A soma do lucro líquido dos maiores bancos apresentou um crescimento expressivo, passando de R\$ 13.416.000.000 em 2004 para aproximadamente R\$ 32.343.000.000 em 2007, ou seja, crescimento de 141%. Já com relação às maiores empresas, esse crescimento foi bem menor - aproximadamente 42,62% - sendo que em 2004 estava em R\$ 9.580.000.000 e em 2007 chegou a R\$ 13.664.000.000.

Figura 4 - Brasil: lucro líquido total dos maiores bancos e das maiores empresas 2004-2007
(IGP-DI índice médio anual – valores constantes em R\$ de 2007)

Fonte: Elaborada a partir de informações de Conjuntura Econômica (2005a, 2005b, 2006a, 2006b, 2007a, 2007b, 2008a e 2008b).

Notas: Os maiores bancos compreenderam as instituições que possuíam ativos acima de R\$ 100 bilhões em 2007. Assim, considerou-se Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica Federal, Itaú, Santander, ABN-Amro Real e Unibanco.

Excetuando as companhias Petrobrás e Vale do Rio Doce, por serem respectivamente os maiores monopólios energético e mineral do país, as empresas consideradas foram as que mais frequentemente se encontraram entre as dez maiores empresas do país entre 2004 e 2007. Assim, foram utilizadas as informações das empresas AmBev, Eletrobrás, Brasil Telecom (foi comprada pela Oi em 2009), Telefonica, CSN, Braskem e Telemar (esta até 2006 já que em 2007 passou adotar a marca Oi).

Acrescentando, o tamanho e o reconhecimento dos bancos no Brasil não só se limitam ao território nacional. De acordo com o ranking de marcas de 2005 feito pela *Brand Finance*, três bancos brasileiros estavam entre as 100 marcas mais valiosas do mundo (CARVALHO, M.C., 2006). A avaliação levou em conta o índice de força da marca baseado em uma série de indicadores que incluem:

- i. Fatia de mercado
- ii. Taxa de crescimento das vendas
- iii. Rede de distribuição
- iv. Lucratividade
- v. Qualidade da gestão
- vi. Publicidade e identidade da marca

Assim, o Bradesco ficou em 50º lugar, à frente do Bank of New York; o Banco do Brasil ficou em 52º lugar e o Banco Itaú em 54º lugar. De acordo com a pesquisa, Gilson Nunes, então presidente da *Brand Finance* do Brasil, argumentou que os elevados lucros dos bancos brasileiros no período e o fato de serem de varejo, com grandes redes de distribuição, foram os responsáveis pelas boas colocações no ranking.

Já a consultoria Economática colocou o Banco do Brasil como o maior banco (em ativos) de capital aberto da América Latina, seguido de Bradesco, Itaú, Santander (Brasil) e Unibanco (VALOR ONLINE, 2007). Na mesma pesquisa comparou-se a rentabilidade das ações dos 25 maiores bancos de capital aberto da América Latina e dos Estados Unidos em 2007 e o resultado foi o seguinte (ordem decrescente de rentabilidade):

- 1º Santander Brasil PN
- 2º Banco do Brasil ON
- 3º Northern Trust
- 4º Unibanco
- 5º Bradesco
- 6º Itaú

Apesar dessas informações sobre os resultados financeiros dos bancos no Brasil, o estudo de Gregório (2005), que compara a rentabilidade sobre o patrimônio líquido do setor bancário privado com os setores não-financeiros privados no Brasil (1997 a 2004), constatou que esta rentabilidade foi de fato maior no setor bancário privado. Em contrapartida, a rentabilidade foi

menor que o custo do capital próprio¹⁰, assim os bancos não estariam criando valor para os seus acionistas.

Para concluir, mas indo além do ano 2007, Carvalho, M.C. (2008) mostrou que auxiliados pela mudança na classificação de risco da dívida soberano brasileiro para grau de investimento (*investment grade*), em abril de 2008 pela agência *Standard & Poor's*, o valor de mercado dos bancos brasileiros elevou-se consideravelmente em nível mundial, assim se destacando o banco Bradesco (16º lugar) e o banco Itaú (18º lugar).

Com a eclosão da crise imobiliária e financeira de setembro de 2008 nos Estados Unidos, muitas modificações ocorreram no setor financeiro em nível mundial, com o setor bancário brasileiro também sofrendo suas conseqüências. No Brasil, de uma forma geral, a incerteza nos rumos da economia mundial e o influxo de capitais estrangeiros geraram, em um primeiro momento, restrição dos bancos na concessão de crédito, em contrapartida, a histórica característica de prudência e baixa alavancagem dos bancos no país auxiliaram os mesmos, que sofreram menores abalos da crise financeira¹¹.

Quanto às negociações acionárias pós-crise, importantes fusões e aquisições ocorreram, como a aquisição do banco estadual paulista Nossa Caixa e de parte do banco privado Votorantim pelo Banco do Brasil, além da fusão Itaú-Unibanco, que fez surgir um conglomerado bancário privado nacional com tamanho e objetivos em níveis internacionais¹².

2.4 Importância dos bancos e do crédito bancário no Brasil

Observa-se que em economias mais desenvolvidas do que brasileira, como a dos Estados Unidos, há um importante segmento do sistema financeiro que auxilia na captação de recursos por parte das empresas, que é o mercado de capitais; mesmo assim, a literatura coloca os bancos como representantes principais do sistema financeiro norte-americano, que segundo Silva e Porto Júnior (2006) é possivelmente devido ao fato de que 60% da fonte de fundos externos para empresas não financeiras venham do setor bancário.

¹⁰ Conforme Gregório (2005) o custo de capital próprio equivale ao conceito de custo de oportunidade, ou seja, seria a taxa de retorno que um indivíduo espera obter caso aplique o seu capital em outro projeto (ativo ou empresa) com semelhante risco. Além do que, deve incluir um prêmio pelo risco acima da taxa de juros paga aos credores.

¹¹ Conforme Pereira (2009) o Banco do Brasil foi tido como o mais rentável do continente em 2008, seguido do banco Bradesco e com o banco Itaú em 5º lugar.

¹² Ver Setubal (2008).

No caso brasileiro, apesar de apresentar progresso nos últimos anos, o mercado de capitais ainda é pouco desenvolvido, decorrente de diversas razões, apresentadas por Novaes (2005):

- dívida pública mobiliária predominantemente indexada a taxa de juros de curto prazo;
- reduzida liquidez no mercado secundário para papéis públicos não indexados à taxa de juros;
- mercado de títulos privados é limitado, ilíquido e pouco transparente;
- o mercado acionário ainda é pouco utilizado como fonte de capital pelas empresas;
- participação pequena dos ativos de investidores institucionais no PIB;
- os mercados derivativos de câmbio e juros não vão além de uma maturidade de seis meses, dificultando o desenvolvimento de mercado pré-fixado.

Devido a esses entraves, a economia brasileira tornou-se totalmente dependente do sistema bancário para o levantamento de recursos para consumo e investimento. Com isso, a situação financeira que o setor bancário se encontra tende a refletir fortemente na economia como um todo. Um dado importante a ser citado é a relação crédito/PIB, que estava em 28,1% em 2005, cresceu para 30,7% em 2006, chegando a 34,7% em 2007, sendo que desse total, 43,9% estava sob controle dos bancos privados nacionais, 34,1% das instituições públicas (maioria bancos públicos) e 22% dos bancos estrangeiros (BACEN, 2008) ¹³.

Contudo, o papel do crédito no incentivo à produção da economia brasileira ainda pode gerar controvérsias. Reichstul e Lima (2005) analisaram a importância do sistema financeiro no crescimento econômico do Estado de São Paulo entre 1995 e 2003. No trabalho, os autores mostraram que mesmo a região sendo a mais apta do país para o florescimento do crédito, os *spreads* cobrados e a curta maturidade das operações tornou a tomada de crédito um instrumento de financiamento de última instância, com isso ficando evidente a incapacidade do sistema bancário paulista e possivelmente brasileiro, em financiar o sistema produtivo.

Outra explicação para esse acontecimento pode ser dada pelo trabalho de Silva e Porto Júnior (2006), que através de análises de regressões constataram que a participação do

¹³ Apesar da evolução da relação crédito/PIB no Brasil, no Chile, no mesmo período, essa relação estava em torno de 80%, já em países desenvolvidos como Estados Unidos e Japão chegavam respectivamente a 195% e 190% (BARBOSA, 2007).

desenvolvimento financeiro no crescimento econômico será tanto maior quanto maior a taxa de crescimento econômico; com isso esse argumento ganha força quando se observa a taxa de crescimento da economia brasileira no período de análise de Reichstul e Lima (2005) – 1995 a 2003 – que foi baixa. Portanto, o trabalho destes autores pode ter mostrado apenas que o crédito foi pouco utilizado para o crescimento econômico do Estado de São Paulo entre 1995 a 2003, mas não mostrou que o crédito não seja capaz de tal feito.

Referente a contribuição de um importante pensador ao tema, Schumpeter (1982) afirma que um indivíduo se torna empresário quando primeiramente ele se torna um devedor através do crédito adquirido, ou seja, o que ele quer em primeiro lugar é crédito, antes de qualquer espécie de bens, sendo assim, um devedor típico da sociedade capitalista. O autor segue o seu raciocínio justificando que a função principal do mercado monetário ou de capitais é o comércio de crédito com a finalidade de financiar o desenvolvimento. Assim, esse desenvolvimento econômico cria e alimenta esse mercado, finalizando que o desenvolvimento econômico é em princípio impossível sem o crédito.

Para corroborar esta idéia, Stiglitz e Greenwald (2004) consideram o crédito como um facilitador da atividade econômica, ganhando até *status* de base de troca e deixando o papel moeda como algo irrelevante, com isso salientando a importância de torná-lo mais acessível.

Tendo apresentado alguns argumentos sobre a importância do crédito para a economia como um todo, observa-se através da Figura 5 a evolução do volume concedido de crédito no Brasil entre 2000 a 2007.

Figura 5 – Brasil: evolução mensal do volume real de crédito entre 2000 e 2007

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2008)

Nota: IGP-DI Índice médio mensal – valores constantes em milhões de R\$ de 2007.

A partir da Figura 5 constata-se que o volume de crédito da economia brasileira de junho de 2000 até dezembro de 2007 cresceu aproximadamente 50%, com destaque para o período a partir de 2003, onde pode-se dizer que houve crescimento constante do montante de crédito concedido. Segundo relatório sobre moeda e crédito do Bacen (2003), no ano de 2003 foram implementadas medidas de fomento voltadas a bancarização, como autorização aos bancos e a Caixa Econômica Federal a abrirem conta de depósitos sem comprovante de renda. Além do que, foi estendida a possibilidade de contratação de correspondentes bancários para todas as instituições financeiras, sendo que foi incluído nos serviços prestados por estes a recepção e encaminhamento de propostas para emissão de cartões de crédito.

O aperfeiçoamento institucional do sistema financeiro, que ocorreu no ano de 2003, também favoreceu o início do movimento de crescimento do crédito no país, pois segundo relatório sobre moeda e crédito do Bacen (2003), houve flexibilização das regras de funcionamento das cooperativas e sociedades de crédito ao microempreendedor, fazendo com

que o número dessas instituições crescessem neste ano. Aliado a isso, houve permissão por parte do governo da celebração de acordos entre instituições financeiras e empresas ou entidades sindicais, facilitando e estimulando a concessão de crédito em consignação aos trabalhadores da iniciativa privada. Contudo, apesar desse progresso, na subseção 2.6 serão apresentadas algumas falhas institucionais que atingem esse mercado, tendo como exemplo a situação do mercado de crédito rural.

2.5 Considerações sobre a concentração de mercado do setor bancário no Brasil

2.5.1 Síntese dos índices de concentração abordados pela literatura

Diversas metodologias já foram utilizadas para se estudar a estrutura de mercado dos bancos no Brasil nos últimos anos, sendo assim, muitas contribuições foram realizadas, enriquecendo ainda mais o debate e fomentando novas contribuições. Entretanto, antes de apresentar os resultados de alguns trabalhos, os índices de concentração utilizados nos mesmos serão resumidamente definidos no Quadro 7.

Índice de Concentração	Expressão	Limite de valores	Interpretação
Razão de Concentração	$RC_k = \sum_{i=1}^k S_i$	Quanto maior (menor) o valor do índice maior (menor) a concentração de mercado das k maiores firmas.	Mensura a parcela de mercado das k (1, 2, ..n) maiores firmas.
Hall – Tideman	$HTI = \frac{1}{2 \sum_{i=1}^n i S_i - 1}$ i = representa ordenação do tamanho das firmas, sendo a maior (i=1).	$1/n \leq HTI \leq 1$	1/n é o valor que representa inexistência de concentração de mercado. 1 é o valor que representa máxima concentração de mercado.
Entropia de Theil*	$ET = - \sum_{i=1}^n S_i \ln(S_i)$	$0 \leq ET \leq \log n$	log n é o valor que representa inexistência de concentração de mercado. 0 é valor que representa máxima concentração de mercado.
Herfindahl-Hirschman*	$HHI = \sum_{i=1}^n S_i^2$	$1/n \leq HHI \leq 1$	1/n é valor que representa inexistência de concentração de mercado. 1 é o valor que representa máxima concentração de mercado.

Quadro 7 – Índices de concentração utilizados nos trabalhos sobre concentração bancária no Brasil e que serão apresentados na revisão bibliográfica

Fonte: Resende e Boff (2002); Araújo, Jorge Neto e Ponce (2005)

* Serão apresentados mais detalhadamente no capítulo metodologia.

S_i representa a participação da firma i em um mercado e n é o total de firmas no mercado.

Nota: Segundo Hoffmann (1998) a expressão do índice conhecido como Hall–Tideman foi apresentada primeiramente por Rosenbluth em trabalho publicado na Alemanha em 1961, sendo reapresentado por Hall e Tideman em 1967, assim ganhando essa denominação.

Segundo Braga e Mascolo (1982), a apresentação de diversas medidas de concentração industrial decorre do fato da teoria econômica não apresentar elementos conclusivos de escolha

entre os índices. Com isso, para Lima (2001), a etapa mais importante para se estudar um determinado mercado compreende a definição correta do mesmo, sendo que os índices de concentração são altamente correlacionados. Contudo, o índice HHI, por ser o mais utilizado em estudos sobre concentração de mercado, possui uma classificação para seus valores intermediários definidos pelo Departamento de Justiça - DOJ e pela Comissão Federal de Comércio, ambos dos Estados Unidos. Resultados abaixo de 0,1 indicam mercado desconcentrado, entre 0,1 e 0,18 mercado moderadamente concentrado, e acima disso, o mercado em questão pode ser definido como concentrado.

2.5.2 Estudos sobre concentração bancária no Brasil

O trabalho de Araújo, Jorge Neto e Ponce (2005) primeiramente fez um levantamento da quantidade do número de bancos entre 1995 e 2003, conforme o controle acionário dos mesmos:

Tabela 1 – Brasil: evolução temporal do número de bancos por tipo de controle (1995-2003)

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
PN	144	130	119	105	96	93	82	75	78
PF	5	5	5	5	7	10	9	9	8
PE	27	27	22	18	12	7	7	7	6
PCE	38	40	45	58	67	69	70	65	62
PPE	28	29	26	17	12	13	14	11	10
Total	242	231	217	203	194	192	182	167	164

Fonte: Araújo, Jorge Neto e Ponce (2005)

PN = controle privado nacional, PF = controle público federal, PE = controle público estadual, PCE = privado controle estrangeiro (inclui filiais), PPE = controle privado participação estrangeira.

Como mostra a Tabela 1, o número total de bancos diminuiu abruptamente de 1995 até 2003 - decrescendo 32% - sendo que muitos sofreram liquidação, incorporação ou fusão, tanto por bancos nacionais quanto estrangeiros. Decorrente disso, o número de bancos privados com controle estrangeiro sofreu significativo crescimento (63%) no período.

Com intuito de apresentar as conseqüências do decréscimo do número total de bancos, entre 1995 e 2003, na estrutura de mercado do setor, os autores utilizaram várias medidas de concentração de mercado, como razão de concentração k (CR_k – *concentration ratio*), índice de Herfindahl-Hirschman - HHI, Hall-Tideman - HTI e Entropia de Theil - ET.

A razão de concentração CR_K foi mensurada para os três, os cinco e os dez maiores bancos. Além do que, conforme cada caso, os autores ainda reuniram os bancos em grupos de bancos comerciais (Grupo Bradesco, Grupo Santander, etc.), ou os considerou individualmente.

Conforme a Tabela 2, o valor mínimo para índice HHI foi 0,1022 (2004_06) e o valor máximo 0,1171 (1999_12), ou seja, de acordo com o padrão definido pelo DOJ, os depósitos estavam moderadamente concentrados.

Tabela 2 – Brasil: evolução dos índices de concentração em depósitos (à vista, a prazo e em poupança) – 12/1995 a 06/2004

	1995_12	1996_12	1997_12	1998_12	1999_12	2000_12	2001_12	2002_12	2003_12	2004_06
CR_3	0,5084	0,4821	0,5151	0,5193	0,5410	0,5139	0,5050	0,5077	0,4923	0,4756
CR_5	0,6443	0,6394	0,6611	0,6816	0,6862	0,6629	0,6507	0,6632	0,6566	0,6468
CR_{10}	0,7837	0,7704	0,8001	0,8307	0,8225	0,8217	0,8293	0,8611	0,8597	0,8495
HHI	0,1116	0,1065	0,1113	0,1147	0,1171	0,1087	0,1054	0,1084	0,1080	0,1022
HTI	0,0531	0,0522	0,0607	0,0709	0,0755	0,0735	0,0756	0,0846	0,0855	0,0820
ET	0,6193	0,6327	0,6232	0,5988	0,5820	0,6086	0,6130	0,5996	0,6131	0,6272

Fonte: Araújo, Jorge Neto e Ponce (2005)

Araújo, Jorge Neto e Ponce (2005) ainda afirmam que houve aumento na concentração em depósitos nos dez maiores bancos (CR_{10}), observando também crescimento do índice HTI no período. Já os demais índices apresentaram certa estabilidade.

Os valores do índice HHI apresentados na Tabela 3, para as operações de crédito, se encontraram abaixo de 0,1 a partir de dezembro de 2001, indicando que o mercado de crédito passou de moderadamente concentrado para desconcentrado. Sendo assim, o índice HTI foi o único que mostrou crescimento da concentração de crédito.

Tabela 3 – Brasil: evolução dos índices de concentração em crédito – 12/1995 a 06/2004

	1995_12	1996_12	1997_12	1998_12	1999_12	2000_12	2001_12	2002_12	2003_12	2004_06
CR_3	0,4939	0,4863	0,5727	0,5952	0,5465	0,5288	0,4251	0,4295	0,4246	0,4223
CR_5	0,6214	0,6286	0,6748	0,7123	0,6666	0,6543	0,5672	0,5796	0,5713	0,5620
CR_{10}	0,7701	0,7672	0,7892	0,8114	0,7977	0,8093	0,7764	0,7911	0,7920	0,7877
HHI	0,1068	0,1055	0,1311	0,1434	0,1205	0,1113	0,0869	0,0912	0,0935	0,0905
HTI	0,0494	0,0495	0,0588	0,0660	0,0669	0,0683	0,0589	0,0612	0,0637	0,0632
ET	0,6349	0,6402	0,6119	0,5861	0,5975	0,6155	0,6660	0,6633	0,6719	0,6792

Fonte: Araújo, Jorge Neto e Ponce (2005)

Por fim, são apresentadas as mensurações para os ativos na Tabela 4.

Tabela 4 – Brasil: evolução dos índices de concentração em ativos – 12/1995 a 06/2004

	1995_12	1996_12	1997_12	1998_12	1999_12	2000_12	2001_12	2002_12	2003_12	2004_06
CR ₃	0,4223	0,4228	0,4405	0,4825	0,4717	0,4535	0,4232	0,4439	0,4486	0,4231
CR ₅	0,5540	0,5697	0,5972	0,6201	0,6118	0,5994	0,5763	0,5985	0,5940	0,5723
CR ₁₀	0,6952	0,6982	0,7523	0,7671	0,7635	0,7784	0,7819	0,7954	0,7811	0,7692
HHI	0,0779	0,0789	0,0857	0,0965	0,0924	0,0893	0,0851	0,0906	0,0906	0,0836
HTI	0,0408	0,0412	0,0511	0,0555	0,0566	0,0587	0,0585	0,0645	0,0631	0,0617
ET	0,6908	0,6923	0,6708	0,6501	0,6420	0,6555	0,6652	0,6540	0,6734	0,6877

Fonte: Araújo, Jorge Neto e Ponce (2005)

O HHI sempre abaixo de 0,1 na Tabela 4, mostra que os ativos estavam desconcentrados. Com isso, a única modificação significativa foi o aumento da concentração em ativos entre os dez maiores bancos, chegando ao seu ápice em 2002 com 79,54% e chegando a junho de 2004 com 76,92%.

O crescimento do índice HTI para as três contas (depósitos, crédito, ativos) foi justificado no trabalho pelo fato deste índice ser ponderado pelo número de bancos na indústria, que sofreu significativa redução nesse período.

Já Nakane, 2003 apud Araújo, Jorge Neto e Ponce (2005) afirmou que a redução da concentração verificada para o mercado de crédito a partir de 2001 teve grande relação com a transferência de parte da carteira de crédito da Caixa Econômica Federal para a Empresa Gestora de Ativos - Emgea, devido medida do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais - Proef.

Araújo, Jorge Neto e Ponce (2005) também avaliaram o grau de competição do setor, através da metodologia de Panzar e Rosse (1987), chamada de estatística H , e que seria a soma das elasticidades da equação de receita estimada¹⁴.

Panzar e Rosse (1987) consideram que para valores de $H \leq 0$, a indústria apresenta uma estrutura de mercado monopolista, para $H > 0$ a estrutura irá depender do comportamento das firmas no equilíbrio de longo prazo.

Assim, uma estrutura de indústria onde a entrada e saída de firmas não apresentam restrições, resultando em lucro econômico zero no longo prazo, chegaremos a valores $0 < H < 1$ para concorrência monopolista ou $H = 1$ para concorrência perfeita. Entretanto, quando não há

¹⁴ Para mais detalhes sobre a metodologia ver Panzar e Rosse (1987).

variação do número de firmas no longo prazo, não se chega ao valor de $H = 1$, e neste caso $0 < H < 1$, representaria estrutura de mercado oligopolista.

Os valores da estatística H entre zero e um alcançados por Araújo, Jorge Neto e Ponce (2005) e a não utilização de informações sobre a estrutura do mercado bancário (considerou-se livre entrada e saída do mercado), mostraram que o mercado apresentava competição monopolista. Dessa forma, os autores concluíram que entre dezembro de 1995 e junho de 2004 não houve alteração na competição entre os bancos no Brasil e houve redução da concentração nas operações de crédito, contudo, houve elevação da concentração em ativos e depósitos entre os dez maiores bancos.

Rocha (2001) também buscou avaliar as conseqüências que o Plano Real impôs ao grau de concentração do setor bancário brasileiro, no período de 1994 até 2000, utilizando as contas: Ativos Totais, Depósitos Totais, Operações de Crédito e Patrimônio Líquido Ajustado - PLA. Contabilizando todos os bancos do país, o autor os reuniu da seguinte forma:

- a) total do setor bancário: inclui todos os bancos públicos e privados;
- b) total do setor bancário – grupos : considera os grupos bancários que se formaram com os processos de Fusões e Aquisições - F&A;
- c) total do setor bancário privado: igual ao item a , mas desconsidera-se os bancos públicos;
- d) total do setor bancário privado – grupos : constrói grupos bancários a partir do item c.

A Razão de Concentração - RC e o índice de Herfindahl–Hirschman - HHI foram as medidas de concentração utilizadas. Já os agrupamentos bancários visam destacar a importância das Fusões e Aquisições - F&A do período.

Conforme afirma Rocha (2001), em 1997, 1998 e 2000 ocorreram 71,8% das F&A observadas no período de 1994 a 2000, sendo que as dez maiores (em R\$) estão representadas no Quadro 8. Bancos estaduais como Banespa e Banestado foram privatizados nesse período, e bancos privados nacionais como Real e BCN/Credireal/Crefisul foram adquiridos respectivamente pelo banco holandês ABN Amro Bank e o nacional Bradesco.

Instituição vendida	Instituição compradora	Período
1) Banerj	Itaú	1997.II*
2) BCN/Credireal/Crefisul	Bradesco	1998.I*
3) Bemge	Itaú	1998.II
4) Real	ABN Amro	1998.II
5) Pontual/Continental/Martinelli	Bradesco	1999.I
6) Baneb	Bradesco	1999.II
7) Banespa	Banco Santander	2000.II
8) Boavista Inter-Atlântico	Bradesco	2000.II
9) Banestado	Itaú	2000.II
10) Bandeirantes/Financial Português	Unibanco	2000.II

Quadro 8 – Brasil: dez maiores fusões e aquisições entre 1997 e 2000

Fonte: Rocha (2001)

* Os algarismos I e II referem-se ao primeiro e segundo semestres, respectivamente.

Assim, devido ao autor ter chegado a vários resultados e conclusões, os principais serão apresentados resumidamente:

- Exceto em grupos privados, nos três outros agrupamentos – total do setor bancário, grupos bancários, total do setor bancário privado – houve desconcentração no mercado de crédito a partir de 1999, assim, salientando a importância de incorporar as F&A na análise, que neste caso, ocorreram com mais intensidade no setor privado. Apesar disso, os valores do índice HHI obtidos para grupos privados mostrou que o mercado estava desconcentrado. Por outro lado, a concentração para a conta crédito (grupos bancários), apesar de bastante oscilante e em declínio a partir de 1999 encontrava-se moderadamente concentrada ($0,1 < HHI < 0,18$) grande parte do período considerado.
- Aliado a isso, houve crescimento considerável das razões de concentração na conta crédito quando se considerou grupos bancários e grupos privados.
- Já os resultados do índice HHI para ativos indicaram mercado desconcentrado, assim como para a conta PLA, que apresentou apenas um pico entre 1998 e 1999 de 0,1028 (moderadamente concentrado) para grupos privados. Maiores valores do índice HHI para grupos privados também foram obtidos para a conta depósitos, que até o final de 1998 apresentava-se desconcentrada, já de 1999 até 2000 encontrou-se moderadamente concentrada.

➤ Por fim, Rocha (2001) afirma que dos indicadores de concentração não se derivam de forma direta análises qualitativas das condições concorrenciais e da estrutura de mercado. Salientando que para isso, os índices devem ser complementados com análises de contestabilidade e abertura, dos graus de eficiência e da qualidade da regulação prudencial.

Como forma de mostrar que existiram outros momentos da história brasileira onde a concentração do setor bancário foi alvo de indagações, Troster (2006) cita três períodos onde a esta análise tornou-se relevante no país. Em 1964, o Plano de Ação Econômica do Governo - PAEG iniciou uma reestruturação do sistema financeiro nacional, impondo um novo cenário para os bancos no país. As conseqüências foram sentidas até 1988, com o autor afirmando que no período em questão, chegou-se ao consenso de aumento da concentração de mercado e um processo de conglomeramento do setor de bancos no Brasil. O período de 1988 até 1994 também foi analisado, com os fatos indicando diminuição da concentração de mercado. Para Troster (2006), duas importantes medidas influenciaram este período, que foram:

- a) Resolução 1526/88 do Banco Central: criou os bancos múltiplos¹⁵.
- b) Constituição de 1988 (artigo 192): estabeleceu a necessidade de que as barreiras de entrada ao setor bancário brasileiro fossem atenuadas.

Para o autor, com essas medidas houve uma simplificação dos procedimentos legais e contábeis dos bancos, aliado a uma melhora na contestabilidade do mercado bancário, ou seja, a entrada e a saída de novos bancos tornaram-se menos custosas, além do que, a criação dos bancos múltiplos implicou na possibilidade de atuação em vários segmentos do mercado bancário.

Como resultado, o número de bancos aumentou rapidamente no país, passando de 106 em 1988 para 246 em 1994, conforme se observa no Quadro 9.

¹⁵ Banco múltiplo compreende instituição financeira privada ou pública que realiza operações ativas, passivas e acessórias de diversas instituições financeiras. As carteiras as quais esse tipo de instituição trabalha são as seguintes: comercial, investimento e ou desenvolvimento, crédito imobiliário, arrendamento mercantil e de crédito, financiamento e investimento, sendo que essas operações estão sujeitas às mesmas normas legais e regulamentares aplicáveis às instituições singulares correspondentes as suas carteiras (BACEN, 2009).

Ano	número	Ano	número
1988	106	1998	203
1989	179	1999	193
1990	216	2000	192
1992	234	2001	182
1993	243	2002	167
1994	246	2003	165
1995	242	2004	164
1996	231	2005	161
1997	217	2006	159

Quadro 9 – Brasil: evolução do número de bancos entre 1988 a 2006

Fonte: Troster (2006) e Banco Central do Brasil (2007c)

Com o lançamento das bases do Plano Real no final de 1993, e a substituição da antiga moeda pelo Real em primeiro de julho de 1994, ocorreram mudanças significativas na economia brasileira. Mais especificamente no setor bancário, a queda da inflação fez com que alguns bancos fossem incorporados por outros, pois os que não conseguiram se adaptar a nova realidade econômica encerraram suas operações ou foram absorvidos por outros. Além do que, a privatização dos bancos públicos, abertura do mercado aos bancos estrangeiros e o saneamento de bancos com problemas financeiros favoreceu este quadro de redução do número de bancos no país (Quadro 9) ¹⁶.

Visando analisar as conseqüências desse processo, o autor utilizou-se do índice HHI para as seguintes contas: crédito, ativo, depósitos e patrimônio líquido para o período 1994-2003. Os valores observados no Quadro 10 mostram que apenas a concentração no crédito diminuiu, iniciando em 0,123 (1994) – mercado moderadamente concentrado – chegando ao seu ápice em 0,197 (1998) – mercado concentrado – e fechando o período analisado em 0,094 (2003) – mercado desconcentrado.

¹⁶ Troster (2006) afirma que o período após 1994 foi o de maior transformação na história do setor bancário brasileiro.

Ano	Crédito	Ativo	Depósito	Patrimônio
1994	0,123	0,073	0,090	0,059
1995	0,137	0,071	0,106	0,047
1996	0,127	0,068	0,105	0,051
1997	0,153	0,069	0,100	0,052
1998	0,197	0,074	0,098	0,046
1999	0,164	0,071	0,108	0,042
2000	0,123	0,068	0,098	0,042
2001	0,058	0,061	0,094	0,038
2002	0,061	0,070	0,100	0,037
2003	0,094	0,092	0,124	0,065

Quadro 10 – Brasil: índice HHI para as contas crédito, ativo, depósito e patrimônio, no período 1994-2003

Fonte: Troster (2006)

Em ativos, patrimônio e depósitos o HHI aumentou, mas os valores encontrados ($HHI < 0,1$) caracterizaram os dois primeiros como mercados desconcentrados e o último como moderadamente concentrado ($0,1 < HHI < 0,18$) na maioria dos anos considerados.

Além do que, o autor mensurou uma média da taxa de concentração (CR – *concentration ratio*) em ativos, entre 1995 e 1999, para os três maiores bancos do Brasil e para diversos países, comparando-as no Quadro 11.

País	CR ₃	País	CR ₃	País	CR ₃
EUA	0,18	Polônia	0,51	Uruguai	0,72
Panamá	0,22	Venezuela	0,53	Ghana	0,75
Guatemala	0,26	Canadá	0,54	Moldova	0,76
França	0,27	Quênia	0,54	Zâmbia	0,76
Itália	0,27	Turquia	0,54	Tanzânia	0,77
Alemanha	0,32	Tailândia	0,56	Senegal	0,78
Colômbia	0,32	Uganda	0,56	Namíbia	0,79
Argentina	0,34	Egito	0,57	China	0,80
Índia	0,35	Ucrânia	0,57	Belarus	0,81
Filipinas	0,36	Croácia	0,58	Geórgia	0,81
Malásia	0,36	Eslovênia	0,60	Kazakistão	0,81
Rússia	0,38	Singapura	0,60	Romênia	0,83
Indonésia	0,39	R. Dominicana	0,61	Estônia	0,85
Brasil	0,40	R. Tcheca	0,61	Lituânia	0,86
Reino Unido	0,40	Zimbábue	0,62	Armênia	0,88
Honduras	0,41	México	0,63	Botswana	0,90
Nicarágua	0,41	Paquistão	0,63	Cote d'Ivoire	0,90
Portugal	0,43	Eslováquia	0,65	Camarões	0,91
Bolívia	0,46	Bulgária	0,66	Malawi	0,94
Chile	0,46	Costa Rica	0,66	Madagascar	0,95
Peru	0,46	África do Sul	0,67	Azerbaijão	0,96
Espanha	0,47	Equador	0,67	Etiópia	0,97
Tunísia	0,48	El Salvador	0,68	Haiti	0,97
Nigéria	0,50	T. Tobago	0,70	Belize	1,00
Hungria	0,51	Suécia	0,72		

Quadro 11 - Concentração bancária CR₃ (03 maiores bancos) – vários países – 1995-1999

Fonte: Troster (2006)

Para o autor, segundo Quadro 11, a concentração de mercado nos três maiores bancos do Brasil era proporcionalmente mais baixa que a média entre os países, pois no Brasil a taxa média de concentração era 40% enquanto que a média entre 74 países era 60%.

A resposta para o aumento da concentração em ativos, depósitos e patrimônio de 1994 a 2003, para Troster (2006), deriva da Resolução 2099 editada pelo Banco Central em 17 de agosto de 1994 que aumentou o nível absoluto de capital para os bancos, além de favorecer os grandes bancos com medidas como:

- a) Fixou o desprendimento de capital para as agências bancárias;
- b) Estabeleceu reservas de capital mínimo para operar tipos diferentes de ativos;
- c) Aumentou o nível absoluto da reserva de capital mínimo para uma instituição financeira operar;

- d) Impôs um período curto de tempo para os bancos pequenos se adaptarem a nova conjuntura.

Outro importante trabalho é o de Nakane (2003). Tendo como proposta analisar a opinião de vários especialistas no assunto e também da imprensa – por exemplo, Cintra e Etlin (2003)¹⁷ - que consideram a existência de baixa concorrência no setor bancário brasileiro como causa do alto valor dos *spreads* bancários, o autor contabilizou o número de bancos entre 1994 e junho de 2003 e mensurou o índice HHI para ativos, crédito e depósitos, conforme o Quadro 12.

ano	número de bancos	Índice HHI		
		ativos	crédito	depósitos
1994	246	0.0706	0.0990	0.0858
1995	242	0.0678	0.1001	0.0991
1996	231	0.0674	0.0960	0.0952
1997	217	0.0676	0.1227	0.0934
1998	203	0.0786	0.1351	0.0931
1999	194	0.0744	0.1137	0.0986
2000	192	0.0687	0.0875	0.0902
2001	182	0.0630	0.0566	0.0891
2002	167	0.0692	0.0596	0.0884
2003*	164	0.0758	0.0691	0.0911

Quadro 12 – Brasil: índice HHI para ativos, crédito e depósitos no setor bancário, 1994-2003

Fonte: Nakane (2003)

* Junho 2003.

Observa-se no Quadro 12 que em ativos e depósitos houve um pequeno crescimento nos índices (maior concentração), já em crédito houve queda (menor concentração), mas de uma forma mais acentuada.

Apesar da redução do número de bancos após 1994, os índices calculados para as três contas raramente ultrapassaram 0,1 (caracterizando-os como mercados desconcentrados), pois apenas no mercado de crédito, mais precisamente em 1995, 1997, 1998 e 1999 o mesmo encontrou-se moderadamente concentrado ($0,1 < \text{HHI} < 0,18$).

Contudo, segundo o autor, os resultados do Quadro 12 poderiam não estar considerando dois fatos importantes: várias instituições bancárias pertencerem a um mesmo grupo, devido

¹⁷ Cintra e Etlin (2003) afirmam que o setor bancário brasileiro se concentrou entre 1994 a 2001, tendo como justificativa as 181 fusões e aquisições e o decréscimo de 246 para 180 no número de bancos.

processos de fusões e aquisições, além da existência de escopo mais restrito no mercado onde as instituições competem.

Tonooka e Koyama, 2003 apud Nakane (2003) mensuraram os índices de concentração para modalidades específicas de empréstimos no segmento de taxas livres. Utilizando informações mensais de janeiro de 2001 e fevereiro de 2002, concluiu-se que modalidades como descontos de nota promissória e operações com cartão de crédito apresentaram mercados relativamente mais concentrados que os demais. Porém, os autores também chegaram a observar que os índices de concentração não possuíam impacto sobre as taxas de empréstimos cobradas pelos bancos. Quando substituíram os índices de concentração pela participação no mercado de cada banco ou quando os empréstimos foram agrupados em dois grupos (pessoa jurídica e pessoa física), os autores observaram que com exceção da nota promissória, todos os outros segmentos de mercado apresentavam baixo grau de concentração.

Partindo para testes de poder de mercado, Nakane (2003) se remeteu a trabalhos como de Nakane (2001) e Belaisch (2003) corroborando suas conclusões, que serão sumarizadas a seguir:

- a) A hipótese de que os bancos brasileiros comportavam-se como cartel foi rejeitada;
- b) A hipótese de que os bancos brasileiros atuavam em um cenário de concorrência perfeita também foi rejeitada;
- c) Portanto, os bancos brasileiros operavam em uma estrutura de mercado imperfeita, que apresentava um elevado grau de concorrência. Assim os elevados *spreads* bancários no país não eram decorrência da elevada concentração bancária.

Além do que Málaga, Maziero e Werlang, 2003 apud Nakane (2003) mostraram que o lucro dos bancos não é um lucro extraordinário, pois quando foram feitos ajustes referentes aos bancos que apresentaram problemas de solvência, o retorno sobre o patrimônio líquido do conjunto dos bancos brasileiros foi menor e menos constante que o retorno das empresas não financeiras na média do período 1995-2001.

Com relação à existência de assimetrias de informação – presente no sistema financeiro em geral – Nakane (2003) expressou-as para o setor bancário na prática de fidelização do cliente,

que faz com que um banco – por possuir maiores informações sobre seus clientes – possua vantagem sobre seus concorrentes ao oferecer empréstimos para os seus correntistas¹⁸.

Acrescentando, Kinser, 2002 apud Nakane (2003) mostrou a partir de questionários com famílias de alta renda, baixa renda e minorias étnicas que as mesmas apresentavam alto custo de transferência entre as instituições de depósitos, diminuindo a resposta de tais grupos a variações de preços nos serviços e produtos bancários.

Portanto, o autor tem como sugestão de resposta para os altos *spreads* um suposto poder de mercado na forma de extração de rendas informacionais – a ser verificado em trabalhos posteriores – devido o alto custo de transferência de tais informações.

O trabalho de Carvalho, V.A. (2006) também sugere que o poder de mercado possa ser exercido através de serviços bancários específicos, como cheque especial, sendo que o ideal seria uma análise do efeito da concentração em todos os produtos bancários relevantes.

Mais detalhadamente, Carvalho, V.A. (2006) analisou os possíveis efeitos na variação do grau de concentração bancária após a aquisição do BankBoston pelo Itaú em 2006, através de específicos mercados relevantes e tendo o Brasil como referência. Assim, as variáveis utilizadas foram: depósitos à vista, empréstimos, *hot-money* (financiamento de curtíssimo prazo), conta garantida (crédito rotativo de curto prazo) e crédito pessoal.

O índice de concentração utilizado foi o HHI, que nesse caso, foi considerado entre 0 e 1000 para baixa concentração, entre 1000 e 1800 para concentração moderada, e superior a 1800 para alta concentração. Para se fazer a análise do impacto da fusão Itaú-BankBoston, foi utilizada a informação sobre a variação do índice HHI e do nível alcançado pelo mesmo após operação. Mas devido ao fato das operações bancárias se diferenciarem das demais – seguindo a jurisprudência americana – para um grau de concentração final de pelo menos 1800, o aumento do HHI deve ser de 200 para preocupar as autoridades antitrustes, e não 50, como são realizados em outros setores. Já se o valor do HHI após a fusão estiver abaixo 1000, a mesma é considerada segura; em mercados que se encontram moderadamente concentrados (HHI entre 1000 e 1800), aumentos do HHI de pelo menos 100 pontos também podem ser considerados seguros.

Portanto, Carvalho, V.A. (2006) concluiu que em quase todas as contas houve aumento de concentração sem significância suficiente para preocupar as autoridades antitrustes, pois apenas na conta *hot-money* o nível e a variação do HHI foram elevados. Conforme o trabalho mostrou,

¹⁸ Esse processo também é denominado pelo autor de “obtenção de rendas informacionais”.

além do elevado valor do índice HHI (4.685), após a fusão o mesmo elevou-se ainda mais, alcançando 5.332,19 com variação de 647,19 pontos. A explicação para tal resultado originou-se dos números do mercado de *hot-money*, pois em 2006 havia participação majoritária do banco Itaú (68,65%), com o BankBoston figurando na quarta posição, com 4,9% de participação. Com isso, caracterizou-se a existência de um mercado específico dentro do mercado bancário brasileiro onde o nível de concentração estava bastante elevado.

Para finalizar, segundo Carvalho, F.J.C. (2007), há duas vias possíveis para expansão da firma bancária. Uma delas é a expansão através de ofertas de produtos e serviços *commoditizados*, ou seja, produtos com baixo valor unitário colocado em mercado de massa, por exemplo: capitalização, serviços de fornecimento de boleto bancário, etc. Outra forma é através de produtos diferenciados, geralmente customizados, voltado para pessoas físicas de alta renda ou corporativos, por exemplo: aplicações em renda variável, serviços de auditoria, etc.

Para o autor, a primeira forma de expansão citada, voltada para o segmento popular, se encontra exaurida em economias desenvolvidas, sendo que no Brasil ainda há oportunidades de ganhos nesse segmento. Já quanto à expansão através dos segmentos sofisticados, o autor afirma que os produtos ofertados nesse mercado são altamente individualizados e de alto preço, com isso a reputação do estabelecimento ofertante é um elemento competitivo essencial, tornando ineficaz na maioria das vezes a competição por preços. Assim, apenas em produtos customizados que adquiriram certo grau de homogeneização (por exemplo: operações de fusões e aquisições) a competição por preços seria realizada.

Além do mais, o autor conclui que a expansão da firma bancária através de produtos *commoditizados* deve ser alcançada com relativa rapidez, sendo que o futuro da expansão dos ganhos da indústria bancária brasileira está na customização. Apesar disso, devido o Brasil ainda oferecer oportunidades de ganhos em ambas as formas, uma conglomeração pode vir a ser uma solução para expansão nas duas frentes.

No quadro resumo 21, do Anexo A, são apresentados alguns trabalhos que foram citados na revisão (mas não descritos) e outros trabalhos não abordados neste capítulo, sendo que ambos possuem uma importância indireta ao tema deste trabalho, além de poderem ser utilizados como referências em pesquisas futuras.

2.6 Análise teórica do mercado de crédito

Tendo em vista os diversos trabalhos apresentados na seção anterior, vale destacar que a conta crédito foi utilizada na maioria deles, isso devido sua importância para economia de uma forma geral. Contudo, as suas particularidades não foram mencionadas, e por isso essa variável econômica receberá uma atenção especial nesta seção.

Como apresentado na introdução deste trabalho, uma operação de crédito depende principalmente da disponibilidade de informação sobre o tomador. Com isso, o “merecimento” de se obter crédito implica em assumir certos riscos, isto devido às informações não serem perfeitas, assim divergindo de um dos principais preceitos da economia walrasiana (STIGLITZ; GREENWALD, 2004).

O capital físico existente em uma fábrica pode ser afetado no longo prazo por ferrugem causado por chuvas ou no curto prazo por guerras, que são bastante esporádicas na maioria das regiões do mundo. Já o capital informacional pode ser perdido com mais facilidade, devido uma simples mudança nos preços relativos (STIGLITZ; GREENWALD, 2004). Além do mais, a informação é um custo irrecuperável (*sunk cost*), pois segundo Lima (2003) o custo ocorre antes da finalização da produção, e não pode ser recuperado, caso haja insucesso do negócio financiado.

Assim, devido à operação de crédito depender de um “insumo” tão volátil em sua confiabilidade, e como veremos adiante, restrito e incompleto a muitos agentes econômicos, falhas de mercado acabam surgindo. A principal delas é a assimetria de informação entre tomadores e credores, com isso, Stiglitz e Greenwald (2004) argumentam que em um ambiente onde as informações sobre os tomadores são de difícil acesso, pode-se gerar um processo conhecido como seleção adversa, tendo como consequência um cenário de crédito racionado.

Em suma, segundo Stiglitz e Weiss (1981), devido à escassez de informações sobre os tomadores, as instituições financeiras poderiam adotar como medida de prevenção, a elevação da taxa de juros de seus empréstimos. Por outro lado, essa medida incentivaria mais investidores propensos ao risco a tomarem crédito (seleção adversa), aumentando o risco do portfólio de empréstimos da instituição e provavelmente reduzindo seus retornos financeiros futuros. Assim, em um ambiente de informação assimétrica, a taxa de juros cobrada nos empréstimos e que maximiza o retorno de uma instituição financeira, pode representar uma taxa que está abaixo do

ponto de equilíbrio da demanda e oferta do mercado de fundos emprestáveis, ou seja, situação esta de crédito escasso (STIGLITZ; WEISS, 1981).

Como solução para as ineficiências econômicas geradas pelas assimetrias de informações do mercado de crédito, Stiglitz e Weiss (1981) propõe o uso de colaterais¹⁹ que independem do resultado do investimento realizado, e que se oferecidos a um valor acima do empréstimo, taxa de juros e custos de transação faria a assimetria informacional perder importância, e o crédito deixar de ser escasso.

Contudo, a eficácia da utilização de colaterais como forma de reduzir ou eliminar os problemas informacionais é limitada no caso do Brasil, isto devido a problemas institucionais, como será visto posteriormente. Assim, após essa seção ter apresentado a principal falha que atinge o mercado de crédito como um todo, serão apresentadas na próxima subseção as consequências que as falhas institucionais vigentes causam em um mercado de crédito no Brasil. Mais especificamente no mercado de crédito rural, onde segundo Lima (2003), historicamente a taxa de juros é fixada pelo governo abaixo do ponto de equilíbrio de oferta e demanda, gerando escassez de oferta de crédito rural no país.

2.6.1 Análise teórica do mercado de crédito rural no Brasil

Antes de iniciar a análise contextual sobre o mercado de crédito rural, vale destacar a possibilidade da aplicação dessa abordagem em estudos de Organização Industrial. Considerando que comumente ainda não são utilizados instrumentos de pesquisa histórica em estudos sobre a defesa da concorrência, por outro lado, segundo Azevedo (2001), este método cresce em importância. Além disso, a divisão do setor bancário em seus respectivos mercados permite a aplicação de tal método ao setor. Assim, serão apresentados nesta subseção alguns argumentos teóricos baseados nos preceitos da Nova Economia Institucional - NEI para o mercado de crédito rural brasileiro, tendo em vista a significativa importância das instituições na economia, como atestam Stiglitz e Greenwald (2004), e que a partir da identificação de suas imperfeições podem implicar em políticas públicas frente à defesa da concorrência.

O papel das instituições como importante componente das relações econômicas entre os agentes adveio inicialmente de trabalhos como de Thorstein Veblen na primeira metade do século

¹⁹ Os colaterais representam garantias reais oferecidas pelo tomador do financiamento ou empréstimo.

XX, já a transformação em ferramental teórico só veio acontecer na segunda metade do mesmo século. Trabalhos como de Coase em 1960 e Williamson em 1979 são tidos como os principais para a compreensão dessa teoria, reorganizada e intitulada como Nova Economia Institucional. Apresentando evolução em relação aos autores da primeira metade do século XX, esse novo corpo teórico propunha que além da importância das instituições, os efeitos das mesmas seriam passíveis de mensuração, dando origem a Economia dos Custos de Transação – ECT, a qual difere da teoria microeconômica neoclássica principalmente por não considerar os custos de transação nulos. Dessa forma, a ECT não só considera que as transações implicam na geração de um certo custo, como realça a importância do mesmo para entender certas formas de organização econômica.

Com isso, a utilização do arcabouço teórico da NEI visa apresentar sumariamente as consequências das leis, valores e instituições que sustentam a sociedade, e como elas interferem no mercado de crédito rural brasileiro, elevando os custos de transação e gerando oferta restrita de crédito. No Quadro 13, observa-se as principais mudanças institucionais do mercado de crédito rural do Brasil, desde a década de 1960.

ANO	<i>Mudanças institucionais</i>
1965	<i>Criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR)</i>
1970	<i>Criação da Conta Movimento</i>
1981	<i>Elevação de Juros e adoção dos limites de crédito</i>
1986	<i>Extinção da Conta Movimento</i> <i>Criação da Poupança Rural</i>
1991	<i>Aumento da Participação do BNDES</i>
1994	<i>Criação da CPR – cédula do produtor rural</i>
1995	<i>Criação do PRONAF – Programa nacional da agricultura familiar</i>
1996	<i>Programa de Securitização das Dívidas</i>
1999	<i>Renegociação da Dívida Agrícola 1</i>
2000	<i>Criação da CPR financeira</i>
2001	<i>Renegociação da Dívida 2</i>
2002	<i>Criação do Moderfrota/Moderinfra</i>
2004	<i>Criação de novos títulos</i>
2005	<i>Renegociação da Dívida 3</i>
2008	<i>Renegociação da Dívida 4</i>

Quadro 13 – Principais mudanças institucionais do mercado de crédito rural brasileiro, 1965-2008

Fonte: Almeida (2008)

Das mudanças apresentadas no Quadro 13, se deriva a colocação de que houve uma tendência do governo em diminuir a sua significativa participação no setor rural do país. Em 1965, com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural - SNCR, o governo buscou promover uma política agrícola voltada para incentivos à produção e progresso tecnológico, e que deu resultado. Com a crise econômica mundial da década de 70, essa política começou a se tornar inviável, culminando com a gradual diminuição da participação do governo a partir da década de 80, além de começar a incentivar a introdução do setor no mercado de capitais nacional, com

medidas como a extinção da conta movimento do Banco do Brasil²⁰ em 1986, a criação da Cédula de Produto Rural - CPR em 1994 e de novos títulos em 2004. Dessa forma o governo acabou direcionando seus esforços para as renegociações das dívidas ou para pequenos agricultores, como em programas de apoio a agricultura familiar (PRONAF) e programas que visam à geração de emprego e renda (PROGER), através de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT e Poupança Rural. Sendo que o financiamento para investimento ficou a cargo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Contudo, apesar das mudanças institucionais que o país apresentou, parece que os principais obstáculos estruturais presentes no mercado de crédito rural permanecem os mesmos, apontados por Spolador (2001) e Almeida (2008):

- Ausência de um sistema de informações.
- Ineficiência do sistema jurídico.
- Assimetria de informação.

Os três problemas citados geram encarecimento dos custos de transação dos contratos de crédito rural no Brasil, pois estes crescem à medida que se tornam necessários procedimentos para seleção de tomadores ou solução de possíveis conflitos para recuperação do crédito.

No caso da ausência de um sistema de informações de inadimplência dos tomadores, nota-se o surgimento de uma competição desnecessária de informação entre as firmas, encarecendo o produto final, que é o crédito. Por exemplo, segundo Almeida (2008), empresas de agronegócio do Brasil não divulgam seus índices de inadimplência, não permitindo que as empresas concorrentes utilizem essa informação. Assim, as informações encontram-se dispersas, gerando um esforço dos agentes em coletá-las, aumentando os custos de transação que serão refletidos posteriormente na forma de *spread* na taxa de juros e mecanismos de seleção dos tomadores.

Apesar do crescimento nos últimos anos, ainda é incipiente a participação das instituições financeiras privadas no mercado de crédito rural no Brasil²¹. Um dos motivos está na ineficiência

²⁰ A conta movimento do Banco do Brasil servia como um mecanismo de correção dos desequilíbrios entre recursos e aplicações, fazendo com que se aumentasse a base monetária da economia, ocasionando crescimento do volume de crédito rural concedido.

²¹ Observando relatório do Bacen (2001a, 2002a, 2003a, 2004a, 2005a, 2006a e 2007a), notou-se que apesar da participação dos bancos privados nos contratos de comercialização ser equiparada a dos bancos oficiais federais, as participações em investimentos e custeio foram bem menores.

do sistema jurídico em resguardar os direitos dos credores, pois no Brasil não há uma clara sinalização de que os contratos creditícios serão cumpridos. Segundo Djankov et al., 2004 apud Almeida (2008), constatou-se que o Brasil é um país com reduzidos direitos aos credores, e conforme a autora, a ineficiência da legislação em garantir esses direitos conduz o mercado de crédito a um baixo grau de desenvolvimento, gerando escassez de financiamentos e altas taxas de juros.

Já quanto à assimetria de informação, esta é representada quando o conjunto de informações necessárias à condição ótima de determinadas transações não estão disponíveis de forma homogênea e sem custo entre os agentes. Como exemplo, segue uma situação onde se observa a existência de assimetria de informação no setor agroindustrial do Brasil:

Atuais sistemas de informação que servem os agentes de crédito agrícola não permitem uma leitura objetiva sobre a liquidez e o histórico de crédito dos tomadores. No que se refere à inadimplência, é conduzida como uma caixa preta e os números são revelados pelo Banco Central apenas aos bancos e cooperativas de crédito, referentes às transações de crédito controlado. Com isso os demais agentes econômicos da cadeia agroindustrial da soja não conseguem avaliar de forma acurada o real comprometimento de seus clientes com os agentes financeiros. Para tanto, esses agentes utilizam a rede social e meios informais, como forma de checar as informações prestadas pelos produtores-clientes e colher depoimentos sobre a reputação e relacionamento com outras empresas (ALMEIDA, 2008, p. 67).

Da escassez e do difícil acesso aos recursos via procedimentos formais, originou-se os empréstimos informais no setor rural, os quais são operações realizadas fora do sistema financeiro e do controle do governo, sendo bastante significativas para os agricultores de pequeno porte (SPOLADOR, 2001). Como por exemplo:

- Empréstimos em dinheiro obtidos de particulares ou firmas relacionadas ao setor agropecuário;
- Operações de escambo entre insumo/produto, serviço/produto, cooperativas/firmas e produtores;
- Compras e vendas antecipadas de produção entre produtores, comerciantes ou empresas;

- Poupança e empréstimo realizados por grupos ou associações informais de agricultores.

Mas o que parece ser uma solução para o problema da escassez de crédito rural formal, por outro lado, Almeida, 1994 apud Spolador (2001) observou que as taxas de juros dos empréstimos informais possuem uma variação mais intensa do que a dos empréstimos formais, podendo chegar a valores três vezes maiores.

Um instrumento que amenizaria o problema informacional e de defesa dos direitos dos credores seria o já citado colateral. Segundo Ozaki (2005), a falta de um mercado de seguro agrícola bem desenvolvido – devido os poucos dados disponíveis para as seguradoras – e as falhas do judiciário em garantir os direitos dos credores, incentivam o uso das garantias em operações de crédito rural. Apesar disso, Almeida (2008) afirma que o sistema de registro de garantias do país possui órgãos descentralizados, podendo levar a casos de oportunismo por parte dos tomadores, devido às informações também apresentarem-se descentralizadas, gerando ineficiências no mercado de crédito.

Conforme se observou no Quadro 13, uma importante mudança institucional que país apresentou foi o Plano de Securitização das Dívidas em 1996. O plano era direcionado para agricultores com dívida de até R\$ 200 mil, já os agricultores que excediam esse limite eram amparados pelo Programa Especial de Saneamento de Ativos. Nessas operações o Tesouro Nacional se comprometia a emitir títulos para garantir contratos entre agricultores e bancos. Apesar desse plano ter sido do interesse de produtores e credores, pois possibilitou o alongamento da dívida – através de renegociações – e equalizações²² dos custos da mesma, Dias e Abramovay, 2000 apud Almeida (2008) constataram o “engessamento” dos recursos para crédito rural com esse processo.

Já, tanto a criação da CPR no ano de 1994 quanto da CPR financeira em 2000 podem ser considerados avanços para se dar uma maior dinâmica ao mercado de crédito rural brasileiro. Com a característica de ser um título que permite a venda antecipada do produto agrícola, a versão de 1994 dificultava a conciliação das características do produto demandado e do ofertado (contidas na CPR), assim foi instituída em 2000 a permissão da liquidação financeira da mesma,

²² A taxa de equalização é a diferença entre as taxas de mercado e as taxas definidas pelo SNCR para o financiamento agrícola, incluindo encargos administrativos e tributários.

criando-se a CPR financeira. O avanço desse título foi permitir a execução das garantias sem a necessidade de processo judicial, dotando de mais rapidez a recuperação de créditos em caso de inadimplência. Como exemplos, Almeida (2008) cita algumas operações de crédito realizadas através da CPR:

- Antecipação de recursos com os bancos;
- Antecipação de recursos com *tradings*; cooperativas e agroindústrias;
- Antecipação de recursos para compra de insumos;
- Lastro de operações de compra e venda com agentes da cadeia agroindustrial;

Por outro lado, o alto risco da atividade agrícola, decorrente de intempéries naturais, juntamente com a escassez de informações coordenadas do setor, fez com que o custo do aval da CPR se tornasse elevado, fazendo surgir várias CPRs de gaveta, as quais não possuem registro na Central de Custódia e liquidação de Títulos - Cetip. Contudo, apesar da maior diferença entre as duas modalidades ser o custo, pois a CPR de gaveta também oferece segurança aos credores, ao permitir arresto dos produtos em uma situação de inadimplência, a criação desta parece ser produto das “falhas” institucionais do país que elevam os custos de transação. Acrescentando, embora o número de CPRs tenha crescido consideravelmente desde a sua criação, Almeida (2008) afirma que seu custo equivale a três vezes o custo do crédito controlado.

Dando prosseguimento à introdução dos instrumentos de recursos privados no financiamento agrícola, com objetivo a integrar o fluxo de capitais entre produtores rurais, fornecedores, compradores, seguradoras, bolsas de mercadorias e futuros, centrais de custódia, investidores e sistema financeiro, no ano de 2004 foram lançados novos títulos. Por exemplo: Certificado de Depósito Agropecuário - CDA, *Warrant* Agropecuário - WA, Certificado de Direitos Creditórios dos Agronegócios - CDCA, Letras de Crédito do Agronegócio - LCA e Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA. No entanto, percebe-se um antagonismo nos avanços institucionais do país, pois foram criados títulos que permitem investimentos e a entrada de agentes do mercado de capitais no financiamento rural, mas não foram disponibilizadas informações sobre os tomadores, situação essa que mantém o mercado de crédito agrícola pouco atrativo para os credores (ALMEIDA, 2008).

Apesar do gradativo progresso no ambiente institucional do país para as operações de crédito rural, há muito ainda para se fazer, pois conforme Williamson, 1985 apud Almeida (2008), situações tidas como ineficientes podem representar o interesse de alguns agentes em mantê-las assim. Casos como estes podem ser representados pelas sucessivas renegociações de dívidas dos agricultores organizados em bancadas (bancada ruralista).

Complementando, conforme relatórios anuais do Banco Central do Brasil sobre crédito rural, entre 2001 a 2007, o número de contratos de financiamentos para produtores e cooperativas realizados pelos bancos oficiais federais foi absoluta maioria, mas esta situação não se repetiu quando se observou os valores e os valores médios dos contratos concedidos. Lima (2003) afirma que procurando reduzir seus custos, os bancos privados realizam suas operações com altos valores, devido ao fato dos grandes agricultores apresentarem menores riscos em operações de crédito, além do custo bancário da transação, que é menor em grandes empréstimos, pois se mobiliza uma menor estrutura física e pessoal para administrar poucos contratos, mas com altos valores.

Enfim, apesar das mudanças verificadas, várias são as conseqüências do sistema de financiamento agrícola iniciado em 1965 – que favoreceu grandes produtores agrícolas – e que são sentidas mais de 40 anos depois. Assim, sugere-se que uma nova política agrícola seja adotada, distinguindo pequenos, médios e grandes produtores, considerando que estes possuem maiores acessos ao sistema financeiro e conseqüentemente aos recursos tanto internos quanto externos.

Sumarizando, esta seção mostrou como fato positivo a diminuição da participação governamental no financiamento rural, mas esta é uma questão que merece ressalvas. Como se observou, vários instrumentos financeiros foram criados para permitir tal processo, mas seus desenvolvimentos são prejudicados por falhas informacionais e legais do país, assim o papel do estado no setor rural brasileiro precisa ser gradativamente reduzido a medida que sejam realizadas mudanças institucionais, através de políticas públicas que promovam maior transparência das informações sobre o setor, sendo estas organizadas e divulgadas. Já o sistema jurídico, precisa ser continuamente aperfeiçoado, tornando-se compatível com a dinâmica que necessita uma economia de mercado. Como exemplo da evolução da legislação, observou-se a lei falimentar de 2004, que deu maiores proteções aos direitos dos credores, substituindo a concordata pela recuperação da empresa e permitindo acordos entre empresas e devedores.

Contudo, por enquanto a participação do estado é necessária para diminuir os custos de transação e promover as mudanças que o mercado de crédito rural necessita para se dinamizar e se desenvolver de uma forma condizente ao tamanho do setor rural na economia brasileira.

2.7 Competição e estabilidade no setor bancário

Por fim, a presente seção apresentará brevemente alguns tópicos do debate sobre a relação entre o grau de competição e a estabilidade no setor bancário, contudo não será tomado ou defendido nenhum posicionamento, devido esta ser uma temática que foge ao escopo desta pesquisa.

Para iniciar essa breve apresentação, vale ressaltar que o setor bancário comparado a outros setores da economia se depara com o risco de uma forma diferenciada. Pois um banco, mesmo que esteja com seus fundamentos perfeitamente solventes, pode vir a se tornar insolvente simplesmente porque os depositantes acreditam que ele está insolvente (MELLO, 2006).

Além do que, Diamond e Dibvyg, 1983 apud Mello (2006) acrescentam a possibilidade de proliferação de uma crise financeira com consequências econômicas, pois quando um banco está em dificuldade, aumenta a probabilidade de que os outros também incorram em problemas, assim surgindo um ambiente de incertezas (principalmente no mercado de crédito) que prejudica o dinamismo da atividade econômica em geral.

Com relação os efeitos do nível de competição do setor bancário no grau de estabilidade do mesmo, há muitas controvérsias sobre o assunto. Há opiniões que consideram concorrência e estabilidade do setor bancário como uma relação de *trade-off*, mas do ponto de vista teórico, isso não é claro (MELLO, 2006).

Contudo, os tópicos a seguir, retirados Mello (2006), apresentam resumidamente alguns argumentos do próprio autor e de outros trabalhos, para uma possível relação entre nível de competição e estabilidade no setor bancário:

- Bancos maiores teriam mais capacidade de diversificar o risco, o que diminuiria o risco de falência, aumentando a estabilidade do setor;
- A competição pode elevar o grau de instabilidade do setor, pois os bancos atendem primeiro os melhores clientes. Assim, com o aumento da competição e o consequente

aumento do crédito, os piores clientes começariam a ter acesso a este, expondo mais o setor ao risco;

- Keeley, 1990 apud Mello (2006) mostrou que o aumento do número de falências bancárias nos Estados Unidos durante na década de 1980 foram ajudadas pelo aumento da competição entre os bancos norte-americanos;
- Beck, Demirguç-Kunt e Levine, 2003 apud Mello (2006) mostraram que crises em um setor bancário mais concentrado e com menos competição são menos prováveis.

Por outro lado:

- Idéia do *too big to fail*: este argumento afirma que está no comportamento estratégico dos bancos a instabilidade do sistema. Quando um banco cresce demais, ele antevê que o regulador prudencial do sistema financeiro não o deixará ir à falência, devido efeito nocivo que poderá causar ao sistema financeiro; assim incentivando o banco a tomar riscos, aumentando a probabilidade de falência;
- Quando o aumento do poder de mercado do banco influencia o preço dos seus produtos, há uma elevação da taxa de juros ao tomador, fazendo cair o valor presente esperado do negócio, aumentando os incentivos aos tomadores de tomar riscos, assim piorando a qualidade da carteira de ativos dos bancos.

Enfim, segundo Mello (2006), independente do grau de competição que o setor bancário venha possuir, parece que há a sua contrapartida na estabilidade do mesmo, pois bancos maiores apresentam menor probabilidade de ir à falência, mas a probabilidade de transmissão de uma crise é maior em um sistema bancário com poucos bancos.

3 METODOLOGIA

No presente capítulo, será apresentada a metodologia adotada no cálculo da concentração e da desigualdade nas rendas auferidas pelas instituições financeiras do Brasil no mercado bancário, e especificamente no mercado de crédito²³, entre 2001 e 2007.

A fonte dos dados e as características dos mesmos são descritos na seção 3.1, já a definição de mercado relevante é realizada na seção 3.2, sendo que na subseção 3.2.1 aplica-se definição de mercado relevante para o mercado bancário e de crédito. A medida de concentração utilizada no presente trabalho é descrita em 3.3 e a origem e aplicações do índice de desigualdade em 3.4, onde em 3.4.1 são feitas algumas considerações sobre a definição de desigualdade e se apresenta alguns preceitos sobre a teoria da informação, reservando assim, a subseção 3.4.2 para descrição o índice *T* de Theil. Por fim, a seção 3.5 apresenta a forma como serão analisados os resultados.

3.1 Fonte dos dados: Plano Contábil das Instituições Financeiras do Brasil - Cosif

A obtenção dos dados financeiros deste trabalho foi realizada via informação pessoal através de contato²⁴ junto ao Departamento de Monitoração do Sistema Financeiro e Gestão de Informação do Banco Central do Brasil. As informações foram extraídas do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - Cosif, criado através da Circular 1.273 de 29 de dezembro de 1987, com a finalidade de unificar os planos contábeis dos bancos e padronizar os procedimentos de registros e elaboração de demonstrações financeiras. Assim, o presente trabalho se utilizou das informações disponibilizadas da conta 7 do plano – Contas de Resultado Credoras – mais especificamente das Receitas Operacionais²⁵ das instituições entre 2001 e 2007, que são operacionalmente subdivididas conforme se observa na Figura 6.

²³ O mercado de crédito é uma divisão do mercado bancário.

²⁴ Email: tadeu.pimenta@bcb.gov.br.

²⁵ Receitas operacionais compreendem valores relativos a receitas diretamente ligadas a atividade principal do banco (ou empresa); já receitas não ligadas à atividade do banco (ou empresa) são denominadas receitas não-operacionais.

Figura 6 – Divisões das receitas operacionais do Cosif

Fonte: Elaborada com informações do Bacen (2007c).

Todas as contas da Figura 6 podem ser fragmentadas em diversas outras subcontas, dando assim um maior detalhamento das rendas obtidas, conforme mostra o Anexo B. Por outro lado, a restrição de dados imposta ao presente trabalho permitiu a análise apenas das contas indicadas no mesmo Anexo²⁶, e que estão definidas no Anexo C. Além do mais, as normas desse plano de padronização contábil são seguidas pelas seguintes instituições financeiras:

- ❖ Bancos Múltiplos;
- ❖ Bancos Comerciais;
- ❖ Bancos de Desenvolvimento;
- ❖ Caixas Econômicas;
- ❖ Bancos de Investimento;
- ❖ Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento;
- ❖ Sociedades de Crédito ao Microempreendedor;
- ❖ Sociedades de Crédito Imobiliário e Associações de Poupança e Empréstimos;
- ❖ Sociedades de Arrendamento Mercantil;
- ❖ Sociedades Corretoras de Títulos e Valores Mobiliários e Câmbio;
- ❖ Sociedades Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários;
- ❖ Cooperativas de Crédito;

²⁶ Essas contas serão apresentadas na próxima seção.

- ❖ Fundos de Investimento;
- ❖ Companhias Hipotecárias;
- ❖ Agências de Fomento ou de Desenvolvimento;
- ❖ Administradoras de Consórcio;
- ❖ Empresas em Liquidação Extrajudicial;

Apesar de utilizar os dados das instituições financeiras e não só bancos, o estudo considerará os graus de concentração e desigualdade nas rendas como sendo uma indicação da estrutura de mercado bancário brasileiro. Pois, como observado na revisão bibliográfica, o Brasil é quase totalmente dependente do sistema bancário para operações de intermediação financeira e captação de recursos para consumo e investimento. E para ilustrar a preponderância do setor bancário no sistema financeiro nacional, segue uma breve relação de empresas que atuam em distintos segmentos do mercado financeiro, mas pertencem a um conglomerado bancário.

- ➔ ***Arrendamento Mercantil:*** BRADESCO Leasing SA Arrendamento Mercantil; SANTANDER Brasil Arrendamento Mercantil SA; HSBC Leasing Arrendamento Mercantil Brasil SA;
- ➔ ***Sociedade Corretora de Títulos e Valores Mobiliários e Câmbio:*** HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários SA; ITAU Corretora de Valores SA; ABN AMRO REAL Corretora de Cambio e Valores Mobiliários SA;
- ➔ ***Sociedade Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários:*** ITAU Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários SA; CITIBANK Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários SA;
- ➔ ***Companhias Hipotecárias:*** Companhia Hipotecária UNIBANCO RODOBENS; CITIBANK Companhia Hipotecária; BRASCAN CIA Hipotecária.

Com isso, foi considerado nesse estudo as contas como sendo representações de produtos essencialmente *bancários*, mas que também podem ser ofertados por alguma outra instituição financeira não bancária (por exemplo: administradoras de consórcio, companhias hipotecárias, etc.). Assim, no mercado bancário existiriam potenciais competidores não bancários que ofertam determinado produto que os bancos oferecem majoritariamente.

Acrescentando, em relatório apresentado em dezembro de 2005 sobre o Sistema Financeiro Nacional - SFN, constatou-se que na distribuição do ativo pelas sociedades de crédito, financiamento e investimento (financeiras), 91% eram de financeiras ligadas a conglomerados bancários, sendo 83% nacional e 8 % estrangeiro (BACEN, 2005). Já com relação à participação dos ativos dos bancos no sistema financeiro nacional, observa-se através do Quadro 14, a preponderância dos bancos entre dezembro de 1996 a dezembro de 2006.

Ano	%
Dezembro/96	90,3
Dezembro/97	91,4
Dezembro/98	90,6
Dezembro/99	91,6
Dezembro/00	93,0
Dezembro/01	93,6
Dezembro/02	94,3
Dezembro/03	94,0
Dezembro/04	93,1
Dezembro/05	90,6
Dezembro/06	89,6

Quadro 14 - Brasil: participação percentual do setor bancário nos ativos do sistema financeiro nacional, 1996 a 2006

Fonte: Elaborado com dados do Bacen (2006)

Nota: Dados incluem Caixa Econômica Federal e bancos estaduais.

Portanto, devido o Quadro 14 mostrar que os bancos no Brasil possuíam 92% de participação em média nos ativos do sistema financeiro nacional nesses onze anos (1996-2006)²⁷, e pelo fato dos produtos analisados serem ofertados majoritariamente por bancos, se considerará o mercado estudado como sendo bancário, mas sem deixar de considerar na análise as instituições financeiras não bancárias que participaram minoritariamente como ofertantes destes produtos, visando assim, não superestimar os graus de concentração e desigualdade obtidos.

²⁷ A variância foi de 2,46%.

3.2 Definição de mercado relevante

A importância da definição de mercado relevante visa mostrar que é possível a existência de um suposto poder de mercado, antes que se busque prevenir, no ato de concentração, ou reprimir, no caso de uma conduta presumidamente infrativa (POSSAS, 1996).

Uma noção bastante simples e precisa de mercados relevantes, segundo Cade, 1995 apud Possas (1996) é o empregado pelo *Merger Guidelines*²⁸, do Departamento de Justiça dos Estados Unidos, a qual já foi incorporada à experiência e jurisprudência brasileira:

Um mercado é definido como um produto ou um grupo de produtos e uma área geográfica na qual ele é produzido ou vendido tal que uma hipotética firma maximizadora de lucros, não sujeita a regulação de preços, que seja o único produtor ou vendedor, presente ou futuro, daqueles produtos naquela área, poderia provavelmente impor pelo menos um pequeno mas significativo e não transitório aumento no preço, supondo que as condições de venda de todos os outros produtos se mantenham constantes. Um mercado relevante é um grupo de produtos e uma área geográfica que não excedem o necessário para satisfazer tal teste (POSSAS, 1996, p. 2).

Mais detalhadamente, a formulação de um mercado relevante, segundo Possas (1996), compreende os seguintes procedimentos:

- a) O mercado é definido na dupla dimensão produto e geografia, sendo que o produto pode abranger grupos de produtos.
- b) O principal processo de definição de mercado relevante é avaliar preliminarmente a possibilidade da atividade econômica em questão vir a ter algum nível de agregação de produtos em alguma área geográfica, e assim possuir condições técnico-econômicas estruturais nas quais o exercício de poder de mercado, em termos de preço e quantidade, seja logicamente possível.
- c) Utilização do procedimento do monopolista hipotético: no mercado em questão (produto/área) considera-se a existência de um monopolista hipotético que efetua um aumento do preço do bem, assim se os compradores migrarem para outros produtos,

²⁸ Guia para regras internas elaboradas pela Divisão Antitruste dos Estados Unidos em conjunto com a Comissão Federal de Comércio.

deve-se incluir como partes de um novo mercado hipotético o substituto mais próximo e a região onde ele é comercializado, já se não migrarem, o mercado relevante encontra-se definido²⁹.

Assim, para o autor, um mercado relevante seria simplesmente o menor mercado possível, ou seja, o menor agregado de produtos, combinado com a menor área que satisfaz o critério do item (c).

3.2.1 Aplicação da definição de mercado relevante para o mercado bancário e de crédito

Como já exposto na seção anterior, a definição de mercado relevante abrange tanto o ponto de vista geográfico quanto do produto, mas devido às exigências estabelecidas pelo Banco Central do Brasil na concessão dos dados³⁰, não foi possível a identificação das respectivas instituições financeiras, deixando o trabalho impossibilitado de definir qualquer outra dimensão geográfica de mercado que não fosse o Brasil como referência.

Devido essa restrição, a concentração e desigualdade a serem mensuradas poderão estar subestimadas, pelo simples motivo que um banco localizado apenas no estado do Maranhão dificilmente pertenceria ao mercado de outro banco situado no estado do Rio Grande do Sul. Assim, como a definição do mercado ficará restrita a ótica do produto, será apresentada uma definição de produto bancário:

Existem duas abordagens para definir o produto bancário: a produção e a intermediação; existem justificativas para ambas. A abordagem da produção enfatiza o papel da firma bancária produzindo serviços – pagamentos, arrecadação de tributos, etc. – relacionados às contas dos clientes utilizando trabalho e capital. Portanto, as variáveis número de contas ou de transações de um banco seriam medidas do produto bancário, e o conceito de custo seria o de custos operacionais.

A abordagem da intermediação enxerga as instituições financeiras como produtoras de serviços relacionadas diretamente ao seu papel de intermediação no mercado. Elas captam fundos para depois intermediá-los para empréstimos ou outros ativos. Conseqüentemente o volume de empréstimos, ou um outro conjunto de ativos

²⁹ Na prática, segundo Mello (2006), esse teste é feito raramente, devido ser muito dispendioso.

³⁰ O sigilo quanto à identificação das instituições financeiras foi determinante para que Banco Central do Brasil fornecesse os dados.

rentáveis, é visto como uma medida da produção bancária e conseqüentemente dá importância aos juros além dos demais custos, é a abordagem mais encontrada na literatura (TROSTER, 2006, p.8).

Conforme se observa no anexo B, as contas presentes no Cosif se encaixam nas duas abordagens de Troster (2006) de produto bancário, pois há produtos relativos à produção do banco (cobrança, fornecimento de folhas de cheques, entre outros); e também produtos relacionados a operações de intermediação, como diversas modalidades de crédito e tesouraria.

Com isso, para sejam realizadas as mensurações de concentração e desigualdade para o mercado bancário e de crédito, as contas seguirão basicamente a agregação definida na planilha do Cosif. No entanto, as contas tiveram seus nomes abreviados, visando à simplificação, mas enfatizando suas finalidades, assim, as contas para o mercado bancário ficaram definidas conforme o Quadro 15.

Contas do mercado bancário (Cosif)	Definição
<i>Rendas de operações de crédito</i>	Crédito
<i>Rendas de arrendamento mercantil</i>	Leasing
<i>Rendas de câmbio</i>	Câmbio
<i>Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez</i>	Tesouraria
<i>Rendas com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos</i>	Tesouraria
<i>Rendas de prestação de serviços</i>	Serviços
<i>Rendas de participações</i>	Participações

Quadro 15 – Classificação das contas para o mercado bancário brasileiro

Fonte: Elaborado com informações do Bacen (2007c)

O Quadro 15 mostra que as contas *Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez* e *Rendas com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos*, devido serem contas afins, foram consideradas em uma mesma conta, definida como *Tesouraria*.

Quanto ao mercado de crédito em particular, suas subdivisões também foram classificadas conforme critérios baseados no Cosif, com algumas agregações, segundo o Quadro 16.

Contas do mercado de crédito (Cosif)	Definição
<i>Rendas de adiantamentos a depositantes</i>	Adiantamentos
<i>Rendas de títulos descontados</i>	Tesouraria
<i>Rendas de financiamento à exportação</i>	Exterior
<i>Rendas de financiamento de moeda estrangeiras</i>	Exterior
<i>Rendas de financiamentos com interveniência</i>	Consumo
<i>Rendas de financiamentos rurais - aplicações livres</i>	Rural e Agroindustrial
<i>Rendas de financiamentos rurais - aplicações obrigatórias</i>	Rural e Agroindustrial
<i>Rendas de financiamentos rurais - aplicações repassadas e Refinanciadas</i>	Rural e Agroindustrial
<i>Rendas de refinanciamentos de operações com o governo federal</i>	Governo Federal
<i>Rendas de financiamentos agroindustriais</i>	Rural e Agroindustrial
<i>Rendas de financiamentos imobiliários</i>	Imobiliário
<i>Rendas de financiamentos habitacionais</i>	Imobiliário
<i>Rendas de financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento</i>	Infraestrutura
<i>Rendas de direitos por empréstimos de ações</i>	Tesouraria

Quadro 16 – Classificação das contas para o mercado de crédito brasileiro

Fonte: Elaborado com informações do Bacen (2007c)

Da mesma forma que foi feito para o mercado bancário, as contas do mercado de crédito também foram classificadas e agregadas devido semelhanças na finalidade³¹, por exemplo, conforme Quadro 16, as contas *Rendas de financiamento à exportação* e *Rendas de financiamento de moeda estrangeiras* foram agrupadas em uma só conta/mercado de crédito, denominada Exterior, devido as mesmas denotarem operações relacionadas com o mercado externo.

Portanto, sendo que os mercados a serem analisados foram definidos, a próxima seção apresentará o instrumental utilizado nas mensurações da concentração e desigualdade das rendas no mercado bancário e no mercado de crédito brasileiro, entre os anos 2001 a 2007.

³¹ As definições e consequentemente as finalidades de cada uma das contas, tanto do Quadro 15 quanto do Quadro 16, estão presentes no Anexo C.

3.3 Medida de concentração industrial: índice Herfindahl-Hirschmann - HHI

Dando um maior enfoque para o sentido econômico, Braga e Mascolo (1982) afirmam que “concentração” implica em acumulação de certos atributos econômicos, como renda, riqueza, produção e emprego em certas unidades de controle, como indivíduos, firmas, entre outros.

Assim, apesar da possibilidade da concentração industrial ser tratada em termos puramente estatísticos, pois o “grau de concentração” constitui uma característica da distribuição de uma variável em uma população; a idéia central que a “concentração industrial” representa é que ela torna possível o exercício de poder de mercado.

Com isso, o índice concentração utilizado no presente trabalho será o índice Herfindahl-Hirschmann, que apesar de captar tanto a participação de cada firma no mercado quanto a desigualdade entre elas, é comumente designado na literatura como uma medida de concentração³², além do mais, é uma das mais utilizadas em estudos sobre organização industrial e na elaboração de pareceres técnicos feitos por instituições defensoras da concorrência no Brasil (Cade e SEAE)³³ e no exterior.

O índice HHI foi elaborado primeiramente por Albert Hirschman em 1945, em um trabalho sobre concentração do comércio internacional, sendo retomado em 1950 por Orris Herfindahl que analisou a concentração da indústria de aço nos Estados Unidos, com isso, a expressão do índice ficou assim definida:

$$HHI = \sum_{i=1}^n s_i^2 \quad (1)$$

Em que, n é o número total de instituições no mercado/conta considerado, s_i^2 é o quadrado da participação da i -ésima instituição na renda total de cada mercado/conta, assim fazendo-se uma maior ponderação para as maiores firmas. Para Hoffmann (1998), o índice também pode ser expresso da seguinte forma:

³² Ver Hoffmann (1998).

³³ Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade.
Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE.

$$HHI = \frac{1}{n}(C^2 + 1) \quad (2)$$

Contudo, $C = \sigma / \mu$ representa uma medida de desigualdade mais antiga, denominada coeficiente de variação. Com σ sendo o desvio padrão e o μ a média da distribuição.

Assim, pode-se chegar facilmente de (2) para (1), conforme os procedimentos:

$$\text{Considerando } C^2 = \frac{\sigma^2}{\mu^2} \quad \text{e} \quad \sigma^2 = \frac{1}{n} \sum y_i^2 - \mu^2 \text{ (variância)}$$

e substituindo σ^2

$$C^2 = \frac{\sigma^2}{\mu^2} = \left(\frac{1/n \sum y_i^2}{\mu^2} - \frac{\mu^2}{\mu^2} \right) = \frac{1}{n\mu^2} \sum y_i^2 - 1$$

Inserindo o resultado acima na expressão (2):

$$HHI = \frac{1}{n}(C^2 + 1) = \frac{1}{n} \left[\left(\frac{1}{n\mu^2} \sum y_i^2 - 1 \right) + 1 \right] = \frac{1}{n} \left[\frac{1}{n\mu^2} \sum y_i^2 \right] =$$

$$\frac{\sum y_i^2}{n^2 \mu^2} = \sum s_i^2$$

Já, os limites de variação do índice são os seguintes: $1/n \leq HHI \leq 1$; caracterizando o valor $1/n$ para valor mínimo de concentração e 1 para valor máximo de concentração.

Desde 1980, o HHI é usado pelo *Merger Guidelines* (EUA) em substituição as razões de concentração (*concentration ratio* - CR); podendo também ser utilizado em análises de fusão, conforme o impacto do processo na variação do HHI³⁴.

³⁴ Para mais detalhes, ver estudo de Carvalho, V.A. (2006).

3.4 Índice T de Theil: origem e aplicações

3.4.1 Desigualdade e Teoria da Informação

Para Medeiros (2006) definir a expressão *desigualdade* não é uma tarefa simples, pois segundo o autor não existe uma definição correta para o termo, assim considerando como definição da palavra, o significado usual dela, com isso, *desigualdade* faria referência a desigualdades relativas, e *diferença*, *disparidade* ou *distância* as desigualdades absolutas.

Hoffmann (1980) ressalta que ao se analisar medidas de desigualdade, geralmente utilizam-se os termos “concentração” e “desigualdade” como sinônimos. Sendo que, em estudos de distribuição de renda essa associação é plausível, já em estudos sobre concentração industrial esses significados podem não convergir. Conforme o autor, concentração industrial pode ficar bem representada quando se considera uma indústria com n empresas que detêm o mesmo volume de produção. Qualquer índice de desigualdade apurado resultará em desigualdade zero, mas a concentração industrial dependerá de n , assim, quanto menor o número de firmas maior será a concentração de mercado.

Com isso, antes de apresentar as características do índice de desigualdade a ser utilizado no presente trabalho será realizada uma breve apresentação – baseada em Hoffmann (1998) – sobre a origem do índice.

Adaptada da Física e da Engenharia de Comunicação para a Economia, a Teoria da Informação, que serve de base para a formulação do índice, é baseada no livro “*Economics and Information Theory*” de 1967 de Henry Theil.

Considera-se que x seja a probabilidade associada à ocorrência de um evento qualquer A , o conteúdo informativo da mensagem “ocorreu o evento A ” depende do valor de x ; considerando $x=1$ e a mensagem “ A ocorreu”, não há nenhum conteúdo informativo, pois a mensagem não possui nenhum valor se tivermos certeza que o evento A irá ocorrer. Com isso, para x próximo de um, a mensagem possui pouco conteúdo informativo, entretanto, se x é pequeno, a mensagem possui alto conteúdo informativo.

Portanto, define-se através da expressão (3), o conteúdo informativo de uma mensagem (sujeita a erro) que prevê o evento A .

$$h(x) = \log \frac{y}{x} \quad (3)$$

O y seria a probabilidade de ocorrência do evento depois da mensagem ser recebida (probabilidade *a posteriori*) e o x seria a probabilidade de ocorrência do evento antes da mensagem ser recebida (probabilidade *a priori*). Já a razão da escolha da função logarítmica foi devido à propriedade de aditividade, no caso de ocorrer dois eventos independentes. Pode-se ainda, considerar $y=1$ (o evento ocorreu), transformando a expressão (3) em:

$$h(x) = \log \frac{1}{x} \quad (4)$$

No caso, onde A_1 e A_2 forem dois eventos independentes, e x_1 e x_2 suas respectivas probabilidades de ocorrência, $x_1 x_2$ seria a probabilidade dos dois eventos ocorrerem simultaneamente, e o conteúdo informativo da mensagem de que ambos ocorreram, seria:

$$h(x_1 x_2) = \log \frac{1}{x_1 x_2} = \log \frac{1}{x_1} + \log \frac{1}{x_2} = h(x_1) + h(x_2)$$

Considerando um universo de n possíveis eventos exaustivos e mutuamente exclusivos, os quais possuem suas probabilidades x_i de ocorrer, têm-se:

$$\sum_{i=1}^n x_i = 1$$

Aplicando a esperança matemática para o conteúdo informativo $h(x)$, de acordo com a expressão (4), obtém-se o seguinte resultado:

$$H(x) = E[h(x_i)] = \sum_{i=1}^n x_i h(x_i) = \sum_{i=1}^n x_i \log \frac{1}{x_i} = - \sum_{i=1}^n x_i \log x_i \quad (5)$$

Assim, segundo Hoffmann (1998), a esperança do conteúdo informativo para uma distribuição $[H(x)]$ é chamada de entropia da distribuição, e conforme Resende (1994) pode representar uma medida de concentração. Braga e Mascolo, 1982 apud Resende (1994) justificam que considerando x_i a parcela de mercado da i -ésima firma, a entropia representaria o valor esperado do conteúdo informacional de uma mensagem que afirmasse que, tendo sido vendido um certo montante pela indústria em questão, para um consumidor qualquer, a venda foi efetuada pela i -ésima firma. Com isso, quanto maior a parcela de mercado da firma, menor o grau de surpresa trazido pela mensagem e vice-versa.

As unidades de medida utilizadas comumente para entropia são os logaritmos de base dois ou naturais, assim quando se utiliza logaritmo de base dois, o conteúdo informativo é expresso em *bits* (*binary units*) já quando se utiliza logaritmos naturais, em *nits* (*natural units*).

Com relação aos valores extremos do índice, o valor mínimo de $H(x)$ (concentração máxima de mercado) ocorre quando uma das parcelas de mercado é um e o restante é zero, assim:

$$H(x) = 0$$

Já o valor máximo de $H(x)$ (inexistência de concentração de mercado) aconteceria se todas as parcelas de mercado fossem iguais ($1/n$), (sendo n o número total de firmas da indústria), com isso:

$$H(x) = \sum_i x_i \log \frac{1}{x_i} = \sum_i \frac{1}{n} \log n = \log n$$

Portanto, a entropia de Theil possui os seguintes limites de valores:

$$0 \leq H(x) \leq \log n \quad (6)$$

Dessa forma, Resende (1994) afirma que a entropia de Theil pode ser considerada como uma medida inversa de concentração, pois quanto menor (maior) $H(x)$ mais (menos) concentrada é a indústria, sendo assim, o inverso dos outros índices de concentração³⁵.

Quando o número de firmas aumenta e as mesmas continuam com o mesmo tamanho, a entropia de $\log n$ aumentará também, ou seja, o mercado se tornará menos concentrado. Assim, 200 firmas de igual tamanho, as quais compartilham o total da produção, representam um ambiente onde há muito menos concentração de mercado do que uma indústria onde existem apenas duas firmas de igual tamanho (THEIL, 1967).

Portanto, Hoffmann (1998) afirma que o significado de entropia da Física difere da Economia, pois uma maior entropia na Física representa maior “desordem” do sistema, já uma maior entropia na Economia não representa desordem econômica e sim menor concentração de mercado.

3.4.2 Índice T de Theil

Com a finalidade de evitar alguma interpretação equivocada da entropia, por ser considerada uma medida de desconcentração industrial, Theil (1967) formulou outro índice (T de Theil), e que seria mais apropriado para se trabalhar em análises de desigualdade.

Primeiramente, considerando uma população de n pessoas, as quais cada uma recebe uma parcela não negativa da renda total ($y_i \geq 0$, com $i=1, \dots, n$) observa-se então:

$$\sum_{i=1}^n y_i = 1$$

Dessa forma, de acordo com as expressões (5) e (6), o índice T de Theil é obtido subtraindo o valor máximo da entropia dela mesmo, que neste caso, resultaria na seguinte expressão:

³⁵ Por exemplo, nos índices Herfindahl-Hirschman - HHI e Hall-Tideman - HTI quanto maior (menor) o valor do índice, maior (menor) a concentração do mercado.

$$T = \log n - H(y) = \log n - \left(- \sum_{i=1}^n y_i \log y_i \right) = \sum_{i=1}^n y_i \log ny_i \quad (7)$$

$$\text{ou } T = \sum_{i=1}^n y_i \log \frac{y_i}{1/n}$$

em que, $0 \leq T \leq \log n$.

Dessa forma, segundo a expressão (7), o índice T de Theil corresponderia à esperança do valor informativo de uma mensagem incerta, onde, neste caso, as probabilidades *a posteriori* são as frações da renda total apropriadas pelos indivíduos e as probabilidades *a priori* são iguais a $1/n$, ou seja, iguais à fração da população total correspondente a cada pessoa.

Vale ressaltar que originalmente Theil (1967) designou a expressão (7) como redundância de uma distribuição de renda, já Hoffmann (1998) afirma que na literatura utiliza-se comumente a mesma expressão intitulando-a como índice T de Theil ou primeira medida de desigualdade de Theil, sendo esta, devido ao fato da existência de uma segunda medida, o L de Theil³⁶.

A justificativa para a utilização do índice T de Theil no presente trabalho seria devido a sua vantagem para outras medidas de desigualdade, como o índice de Gini, pois aquele pode ser utilizado em análises de variáveis reunidas segundo algum critério qualquer. Essa propriedade permite que o índice possa ser decomposto em uma medida de desigualdade entre grupos e uma média ponderada das medidas de desigualdade dentro dos grupos, mas isso será visto mais detalhadamente a seguir, juntamente com as diferenças entre o T de Theil e a Entropia.

➤ Decomposição do Índice T de Theil e diferenciação com relação à Entropia

Antes de iniciar a decomposição do índice T de Theil, será apresentado o resultado da decomposição da Entropia, para efeitos comparativos, retirados de Shirota (1988):

$$H = H_e + \sum_{h=1}^k (Y_h \cdot H_h) \quad (8)$$

com

³⁶ Ver Hoffmann (1998) para mais detalhes.

$$H_e = \sum_{h=1}^k [Y_h \cdot \log(1/Y_h)] \quad (9)$$

e

$$H_h = \sum_{i=1}^{n_h} [(y_{hi} / Y_h) \cdot \log(Y_h / y_{hi})] \quad (10)$$

em que:

H : é a entropia total;

H_e : é a entropia entre grupos;

H_h : é a entropia dentro dos grupos;

Y_h : é a participação do h -ésimo grupo na variável em estudo;

y_{hi} : é a participação do i -ésimo elemento do h -ésimo grupo na variável em estudo.

Assim, conforme Shirota (1988), o termo $[\sum_{h=1}^k (Y_h \cdot H_h)]$ da expressão (8) seria a média das entropias dentro de cada grupo, ponderada pelas respectivas participações na variável de estudo.

Segundo Hoffmann (1998), o índice T de Theil, de acordo com a expressão (7), fica expresso para toda a população, conforme a expressão (11):

$$T = \sum_{h=1}^k \sum_{i=1}^{n_h} y_{hi} \log N y_{hi} \quad (11)$$

Onde, $N = \sum_{h=1}^k n_h$ representa o número total de elementos da população e n_h ($h=1, \dots, k$) o número de elementos no h -ésimo grupo.

Somando e subtraindo na expressão (11) o termo:

$$\sum_{h=1}^k Y_h \log \frac{N Y_h}{n_h} = \sum_{h=1}^k \sum_{i=1}^{n_h} y_{hi} \log \frac{N Y_h}{n_h}$$

Obtém-se,

$$T = \sum_{h=1}^k \sum_{i=1}^{n_h} y_{hi} \log Ny_{hi} + \sum_{h=1}^k \sum_{i=1}^{n_h} y_{hi} \log \frac{NY_h}{n_h} - \sum_{h=1}^k \sum_{i=1}^{n_h} y_{hi} \log \frac{NY_h}{n_h}$$

Rearranjando os termos, e considerando que $Y_h = \sum_{i=1}^{n_h} y_{hi}$;

$$T = \sum_{h=1}^k Y_h \log \frac{NY_h}{n_h} + \sum_{h=1}^k Y_h \sum_{i=1}^{n_h} \frac{y_{hi}}{Y_h} (\log Ny_{hi} - \log \frac{NY_h}{n_h})$$

Já que $\pi_h = \frac{n_h}{N}$ seria a proporção de uma segunda variável correspondente ao h -ésimo grupo, aplicando a propriedade da subtração entre dois logaritmos:

$$T = \sum_{h=1}^k Y_h \log \frac{Y_h}{\pi_h} + \sum_{h=1}^k Y_h \sum_{i=1}^{n_h} \frac{y_{hi}}{Y_h} \log \left(\frac{Ny_{hi}}{\frac{NY_h}{n_h}} \right)$$

Assim,

$$T = \sum_{h=1}^k Y_h \log \frac{Y_h}{\pi_h} + \sum_{h=1}^k Y_h \sum_{i=1}^{n_h} \frac{y_{hi}}{Y_h} \log n_h \frac{y_{hi}}{Y_h} \quad (12)$$

Sinteticamente, a expressão (12) pode ser representada da seguinte forma:

$$T = T_e + \sum_{h=1}^k Y_h T_h \quad (13)$$

em que:

$$T_e = \sum_{h=1}^k Y_h \log \frac{Y_h}{\pi_h} \quad \text{e} \quad (14)$$

$$T_h = \sum_{i=1}^{n_h} \frac{y_{hi}}{Y_h} \log n_h \frac{y_{hi}}{Y_h} \quad (15)$$

Sendo,

$T_e \Rightarrow$ desigualdade intergrupos (ou intercontas).

$T_h \Rightarrow$ desigualdade dentro de uma h -ésima conta.

$\sum Y_h T_h \Rightarrow$ desigualdade intragrupos (ou intracontas).

$Y_h \Rightarrow$ é a participação da h -ésima conta na renda total do mercado (bancário ou de crédito).

$y_{hi} \Rightarrow$ é a participação da i -ésima instituição da h -ésima conta na renda total do mercado (bancário ou de crédito).

n_h ($h=1, \dots, k$) $\Rightarrow$ o número de instituições na h -ésima conta. Com $N = \sum_{h=1}^k n_h$, representando a soma do total de instituições presentes em cada conta em um determinado ano.

$\pi_{hi} \Rightarrow$ Participação da i -ésima instituição da h -ésima conta com relação a N .

$\pi_h \Rightarrow$ Participação da h -ésima conta com relação a N . Com isso, $\pi_h = \sum_{i=1}^{n_h} \pi_{hi}$.

Portanto, segundo Shirota (1988), o elemento π_{hi} presente em T_e , diferencia o índice T de Theil da Entropia; pois ao permitir a correlação entre duas variáveis fica possível mensurar a concentração de uma variável com relação à distribuição de outra, já com a Entropia isso não é possível³⁷. Assim, da forma que π_h foi considerado no presente estudo, evita-se um possível equívoco em considerar, por exemplo, inexistência de desigualdade entre as contas *Leasing* e *Serviços* devido às mesmas possuírem igual receita, com a primeira possuindo 10 instituições e a última 100. Outra justificativa para a utilização do índice T de Theil é apresentada no exemplo do Quadro 17, a seguir, retirado de Hoffmann (1998).

³⁷ Theil (1967) afirma que a entropia não é recomendável para estudos de distribuição de renda, pois considerando dois grupos, negros e brancos, a máxima igualdade entre os dois grupos existe quando a renda média dos brancos é igual à renda média dos negros (resultado do T de Theil), e não quando a renda total de brancos é igual à renda total dos negros (resultado da entropia).

Considerando dois grupos (A e B) de pessoas, com cinco membros cada um, com as seguintes rendas individuais: A [1; 1; 2; 4; 32] e B [16; 16; 16; 16; 16]. O grupo A possui renda total 40 com média 8 e o grupo B possui renda total 80 e média 16.

Calculando-se o índice T de Theil para esta situação inicial, e depois para outra, quando a renda de cada indivíduo do grupo A é duplicada, observa-se:

Componentes	T de Theil	
	Antes	Depois
Grupo A	0,866	0,866
Grupo B	0	0
Intragrupos	0,288	0,433
Entregrupos	0,056	0
Total	0,345	0,433

Quadro 17 – Decomposição do índice T de Theil

Fonte: Hoffmann (1998)

Conforme o Quadro 17, quando a renda de cada indivíduo do grupo A é duplicada, a desigualdade do grupo A continua a mesma, e a desigualdade entregrupos não mais existe (pois agora os dois grupos possuem renda total 80 e média 16).

No entanto, a desigualdade total aumentou, pois a desigualdade intragrupos cresceu, isto devido ao componente Y_h do grupo A (participação do grupo A na renda total) que passou de $1/3$ para $1/2$.

Portanto, a importância do cálculo do índice T de Theil total (expressão 13), além de mostrar a desigualdade na obtenção de rendas entre cada conta através de T_e , tem no componente intragrupos $\sum Y_h T_h$ uma salvaguarda caso haja alguma alteração dessa natureza na renda de um mercado (T_h), pois até mesmo o índice HHI não capta uma mudança de renda como apresentada no exemplo.

3.5 Aplicação dos índices HHI e T de Theil para os mercados bancário e de crédito

Primeiramente, o índice HHI será aplicado para o mercado bancário, ou seja, considerando as rendas totais de cada instituição. Posteriormente, o mesmo será aplicado quando

as rendas estiverem alocadas em seus mercados correspondentes, por exemplo, Crédito, Leasing, Câmbio, etc. Assim, fazendo-se o mesmo para mercado de crédito e suas respectivas contas (Adiantamentos, Tesouraria, Rural e Agroindustrial, etc).

Como foi citado na seção 2.5.1 do capítulo revisão bibliográfica, o índice HHI possui um critério de classificação para seus valores intermediários definidos pelo Departamento de Justiça (DOJ) e Comissão Federal de Comércio dos EUA, e que será também utilizado no presente trabalho. Para valores menores que 0,1 o mercado será caracterizado como desconcentrado, entre 0,1 e 0,18 o mercado será tido como moderadamente concentrado, e acima de 0,18, será um mercado concentrado.

Para Lima (2001) indicadores de concentração, de uma forma geral, sinalizam como é a estrutura de mercado vigente em uma determinada indústria e o ambiente em que é determinada a conduta e o desempenho das firmas pertencentes à mesma. Já a evolução da concentração ao longo de um período mostrará se a tendência é favorável ou contrária ao bem estar social. Contudo, de qualquer indicador de concentração não se deriva de forma direta análises qualitativas do ambiente concorrencial e da estrutura de mercado, devendo ser complementado com análises de contestabilidade e de abertura, dos graus de eficiência e da qualidade da regulação prudencial (ROCHA, 2001).

Com relação aos cálculos do índice de desigualdade T de Theil, este será aplicado para o mercado bancário dividido através das contas já mencionadas e também para as subdivisões do mercado de crédito. Contudo, os valores de n_h e consequentemente N , variam de ano para ano e de conta para conta, existindo um valor máximo possível do índice a cada ano. Assim, se utilizará de $\log n_h$ para se mensurar o T de Theil máximo de cada conta em cada ano, já o T de Theil máximo de cada mercado (bancário e de crédito) será obtido através de $\log N$. Como forma de padronização e para permitir comparações entre anos ou contas, serão consideradas as diferenças (ou proporções) entre o valor máximo do índice de um ano e o valor calculado do índice para o mesmo ano. Além do mais, nas mensurações do índice serão utilizados logaritmos naturais, assim, a unidade dos valores obtidos do índice T de Theil estarão em *nits* (*natural units*).

Acrescentando, será mensurada a participação das desigualdades intergrupos e intragrupos na composição da desigualdade total, tanto para o mercado bancário quanto de crédito, assim verificando se as desigualdades existentes nos dois mercados estão majoritariamente entre grupos ou dentro deles. Apesar dessa abordagem por grupos ou mercados, as conseqüências das

prováveis economias de escopo³⁸ do setor não serão tratadas neste trabalho, pois o sigilo quanto aos nomes das instituições financeiras inviabilizou o agrupamento das instituições em seus respectivos conglomerados financeiros, não permitindo tal análise, além do que, impossibilitou a delimitação das mesmas em suas regiões de atuação, subavaliando os valores obtidos dos índices de concentração e desigualdade.

Com isso, a utilização do índice T de Theil em complementação ao HHI, além de captar as mudanças descritas no exemplo do Quadro 17, visa orientar em que sentido deve ser conduzido estudos mais detalhados sobre o mercado bancário e de crédito, ou seja, evidenciar se as análises devem se concentrar dentro de um específico mercado ou entre mercados distintos.

³⁸ Uma situação de economia de escopo é caracterizada quando o custo para se produzir conjuntamente dois ou mais produtos ou serviços é menor do que quando os mesmos são produzidos separadamente.

4 RESULTADOS

Primeiramente, segue na Figura 7, o número de instituições financeiras que tiveram suas rendas informadas pelo Banco Central do Brasil, e que foram estudadas no presente trabalho.

Figura 7 – Brasil: número de instituições financeiras que tiveram suas rendas de 2001 a 2007 informadas pelo Banco Central do Brasil

Fonte: Elaborado com dados de Pimenta (2008)³⁹ (informação pessoal)

Conforme a Figura 7, observa-se que o número de instituições estudadas decresceu 16,13% no período, isto devido à continuidade do processo de fusões, aquisições e incorporações (iniciado na década anterior com o Proer)⁴⁰. Por outro lado, houve crescimento nas receitas operacionais auferidas, como se observa na Figura 8.

³⁹ PIMENTA, C.T. **Auxílio pesquisa ESALQ**. Mensagem recebida por: <tadeu.pimenta@bcb.gov.br> em 9 abr. 2008.

⁴⁰ Exemplos de fusões, aquisições e incorporações no mercado bancário brasileiro, de 2001 a 2007: Itaú (adquiridos: Banco do estado de Goiás, BankBoston, Citicard, Banco Fiat), Bradesco (Mercantil de São Paulo - Finasa, Banco do estado do Amazonas, Banco Cidade, Banco Bilbao Vizcaya), Unibanco (Investcred, BNL/AS), etc. Vale ressaltar que estas aquisições citadas não foram assistidas pelo Proer, já que a última negociação amparada pelo programa foi em 1997, com a compra do Bamerindus pelo HSBC.

Figura 8 – Brasil: receita operacional total do mercado bancário entre 2001 e 2007 (valores constantes em R\$ 2007)

Fonte: Elaborado com dados de Pimenta (2008) e do IPEA (2007)

Nota: IGP-DI índice médio anual.

Através da Figura 8 observa-se que a receita operacional total do mercado bancário atingiu seu valor máximo em 2002 (R\$ 597.744.506.285,29)⁴¹ e mínimo em 2006 (R\$ 202.932.919.492,98), sendo que no agregado do período (2001-2007) cresceu aproximadamente 16,93%⁴².

Comparando as Figuras 7 e 8, nota-se que apesar da redução contínua do número de instituições entre 2001 a 2007, as receitas auferidas pelas mesmas – apesar das oscilações – cresceram no agregado do período. Assim, a hipotética relação positiva (número de instituições do mercado e receita obtida) não foi observada neste período para o setor financeiro, sendo necessários estudos mais detalhados para se compreender melhor as oscilações das receitas das instituições financeiras no Brasil.

⁴¹ A influência da taxa de câmbio para tal resultado será visto com mais detalhes na análise do mercado de crédito.

⁴² De 2006 a 2007 houve crescimento de aproximadamente 62%.

4.1 Resultados para o mercado bancário brasileiro⁴³

Os primeiros resultados obtidos sobre a evolução estrutural do mercado bancário, no presente trabalho, foram os índices HHI das receitas auferidas entre 2001 a 2007, conforme Figura 9.

Figura 9 – Índice HHI das receitas do mercado bancário brasileiro entre 2001 a 2007

Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se na Figura 9, que o índice HHI atingiu seu valor máximo em 2004 (0,0775) e mínimo em 2001 (0,0414). Sendo que na totalidade do período – salvo algumas oscilações – houve crescimento dos índices (aproximadamente 54,21%), elevando a concentração. Este resultado condiz com a variação do número de instituições financeiras presentes no mercado bancário – Figura 7 – pois os anos de 2001 e 2004 foram respectivamente o maior e um dos menores em número de instituições.

⁴³ Informações sobre o número de instituições presentes e renda obtida em cada conta do mercado bancário, entre 2001 a 2007, encontram-se no Anexo E (Tabelas 16 e 17).

Apesar do crescimento do índice HHI, seguindo a classificação de valores intermediários definidos pelo Departamento de Justiça - DOJ e Comissão Federal de Comércio dos EUA, os valores obtidos abaixo de 0,1 indicam que o mercado bancário brasileiro apresentou-se desconcentrado no período.

Analisando as Figuras 7, 8 e 9 vale ressaltar dois anos como exemplo da complexidade dos movimentos de concentração e desconcentração do mercado bancário brasileiro:

- 2004 => este ano apresentou a segunda menor receita do setor no período, além de um dos menores números de instituições. Com isso, obteve a maior concentração de renda do período.
- 2007 => neste ano as receitas se elevaram significativamente (62%) em relação ao ano anterior, mesmo com o menor número de instituições presentes no período. Além do mais, o índice HHI decresceu em relação a 2006 (diminuindo a concentração de mercado).

Observando com mais detalhes a evolução estrutural do mercado bancário, a Tabela 5 apresenta os valores do índice HHI para mesmo, porém, segmentado em contas, conforme critérios baseados no Cosif.

Tabela 5 – Brasil: HHI para o mercado bancário (por grupos de contas) entre 2001 e 2007

Conta/Ano	HHI						
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
<i>Crédito</i>	0,0974	0,0953	0,1514	0,1491	0,1450	0,1555	0,1644
<i>Leasing</i>	0,4874	0,2299	0,2099	0,3721	0,2495	0,2336	0,2716
<i>Câmbio</i>	0,0864	0,0875	0,1612	0,0965	0,1016	0,1098	0,0935
<i>Tesouraria</i>	0,0402	0,0547	0,0609	0,0899	0,0753	0,0831	0,0817
<i>Serviços</i>	0,1080	0,1183	0,1165	0,1011	0,1021	0,0964	0,0921
<i>Participações</i>	0,0727	0,0732	0,1504	0,1461	0,1082	0,1173	0,1135

Fonte: Dados da pesquisa.

Segundo a Tabela 5, os valores do índice HHI para a conta *Câmbio* cresceram 8,2% e não passaram do nível de moderadamente concentrada, pois analisando suas rendas (Anexo E – Tabela 17), a conta apresentou elevação de apenas 7,07% nas mesmas. Já o índice HHI da conta

Tesouraria apresentou crescimento considerável, mas não passou do nível de mercado desconcentrado, pois mesmo obtendo a maior renda total do período ⁴⁴, também apresentou o maior número de instituições (Anexo E – Tabela 16). A conta *Participações* aumentou seu nível de concentração, passando de desconcentrada (2001 e 2002) para moderadamente concentrada (2003 a 2007), pois exceto de 2005 para 2006, em todos os outros anos apresentou redução no número de instituições. Observando relatórios do Bacen (2001b, 2002b, 2003b, 2004b, 2005b, 2006b e 2007b), constatou-se que o decrescimento no número de instituições para esta conta foi decorrente do aumento da participação dos bancos privados nacionais no mercado bancário brasileiro, através de operações de transferências de controle acionário⁴⁵.

A conta *Serviços* passou de moderadamente concentrada (2001 a 2005) para desconcentrada (2006 e 2007), e *Leasing* apesar de ter apresentado decrescimento em seu grau de concentração, continuou apresentando os maiores valores do índice HHI. Além do mais, vale citar que essa conta representou um mercado em crescimento, sendo que obteve as menores rendas entre todas as contas da Tabela 5, mas apresentou a maior evolução nas mesmas (1.428,50%).

Contudo, devido à importância da conta *Crédito*, já destacada neste trabalho, será realizada uma análise mais detalhada da mesma. Nos anos de 2001 e 2002, a conta encontrava-se desconcentrada, a partir de 2003 passou a valores acima de 0,1 caracterizando-a como moderadamente concentrada, chegando ao máximo de 0,1644 no ano de 2007, valor considerado próximo para mercado concentrado (maior que 0,18).

Com isso, destacou-se no período a elevação do grau de concentração em *Crédito* a partir de 2003. Apesar disso, segundo Bacen (2003b), este foi um ano onde as condições de crédito melhoraram, em face das incertezas políticas do país surgidas decorrente do período eleitoral no final de 2002. Mais especificamente, a partir de 2003 houve aumento do número dos correspondentes bancários, incentivando a bancarização da população, e apesar dos dados utilizados neste trabalho não contabilizarem informações sobre rendas de empréstimos, vale citar que em 2003 houve a regulamentação do crédito consignado, fazendo com que os empréstimos para pessoas físicas crescessem constantemente a partir daquele ano. Até porque, esta operação

⁴⁴ *Rendas em operações com derivativos* teve participação de aproximadamente 70% nas rendas da conta *Tesouraria*, em praticamente todos os anos.

⁴⁵ A conta *rendas de ajustes em investimentos em coligadas e controladas* obteve na maioria dos anos as maiores rendas da conta agregada *Participações*. Apenas no ano de 2002 a conta *rendas de ajustes em investimento no exterior* foi maior, decorrente da desvalorização cambial deste ano.

de crédito é caracterizada por desconto direto em folha de pagamento, fazendo com que essa garantia de pagamento proporcionasse menores taxas de juros, incentivando a tomada de tal modalidade de empréstimo.

Comparando o resultado obtido no presente trabalho para o mercado de crédito, com os resultados de alguns trabalhos similares, apresentados na revisão bibliográfica e resumidos no Quadro 18, observa-se que o valor máximo do índice HHI deste trabalho – ano 2007 – só é superado pelo valor obtido por Troster no ano de 1998 (0,194). Vale destacar, que houve um aprofundamento do processo de reestruturação societária do setor bancário no ano de 1998, representado por aquisições de bancos, tanto por programas de desestatização quanto por compras de participação societária (BACEN, 1998b).

<i>Autores</i>	<i>Período analisado</i>	<i>HHI (crédito)</i>	<i>variação do índice</i>
Araújo, Jorge Neto e Ponce	Dezembro 1995 a Junho 2004	mínimo:0,0869 máximo: 0,1434	decreceu
Nakane	1994 a Junho 2003	mínimo: 0,0566 máximo: 0,1351	decreceu
Troster	1994 a 2003	mínimo: 0,058 máximo:0,194	decreceu

Quadro 18 – Resumo dos resultados de alguns trabalhos sobre concentração de crédito bancário apresentados na revisão bibliográfica

Fonte: Dados da pesquisa.

Além do mais, apesar da segunda metade da década 90 ter apresentado uma maior redução no número de instituições financeiras do que o período 2001-2007, a variação do índice HHI nos três trabalhos citados mostrou redução da concentração, em contrapartida, no presente trabalho houve crescimento. Pois, além da natureza dos dados serem distintas⁴⁶, o período que vai do início do Plano Real em julho de 1994 até o início da década seguinte, pode ser considerado uma fase de transição e readaptação do sistema financeiro brasileiro, na qual as instituições financeiras tiveram que procurar novas fontes de rendas.

Com tudo isso, observando a Tabela 5, nota-se que o mercado bancário não se apresentou desconcentrado em sua totalidade como apresentado na Figura 9, pois quando se dividiu o

⁴⁶ Os dados dessa pesquisa constam de rendas auferidas decorrentes da concessão de crédito, em vez do montante de crédito concedido, como foi realizado nas outras pesquisas citadas.

mercado bancário separadamente em contas, diversos graus de concentrações foram constatados, desde desconcentrados até concentrados. Buscando maiores argumentos para indicar a situação que o mercado bancário brasileiro se encontrava no período, partiu-se para a mensuração da desigualdade na obtenção de rendas. A Tabela 6 apresenta o índice T de Theil para o mercado bancário.

Tabela 6 – Índice T de Theil para o mercado bancário brasileiro entre 2001 a 2007

Grupo/Ano	T de Theil						
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Intergrupos	0,450	0,640	0,526	0,476	0,485	0,390	0,398
Intragrupos	1,692	1,744	1,848	1,981	1,889	1,984	1,912
T de Theil	2,142	2,384	2,374	2,457	2,374	2,374	2,310
Mínimo	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Máximo	6,578	6,500	6,450	6,397	6,378	6,389	6,365

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota: Valores do índice T de Theil estão em *nits* (*natural units*).

Da simples observação dos valores encontrados pelo índice T de Theil da Tabela 6, nada pode ser afirmado sobre a oscilação do grau de desigualdade do mercado, devido à variação no número de instituições de ano a ano, como apresentado no capítulo metodologia. Assim, deve-se observar as diferenças entre os valores dos índices calculados e os valores dos índices máximos possíveis de serem obtidos a cada ano (última linha da Tabela 6). Com isso, a menor diferença entre o valor calculado do índice e o valor máximo possível foi em 2004 – maior desigualdade – conforme mostra a Figura 10.

Figura 10 – Índice T de Theil calculado e índice T de Theil máximo para o mercado bancário brasileiro, 2001 a 2007

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota: Valores do índice T de Theil estão em *nits* (*natural units*).

Concomitantemente, o ano de 2001 foi o que se apresentou menos desigual, sendo que a participação do valor calculado no valor máximo possível atingiu aproximadamente 32,56% neste ano, em comparação a 38,40% em 2004. Assim, a evolução dessa relação cresceu aproximadamente 11,43% de 2001 a 2007, mostrando que o crescimento da desigualdade nas rendas do mercado bancário acompanhou o crescimento do índice HHI para o mesmo mercado.

Ainda com relação à Tabela 6, as participações das desigualdades intergrupos e intragrupos na desigualdade total das rendas são apresentadas com mais destaque na Figura 11.

Figura 11 – Participação (%) das desigualdades intergrupos e intragrupos no índice T de Theil para o mercado bancário brasileiro, 2001 a 2007

Fonte: Dados da pesquisa.

Segundo a Figura 11, a participação da desigualdade intragrupo na desigualdade total cresceu nesse período – 4,76% - alcançando 82,77% em 2007, em detrimento da diminuição da parcela da desigualdade intergrupo, assim mostrando que a desigualdade nas rendas do mercado bancário estava preponderantemente dentro de cada específico grupo de contas e não entre eles. Este resultado mostrou a necessidade de uma análise por contas, sendo mensuradas as desigualdades dentro dos grupos de contas⁴⁷, conforme mostra a Tabela 7.

⁴⁷ Para esta mensuração foi utilizada a expressão 15 do capítulo metodologia.

Tabela 7 – Brasil: índice T de Theil para o mercado bancário (por grupos de conta) entre 2001 a 2007

Conta/Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
<i>Crédito</i>	1,972	1,872	2,133	2,060	2,018	2,109	2,155
<i>Leasing</i>	2,018	1,234	1,088	1,483	1,238	1,486	1,679
<i>Câmbio</i>	1,727	1,611	2,004	1,532	1,611	1,675	1,549
<i>Tesouraria</i>	1,614	1,748	1,754	1,984	1,903	2,000	1,986
<i>Serviços</i>	2,249	2,333	2,269	2,132	2,085	2,112	2,045
<i>Participações</i>	1,645	1,687	2,093	2,143	1,824	1,962	1,905

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota: Valores do índice T de Theil estão em *nits* (*natural units*).

A Tabela 7 mostra que os índices de desigualdade em *Crédito* e *Serviços* estavam acima de 2 *nits* na maioria dos anos. Por outro lado, conforme observação já feita, o valor em si, em termos absolutos, não diz muito sobre o significado das mensurações, com isso, foi realizada a divisão do índice de T de Theil calculado (Tabela 7) pelo índice T de Theil máximo possível de ser atingido (Tabela 13 – anexo D), para cada conta, resultando nos seguintes valores, conforme Tabela 8.

Tabela 8 – Brasil: relação (índice T de Theil calculado/índice T de Theil máximo possível) em (%) para as contas do mercado bancário brasileiro entre 2001 a 2007

Conta/Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
<i>Crédito</i>	40,39	39,10	45,04	44,18	43,73	45,91	47,21
<i>Leasing</i>	64,35	41,92	36,33	50,37	41,33	45,07	48,91
<i>Câmbio</i>	36,82	35,06	44,32	34,96	36,56	38,45	35,99
<i>Tesouraria</i>	30,88	34,04	34,43	39,24	37,64	39,70	39,53
<i>Serviços</i>	44,72	46,88	46,11	43,26	42,78	42,93	41,82
<i>Participações</i>	34,61	35,75	44,80	46,54	39,79	42,60	41,82

Fonte: Dados da pesquisa.

Segundo as Tabelas 5 e 8, as contas *Câmbio* e *Serviços* terminaram o período de análise desconcentradas e com desigualdades estáveis ou decrescentes. *Tesouraria* apresentou crescimento considerável em ambos os índices, mas como já descrito, com rendas desconcentradas. A conta *Participações* passou a maior parte do período moderadamente concentrada, e apresentou crescimento da desigualdade de 2001 a 2007, com um pequeno

declínio no último ano em relação a 2006, sendo as operações de transferências de controle acionário realizadas pelos bancos privados nacionais, o principal motivo para tornar essa conta mais desigual, como já observado anteriormente. No início do período de análise (2001-2002), esse processo foi incentivado pela redução do número de bancos estrangeiros no país, sendo que a maioria destes acabou se especializando em tesouraria e atacado, deixando o varejo em segundo plano⁴⁸ (BACEN, 2002b).

Vale ressaltar que a conta *Leasing* foi a que apresentou no conjunto dos anos os maiores graus de concentração e desigualdade, esta representada pela relação (índice *T* de Theil calculado para cada grupo/ índice *T* de Theil máximo possível). Em 2001 chegou ao elevado valor de 64,35%, continuou oscilando e fechou 2007 com a maior porcentagem (48,91%) entre todas as contas. A maior desigualdade apresentada, mas principalmente a elevada concentração para esta conta converge para o fato de ter possuído o menor número de instituições entre todas as contas consideradas para o mercado bancário, chegando a um número máximo de 31 instituições em 2007 e mínimo de 19 em 2002 e 2004⁴⁹, além de ter obtido o menor montante de renda entre todas outras contas consideradas.

Assim, devido a esse destaque, observa-se na Figura 12, a evolução tanto da concentração quanto da desigualdade da conta *Leasing* para o período.

⁴⁸ Conforme Bacen (2003b) as operações de transferência de controle acionário, realizadas pelos bancos privados nacionais, tinham como objetivo a obtenção de escala para maior atuação no segmento de varejo.

⁴⁹ A conta que chegou mais próxima da conta *Leasing* em número de instituições foi a conta *Câmbio*, com 74 instituições presentes em 2007.

Figura 12 – Brasil: evolução do índice HHI e da relação (índice T de Theil calculado/ índice T de Theil máximo) para o mercado de leasing, 2001 a 2007

Fonte: Dados da pesquisa.

Segundo a Figura 12, as duas mensurações oscilaram quase na mesma sincronia, assim mostrando uma forte relação dos índices (T de Theil e HHI) nesse período. Apesar da conta *Leasing* ter possuído o maior grau de desigualdade e concentração, contabilizando as variações das duas mensurações no período, houve decréscimo em ambas, respectivamente de 24% e 44%; fato este auxiliado pelo crescimento no número de instituições que obtiveram rendas através de operações de leasing (34,78%) e pelo crescimento do mercado, que segundo Bacen (2007b) apresentou crescente evolução, especialmente no segmento para aquisição de veículos.

A segunda maior relação (índice T de Theil calculado / índice T de Theil máximo), apresentada na Tabela 8, foi obtida na conta *Crédito* – que seguiu tendência de crescimento a partir de 2005 – chegando ao máximo de 47,21% em 2007. Com isso, no agregado do período, o mercado de crédito foi o 2º maior, tanto em termos de concentração quanto de desigualdade. E da mesma forma que foi para a conta *Leasing*, observa-se na Figura 13, a evolução da concentração e da desigualdade na conta *Crédito*, entre 2001 a 2007.

Figura 13 – Brasil: evolução do índice HHI e da relação (índice *T* de Theil calculado/índice *T* de Theil máximo) para o mercado de crédito, 2001 a 2007

Fonte: Dados da pesquisa.

Observando a Figura 13, houve também semelhança nas oscilações das duas mensurações. Mas diferente da conta *Leasing*, na conta *Crédito* houve elevação significativa dos índices durante o período, com a relação de desigualdade se elevando aproximadamente 17% e o índice de concentração 68,75%, sendo este acompanhado por um decréscimo de 27,27% no número de instituições. Com isso, frente aos resultados obtidos, a seção a seguir analisará este mercado separadamente.

4.2 Resultados para o mercado de crédito brasileiro⁵⁰

As rendas obtidas pelas instituições financeiras através da concessão de crédito e o número destas instituições, de 2001 a 2007, são apresentadas conforme Figura 14.

Figura 14 – Número de instituições financeiras que obtiveram rendas de operações de crédito e total dessas rendas auferidas no Brasil, 2001 a 2007 (valores constantes em R\$ 2007)

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota: IGP-DI índice médio anual.

Segundo a Figura 14, o número de instituições que receberam renda de crédito decresceu continuamente de 2001 a 2007, passando de 132 para 96 instituições, o que representou no período decréscimo de aproximadamente 27,27%. Mais detalhadamente, entre 2001 e 2002 o número de instituições financeiras decresceu de 132 para 120; mesmo assim, o ano de 2002

⁵⁰ Informações sobre o número de instituições presentes e renda obtida em cada conta do mercado de crédito, entre 2001 a 2007, encontram-se no Anexo E (Tabelas 18 e 19).

apresentou a maior renda do período (R\$ 14.915.243.615,97). Apesar disso, conforme relatório anual divulgado pelo Bacen (2002b), no segundo semestre de 2002 houve maior cautela com a política monetária do país, pois tanto o cenário interno quanto externo eram incertos⁵¹, com isso, o Banco Central aumentou os compulsórios sobre depósitos a prazo e de poupança para as instituições financeiras, e elevou a taxa Selic, devido a depreciação cambial de 23,6% em setembro⁵², e que poderia provocar elevações nos preços da economia mais adiante.

<i>Contas de Crédito</i>	<i>Rendas 2002 (R\$ 2007)</i>
Adiantamentos	669.399.772,89
Consumo	183.597.626,53
Exterior	4.648.739.064,14
Gov. Federal	238.724.231,48
Imobiliário	2.446.922.488,67
Infraestrutura	502.449.608,20
Rural/Agroindustrial	3.083.010.665,32
Tesouraria	3.142.400.158,75

Quadro 19 – Brasil: rendas obtidas pelas contas de *crédito* em 2002 (valores constantes em R\$ 2007)

Fonte: Elaborado com dados de Pimenta (2008).

Nota: IGP-DI índice médio anual.

Apesar do Bacen ter reduzido em 2002 o limite para exposição cambial das instituições financeiras de 60% para 30% do patrimônio, observa-se no Quadro 19, que a conta de crédito *Exterior* foi que a que possuiu a maior renda do ano, isto devido, à própria redução da exposição cambial imposta, pois fez com que as instituições vendessem seus ativos (gerando receita), além da desvalorização cambial do período, que proporcionou crescimento nas rendas (em R\$) dos ativos remanescentes⁵³. Assim, a renda adicional recebida por esta conta fez com que o ano de 2002 se destacasse como o de maior renda total da conta *Crédito* no período 2001-2007.

⁵¹ Entre os acontecimentos e as incertezas existentes e que serviram como justificativas para a política monetária contracionista do Bacen, estavam: aumento da preferência pela liquidez na economia devido quedas da taxa Selic no primeiro semestre do ano, baixo crescimento da economia mundial, incertezas no período pré-eleitoral quanto a futura política econômica a ser adotada, maior aversão aos riscos por parte do investidor internacional e perspectivas sobre uma possível guerra no Golfo Pérsico (BACEN, 2002b).

⁵² A depreciação cambial chegou a um acumulado de 52,3% em 2002 (BACEN, 2002b).

⁵³ Mais especificamente, a conta do Cosif que foi determinante para este resultado dentro da conta agregada *Crédito Exterior* foi a 7.1.1.23.00-2 *rendas de financiamentos em moeda estrangeira*, pois com a desvalorização cambial, os empréstimos concedidos em moeda estrangeira (em sua grande maioria, dólares) valiam mais.

Contudo, da mesma forma que a conta *Exterior* elevou de forma considerável as rendas em 2002, também influenciou a forte redução até 2004 (Anexo E – Tabela 19). O seguimento da política monetária do governo anterior pelo novo governo eleito, fez com a taxa câmbio se apreciasse em 2003, reduzindo em aproximadamente 90% as rendas de financiamentos concedidos em moeda estrangeira no período 2002 - 2003. Além do mais, segundo relatório anual divulgado pelo Bacen (2004b), em 2004 esse cenário de confiança depositada na economia brasileira continuou, aliado as condições favoráveis de liquidez no mercado internacional, fazendo com que as grandes empresas do Brasil captassem recursos em moeda estrangeira diretamente do exterior, e reduzindo em 74,8% as rendas das instituições financeiras na concessão de financiamentos em moeda estrangeira em relação a 2003.

Já a partir de 2004 o número de instituições continuou declinando e a renda total do mercado de crédito voltou a ter trajetória de ascensão, sendo que de 2004 a 2007 houve elevação de 21,4%, com as contas *Rural e Agroindustrial* e *Imobiliário* apresentando as maiores contribuições para este resultado. Conforme Bacen (2005b), vale ressaltar que desde a reestruturação das instituições financeiras públicas federais em junho de 2001, quando houve a transferência de grande parcela dos financiamentos para a recém criada Empresa Gestora de Ativos (Emgea)⁵⁴ o volume de recursos livres e direcionados para o crédito habitacional apresentou seus melhores desempenhos a partir de 2005 (favorecendo a conta *Imobiliário*). Assim, com os recursos dos bancos públicos advindos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), e das instituições privadas através da caderneta de poupança, com ambos direcionados para segmento habitacional, o volume de crédito para tal fim cresceu, fazendo com que a conta *Imobiliário*⁵⁵ obtivesse um dos melhores resultados entre as outras contas, de 2005 até 2007.

Contudo, após a apresentação de algumas justificativas para as variações da renda de crédito no Brasil, entre 2001 e 2007, serão expostos os graus de concentração e a evolução da desigualdade dessas rendas. Observando os índices HHI apurados para as contas *Adiantamentos*, *Consumo*, *Exterior* e *Governo Federal* na Tabela 9, nota-se que os mesmos estão em um patamar

⁵⁴ Empresa pública federal, de natureza não-financeira, vinculada ao Ministério da Fazenda. Sua criação foi decorrência do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais - PROEF, visando adquirir bens e direitos da União e das demais entidades da Administração Pública Federal, assim promovendo o restabelecimento do fluxo financeiro e equacionando a inadimplência de seus ativos, minimizando a necessidade de aporte de capital por parte do Tesouro Nacional na empresa.

⁵⁵ A conta 7.1.1.65.00-8 *rendas de financiamentos habitacionais* foi a que apresentou os melhores resultados dentro da conta agregada *Imobiliário*.

superior aos apresentados na Tabela 5 para o mercado de crédito, mostrando que quando subdividido, as mensurações de cada conta se apresentaram distintas.

Tabela 9 – Brasil: HHI para as contas de *crédito: adiantamentos, consumo, exterior e governo federal*

Ano/Conta	HHI			
	Crédito Adiantamentos	Crédito Consumo	Crédito Exterior	Crédito Gov Federal
2001	0,1158	0,1359	0,3398	0,4003
2002	0,0953	0,1491	0,1036	0,4779
2003	0,1092	0,2078	0,0899	0,4164
2004	0,1236	0,2326	0,0835	0,4161
2005	0,1290	0,2512	0,1016	0,4074
2006	0,1390	0,2366	0,1344	0,4042
2007	0,1553	0,3498	0,1257	0,4314

Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com os valores do índice HHI para a conta *Adiantamentos*, pode-se afirmar que excetuando o ano 2002 (desconcentrada), encontrou-se moderadamente concentrada de 2001 a 2007, mas com constante crescimento do índice a partir de 2002. Porém, as rendas dessa conta dependem mais de uma situação devedora do cliente do que uma política ativa da instituição, pois a operação de crédito *adiantamentos a depositantes* consiste no fornecimento imediato de recursos creditícios quando o correntista encontra-se com saldo negativo em sua conta, ou seja, a renda originada da cobrança da tarifa e da taxa de juros sobre o empréstimo dependerá do cliente encontrar-se nessa situação devedora.

De moderadamente concentrada (2001 e 2002), a conta *Consumo* tornou-se concentrada a partir de 2003, chegando ao seu valor máximo em 2007 (0,3498). Além do mais, conforme o Anexo C trata-se de uma conta que contabilizou apenas as rendas originadas de financiamentos com interveniência ao consumidor, ou seja, operações caracterizadas como uma linha de crédito concedida às empresas para que financiem seus clientes, assim o crédito consignado que se tornou tão popular a partir de 2003 não se encaixaria nessa operação.

Já a conta *Governo Federal* encontrou-se sempre concentrada, com índices HHI na faixa de 0,40 para cima, pois apenas três instituições receberam rendas de financiamentos assumidos pela união até 2006, sendo que em 2007 passou para quatro (Anexo E – Tabela 18).

A única conta da Tabela 9 que terminou o período em situação menos concentrada do que se iniciou foi a conta *Exterior*, saindo de concentrada em 2001 para moderadamente concentrada em 2007. Em 2003 e 2004 chegou a valores designados para mercado desconcentrado,

coincidindo com o decrescimento abrupto das rendas, pois além da valorização cambial já citada, se iniciou no país um período onde a taxa de câmbio se tornou mais estável, tornando os empréstimos em moeda estrangeira menos interessantes para as instituições.

Contudo, comparando os resultados da Tabela 9 com os da Tabela 10, a seguir, constata-se que a conta *Infraestrutura* foi a que apresentou as maiores graus de concentração na obtenção de rendas, chegando a níveis elevados do HHI como 0,8094 em 2002 (mercado concentrado), além do que, este ano apresentou a maior renda⁵⁶ adquirida por esta conta no período. Um fato que vale ser citado, foi que neste ano, segundo Bacen (2002b), houve uma maior disponibilização de recursos – principalmente do BNDES, seguindo diretrizes governamentais – para projetos de investimento em infraestrutura voltados para empresas relacionadas à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, devido à crise de abastecimento do setor em 2001, com isso, o banco público acabou adquirindo grande parte das rendas desse segmento.

Tabela 10 – Brasil: HHI para as contas de *crédito: imobiliário, infraestrutura, rural e agroindustrial e tesouraria*

Ano/Conta	HHI			
	Crédito Imobiliário	Crédito Infraestrutura	Crédito Rural e Agroindustrial	Crédito Tesouraria
2001	0,2393	0,5032	0,3217	0,1294
2002	0,3080	0,8094	0,2532	0,1552
2003	0,3702	0,4536	0,4051	0,1866
2004	0,4205	0,4049	0,3314	0,1823
2005	0,4547	0,4663	0,3719	0,1677
2006	0,4838	0,6674	0,3586	0,1659
2007	0,4554	0,7136	0,3798	0,1677

Fonte: Dados da pesquisa.

A conta *Imobiliário* também apresentou elevados patamares, começando 2001 em 0,2393 e fechando o período em 0,4554, já o valor máximo do índice HHI foi atingido em 2006 (0,4838), ano em que houve uma grande aplicação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) destinada a habitação popular, conforme do Bacen (2007d). Já *Rural e Agroindustrial* oscilou entre 0,2532 e 0,4051; sendo também considerado um mercado onde as rendas encontraram-se concentradas, isto devido principalmente a majoritária participação das instituições financeiras públicas nessa conta, pois, por exemplo, o ano de 2003 apresentou o maior valor do índice HHI para a conta, e segundo Bacen (2003b), o crescimento do crédito no Brasil só se sustentou neste

⁵⁶ R\$ 502.449.608,20 (valores constantes R\$ 2007 – IGP-DI).

ano devido aos empréstimos do sistema financeiro público, cujos recursos foram direcionados em sua grande maioria ao setor rural⁵⁷.

Por fim, *Tesouraria* apenas nos anos de 2003 e 2004 apareceu como um mercado concentrado. No restante dos anos, os valores do HHI entre 0,1294 e 0,1677 caracterizaram o mercado como moderadamente concentrado.

Feita a constatação de que as contas do mercado de crédito encontravam-se em sua maioria concentradas ou com crescimento do nível de concentração, segue a mensuração da variação da desigualdade para as mesmas contas, e os componentes da desigualdade⁵⁸ na Tabela 11.

Tabela 11 – Desigualdade intergrupos e intragrupos no mercado de crédito brasileiro de 2001 a 2007

Grupo/Ano	T de Theil						
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Intergrupos	0,197	0,289	0,331	0,378	0,325	0,348	0,422
Intragrupos	1,886	1,571	1,860	1,790	1,772	1,785	1,795
T de Theil	2,084	1,859	2,191	2,168	2,097	2,134	2,218
Mínimo	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Máximo	5,969	5,841	5,768	5,670	5,659	5,606	5,576

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota: Valores do índice T de Theil estão em *nits* (*natural units*).

Na Tabela 11, os valores do índice T de Theil encontraram-se entre 1,859 e 2,218, porém, a diferença entre índice T de Theil calculado e o índice T de Theil máximo possível se observa na Figura 15.

⁵⁷ Destacou-se como investimento rural em 2003, devido altos valores desembolsados, o programa Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras - Moderfrota (BACEN, 2003b).

⁵⁸ Comparando os valores das desigualdades da Tabela 7 com os da Tabela 11, para a conta *Crédito*, observa-se que são próximos, mas naquela se utilizou a expressão 15 do capítulo metodologia, onde se obtém a desigualdade apenas dentro da conta *Crédito*, e nesta se considerou a mesma dividida em subcontas, sendo que a desigualdade total ficou expressa pela soma da desigualdade intergrupo e intragrupo (expressão 13).

Figura 15 – Brasil: índice T de Theil calculado e índice T de Theil máximo possível para o mercado de crédito entre 2001 a 2007

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota: Valores do índice T de Theil estão em *nits* (*natural units*).

O ano de 2007, como mostra a Figura 15, foi o que possuiu a menor diferença entre o T de Theil calculado e o T de Theil máximo possível para o mercado de crédito – maior desigualdade – sendo assim, apresentando a maior participação do índice calculado sobre o valor máximo (39,7%). Já a maior diferença ficou para o ano de 2002 – menor desigualdade – (alcançando 31,8% da mesma proporção)⁵⁹. Assim, de 2001 a 2007 houve crescimento dessa proporção em aproximadamente 14%, aumentando a desigualdade nas rendas do mercado de crédito.

A partir da observação desse resultado, vale citar que, segundo relatório do Bacen (2007b), as operações de crédito do sistema financeiro registraram significativa expansão em 2007, com a relação (crédito/PIB) alcançando 34,7%, a maior desde julho de 1995. Fato este, auxiliado pelo decréscimo das taxas de juros e por desdobramentos associados à consolidação

⁵⁹ O ano de 2002 apresentava um cenário econômico (interno e externo) desfavorável (já citado anteriormente). Segundo Bacen (2002b), isto proporcionou estabilidade na demanda por crédito bancário, adiando decisões de investimento das empresas e de consumo, por parte das famílias.

da estabilidade econômica do país, representados por ambientes macroeconômico e microeconômico favoráveis as decisões sobre consumo e investimento (BACEN, 2007b). Contudo, conforme Meirelles (2006) – presidente do Banco Central do Brasil – a expansão do volume de crédito teria como uma de suas conseqüências tornar o setor bancário mais competitivo no Brasil, e segundo os resultados deste trabalho, há evidências que isso não se concretizou, pois tanto a concentração quanto a desigualdade cresceram nesse mercado.

Observando mais detalhadamente os resultados da Tabela 11, as participações das desigualdades intragrupo e intergrupo na desigualdade total estão representadas na Figura 16.

Figura 16 – Brasil: participação (%) das desigualdades intergrupos e intragrupos no índice T de Theil para o mercado de crédito, 2001-2007

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme a Figura 16, a participação intergrupo na desigualdade total evoluiu consideravelmente no período, passando de 9,47% em 2001 para 19% em 2007, ou seja, crescimento de 101%. A conta que mais favoreceu essa mudança foi a *Rural/Agroindustrial*, que aumentou suas rendas em 74,20% – aumentando a desigualdade intergrupos – além do que, somando as rendas de todos os anos, esta foi a conta com o maior valor total no período (R\$

22.933.291.248,75) ⁶⁰. De acordo com informações obtidas dos relatórios do Bacen (2001a, 2002a, 2003a, 2004a, 2005a, 2006a e 2007a), o setor rural além de apresentar constante e expressivo crescimento na obtenção de crédito com recursos direcionados, absorveu grande quantidade desses recursos comparados a outros setores – por exemplo, habitação – assim, os recursos direcionados ao setor rural só não foram os maiores do período, que os destinados ao BNDES.

No entanto, apesar desse crescimento da desigualdade intergrupo, a parcela intragrupo ainda se apresentou majoritária, mesmo perdendo aproximadamente 10% de participação (estava 90,5% em 2001 e passou para 80,9% em 2007). Com isso, para finalizar a apresentação dos resultados, observa-se na Tabela 12 a relação (índice *T* de Theil calculado/ índice *T* de Theil máximo possível) para cada conta do mercado de crédito⁶¹.

Tabela 12 – Brasil: Relação (índice *T* de Theil calculado/índice *T* de Theil máximo possível) em (%) para as contas do mercado de crédito brasileiro entre 2001 a 2007

Conta/Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
<i>Adiantamentos</i>	38,82	37,00	38,36	41,45	42,59	44,53	47,88
<i>Consumo</i>	28,22	27,83	30,31	33,69	39,10	35,91	47,87
<i>Rural/Agroind.</i>	51,26	48,01	56,10	50,60	51,98	50,82	52,32
<i>Imobiliário</i>	44,65	46,84	50,96	54,02	56,50	59,28	58,36
<i>Tesouraria</i>	40,54	41,32	43,64	42,41	41,45	42,20	43,50
<i>Externo</i>	52,98	31,65	27,77	22,24	29,52	35,39	29,56
<i>Gov. federal</i>	10,50	18,29	13,61	11,36	12,10	10,87	31,07
<i>Infraestrutura</i>	46,71	76,88	47,02	43,41	54,33	67,92	72,80

Fonte: Dados da pesquisa.

A Tabela 12 mostra que em todas as contas do mercado de crédito a desigualdade aumentou de 2001 a 2007, exceto a conta *Exterior*, que oscilou, mas obteve no conjunto dos anos decréscimo da desigualdade. No caso da conta *Imobiliário*, segundo Bacen (2007d), verifica-se que os maiores financiamentos do setor se destinaram a aquisição de imóveis, mercado onde os bancos públicos, mais especificamente Caixa Econômica Federal - CEF, detêm expressiva

⁶⁰ Logo em seguida aparece Tesouraria (R\$ 21.819.629.354,26), mas com rendas declinando 19,11% no período, (valores constantes em R\$ 2007/IGP-DI índice médio anual).

⁶¹ Os valores do índice *T* de Theil calculado e do índice *T* de Theil máximo possível para o mercado de crédito estão no Anexo D.

parcela dos empréstimos, em contrapartida, os bancos privados possuem a maioria dos empréstimos em financiamentos de menor valor, como materiais para construção.

Consumo e Governo Federal oscilaram, mas de 2006 a 2007 sofreram um significativo aumento da desigualdade, sendo que participação do índice de T de Theil calculado no índice T de Theil máximo, na conta *Governo Federal*, passou de 10,87% para 31,07%, encontrando-se também em valores do índice HHI para mercado concentrado. A conta *Adiantamentos*, a partir de 2003, apresentou um contínuo crescimento da desigualdade, alcançando 47,88% (relação entre os índices) em 2007, mas mantendo-se no nível de mercado moderadamente concentrado conforme mostrou o índice HHI. Já *Tesouraria* manteve essa relação entre 40,54% e 43,64%, e como em *Adiantamentos*, em situação de mercado moderadamente concentrado. As baixas concentrações obtidas por ambas podem estar relacionadas ao fato das contas terem possuído os maiores números de instituições financeiras, além disso, a desigualdade para a conta *Tesouraria* adveio praticamente em sua totalidade através das rendas com títulos⁶².

Contudo, o destaque ficou para as contas *Infraestrutura*, *Imobiliário*, e *Rural/Agroindustrial*, sendo estas as mais desiguais⁶³, mostrando que mesmo os bancos privados estando presente nessas contas – principalmente no segmento rural, onde a participação dessas instituições cresceu significativamente no montante total financiado⁶⁴ – os bancos públicos ainda continuam como os maiores participantes desses mercados, obtendo a maior parte das rendas dos mesmos. Assim, são necessários estudos mais detalhados sobre as causas que propiciaram essa situação, e que poderiam ter como consequência uma situação de mercado ineficiente.

Por exemplo, a partir dos resultados obtidos no presente trabalho para o mercado de crédito *Rural/Agroindustrial*⁶⁵, o qual apresenta escassez de oferta, soma-se a análise e sugestões realizadas na seção 2.6.1 sobre o mesmo, pois apesar do mercado estar apresentando novas formas de financiamento privado, o desenvolvimento das mesmas é inibido por problemas institucionais no país. Dessa forma, o intuito de adicionar o contexto em que um mercado está

⁶² Segundo dados da pesquisa, a contribuição das rendas com títulos descontados na renda da conta *Tesouraria* foi acima de 95% em praticamente todos os anos, de 2001 a 2007.

⁶³ Estas contas também haviam apresentado os maiores valores para o índice HHI.

⁶⁴ Observando o anuário estatístico de crédito rural do Bacen (2001a, 2002a, 2003a, 2004a, 2005a, 2006a e 2007a), verifica-se que os bancos oficiais federais, no ano de 2007, ficaram pela primeira vez com menos de 50% de participação no total financiado aos produtores e cooperativas rurais, considerando o período 2001-2007, decrescendo para 45,36%. Assim, ficando bem próximo da participação dos bancos privados (44,35%), apesar da participação destes no número de contratos ter sido 8,51% e dos bancos oficiais federais 82,27%.

⁶⁵ O mercado de crédito Rural/Agroindustrial apresentou maior crescimento na renda (74,20%), maior renda total do período (Tabela 19) e mercado concentrado (com desigualdade e concentração crescentes).

inserido com seus resultados financeiros e evolução estrutural é facilitar a adoção de políticas públicas frente às suas imperfeições.

Além do mais, essa abordagem pode ser adotada para as outras contas que tiveram seus graus de concentração e desigualdade mensurados nesse trabalho, principalmente para aquelas que apresentaram crescimento nas mensurações, tornando-se assim um instrumento adicional para estudos sobre a defesa da concorrência, complementando análises de contestabilidade, graus de eficiência, entre outros, como salientado por Azevedo (2001):

É essencial, portanto, que as autoridades de defesa da concorrência tenham instrumentos para identificar se uma prática empresarial pode ser analisada segundo as lentes da Organização Industrial tradicional ou se é necessário entendê-la como parte de um relacionamento de longo prazo entre as partes. O instrumento primário para tanto – que permite distinguir contratos descontínuos de contratos relacionais – é a análise histórica. Embora esse método de pesquisa seja caro a diversas correntes do pensamento econômico, sua utilização na Defesa da Concorrência é sugerida, sobretudo, pelas contribuições da Nova Economia Institucional e a Teoria de Contratos Relacionais (AZEVEDO, 2001, p. 22).

Portanto, devido à diversidade de resultados obtidos no presente trabalho para as contas do mercado de crédito, e visando facilitar o agrupamento das informações para eventuais trabalhos futuros, segue uma síntese dos resultados no Quadro 20.

<i>Contas de Crédito</i>	<i>Var. (%) do índice HHI 2001-2007</i>	<i>Var. (%) da relação (T de Theil calculado/ T de Theil máximo) 2001 a 2007</i>	<i>Comentários</i>
Adiantamentos	aumentou (34,10%)	aumentou (23,35%)	Apesar do crescimento das mensurações, a conta apresentou-se moderadamente concentrada.
Consumo	aumentou (157,35%)	aumentou (69,60%)	A conta apresentou o maior crescimento do índice HHI e o 2º maior crescimento na relação de desigualdade, tornando-se concentrada a partir de 2003.
Rural/Agroind.	aumentou (18,03%)	aumentou (2,08%)	Apresentou valores do índice HHI para mercado concentrado.
Imobiliário	aumentou (90,34%)	aumentou (30,71%)	Apesar da conta já apresentar-se concentrada no início do período, aumentou significativamente seus graus de concentração e desigualdade.
Tesouraria	aumentou (29,65%)	aumentou (7,30%)	Evolução da concentração não fez com que a conta saísse do nível de moderadamente concentrada.
Exterior	reduziu (-63,02%)	reduziu (-44,21%)	Decresceu nas duas mensurações, terminando o período de análise como moderadamente concentrada.
Gov. Federal	aumentou (7,78%)	aumentou (195,93%)	A conta encontrou-se sempre concentrada no período e apresentou o maior crescimento da desigualdade, apesar disso, continuou sendo a menos desigual de todas as contas.
Infraestrutura	aumentou (41,80%)	aumentou (55,86%)	Apresentou os maiores valores do índice HHI, e terminou o período com a maior desigualdade.

Quadro 20 – Brasil: síntese dos resultados obtidos para o mercado de crédito, 2001 a 2007

Fonte: Resultados da pesquisa.

Das informações obtidas do Quadro 20, exceto para *Adiantamentos*, *Tesouraria* e *Exterior*, observa-se que mesmo as contas já se apresentando concentradas em 2001⁶⁶, tanto a concentração quanto a desigualdade cresceram até 2007. Para as contas de crédito, *Consumo*,

⁶⁶ A conta *Consumo* só a partir de 2003.

Rural/Agroindustrial, Imobiliário, Governo Federal e Infraestrutura houve a constatação de indícios de falta de concorrência. Embasando e tornando necessários estudos mais detalhados sobre as respectivas contas, através de análises de contestabilidade e abertura, graus de eficiência e qualidade da regulação prudencial, sem deixar de considerar o contexto em que tais mercados estão inseridos, permitindo dessa forma, análises qualitativas das condições concorrenciais e da estrutura de mercado de cada conta.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As modificações operacionais que os bancos brasileiros apresentaram na segunda metade da década passada tiveram como uma de suas principais conseqüências a redução do número dessas instituições no país, que aliado aos bons resultados financeiros das mesmas, proporcionou uma atenção especial ao grau de concentração do setor bancário do país.

Diante disso, este estudo teve como escopo apresentar a evolução da estrutura de mercado bancário no período (2001-2007) através do cálculo dos graus concentração e desigualdade das rendas auferidas pelas instituições financeiras. A abordagem por contas e suas agregações foi realizada para captar o nível de concentração e desigualdade em determinados mercados bancários, assim procurando considerar que nem todas as instituições atuam em um mesmo mercado e realizam todos os tipos de operações financeiras. Sendo que essa diferenciação não é possível quando se trabalha apenas com as variáveis agregadas (ativos, depósitos, patrimônio líquido e crédito).

De acordo com os resultados obtidos, o mercado bancário quando analisado separadamente por contas não apresentou a mesma estrutura de mercado desconcentrada da sua forma agregada. Destacando-se as contas *Leasing* e *Crédito*, esta em situação de mercado concentrado e aquela com uma estrutura moderadamente concentrada, mas com desigualdade e concentração crescentes. Aliado a isso, a participação majoritária e crescente obtida da desigualdade intragrupo na desigualdade total reforçou a importância da abordagem por grupos, mercados ou contas afins, em detrimento do setor como um todo.

Já quando se subdividiu o mercado de crédito, também foram obtidos valores muito mais elevados para a concentração e desigualdade das rendas em comparação ao mercado em sua forma agregada, condizendo com a grande participação da desigualdade intragrupo na desigualdade total. Uma relevante constatação foi que para o mercado de crédito, contas tidas como características de bancos públicos – *Infraestrutura*, *Imobiliário* e *Rural/Agroindustrial* – foram as que possuíram os maiores níveis de concentração e desigualdade nas rendas⁶⁷. Resultados estes corroborados pela colocação feita por Coelho (2009)⁶⁸ em entrevista ao jornal O Estado de São Paulo:

⁶⁷ A conta Governo Federal também esteve altamente concentrada no período de análise, mas a desigualdade apresentou-se como uma das mais baixas.

⁶⁸ Maria Fernanda Coelho (presidente da Caixa Econômica Federal).

Está na natureza do banco público prospectar novos mercados, nichos e espaços territoriais. De fato, o banco público chega primeiro onde as demais instituições não arriscariam chegar. É um componente da nossa atuação. Não é a toa que temos, por exemplo, os correspondentes lotéricos. E entre os bancos públicos há um processo de especialização. A Caixa, por exemplo, é especialista no financiamento habitacional e no saneamento (COELHO, 2009, p. B8).

Contudo, apesar desse importante papel pioneiro do banco público, sua predominante participação em alguns mercados pode condizer com a existência de falhas de mercado oriundas de problemas institucionais do país, que restringem a atuação das instituições privadas, tornando o mercado ineficiente, como foi exposto para o mercado de crédito rural na revisão bibliográfica.

Enfim, este estudo mostrou que a análise da estrutura de mercado bancário em sua forma agregada não demonstraria a distinta situação de alguns mercados particulares. Destacando com isso, a importância de considerar o mercado bancário como um mercado multi-produtos, caso contrário, não seriam obtidos argumentos para o prosseguimento de estudos no mercado de crédito, onde análises de contestabilidade e abertura, qualidade da regulação prudencial e graus de eficiência devem ser realizadas, juntamente com uma análise contextual de cada conta. Para assim se obter uma definição mais detalhada de suas estruturas de mercado, visando políticas públicas voltadas para defesa da concorrência.

Como perspectiva para o mercado bancário, as mais importantes negociações sobre controle acionário ou fusões, que aconteceram nos anos de 2008 e 2009, reforçam a idéia sobre as duas trajetórias possíveis de expansão da firma bancária⁶⁹ (principalmente para os grandes bancos).

a) Expansão da oferta de produtos e serviços commoditizados:

- Aquisição Banco Brasil – Nossa Caixa. A incorporação do banco paulista pelo Banco do Brasil teve como objetivo aumentar a parcela de mercado do banco federal no Estado de São Paulo.

- Fusão Itaú – Unibanco. A expansão no número de clientes, depósitos e agências faz com que a oferta de produtos e serviços cresça conjuntamente com o tamanho da instituição.

- Incorporação Banco do Brasil – Banco Votorantim. O banco federal adquiriu parte do Banco Votorantim, o qual tem no crédito de veículos o seu ponto mais forte, assim demonstrando o tipo de mercado (commoditizado) onde o adquirente pretende crescer.

b) Expansão através de produtos personalizáveis:

⁶⁹ Na revisão bibliográfica ver Carvalho, F.J.C. (2007).

- Fusão Itaú-Unibanco. Além de crescer em tamanho e conseqüentemente em produtos commoditizados, os dois bancos quando ainda separados já eram conhecidos como voltados para um público diferenciado⁷⁰, ou seja, de renda mais elevada que demandam produtos mais personalizados (sofisticados).

Ademais, Carvalho, F.J.C. (2007) salienta que um grande banco (conglomerado) pode avançar nas duas frentes, sendo este caso mais recentemente observado na fusão Itaú-Unibanco. Já bancos tidos como populares, como por exemplo, Banco do Brasil e Bradesco, também procuraram avançar no mercado personalizado, criando os segmentos *Private* e *Corporate*.

Assim, observando os movimentos do mercado bancário brasileiro até o primeiro semestre de 2009, parece que o mesmo está caminhando para se configurar em três grandes bancos privados (Itaú/Unibanco, Santander/Real e Bradesco), dois grandes bancos estatais federais (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal), intermediários que buscam fatias de mercado dos grandes bancos privados (visando a sua própria sobrevivência), e bancos menores focados em nichos de mercado. Contudo, independente se essa configuração de mercado irá mesmo se concretizar, principalmente com relação à situação dos líderes de mercado, a opinião de vários profissionais e especialistas do ramo⁷¹, juntamente com os resultados apresentados no presente trabalho, orientam que os estudos sobre o setor sejam focados nos mercados de atuação dos bancos. Considerando que nem todos atuam da mesma forma ou com a mesma intensidade em todos os segmentos, assim evitando possíveis subavaliações do grau de concentração ou competição do mercado bancário brasileiro.

Visando sugestões para possíveis trabalhos futuros, são válidos estudos sobre prováveis ganhos de escala e escopo no setor bancário, decorrentes dessas aquisições citadas. Além do mais, a partir das rendas obtidas dessa nova configuração do mercado e seguindo a segmentação dos mercados relevantes bancários, vale também a análise da variação do grau de concentração bancária através do índice HHI e do nível alcançado pelo mesmo após as aquisições, para assim verificar se as mesmas suscitarão preocupações da autoridade antitruste.

⁷⁰ O banco Itaú foi um dos pioneiros do segmento *Personnalité*.

⁷¹ Rocha (2001), Nakane (2003), Ferreira e Farina (2005), Borges (2005), Carvalho, V.A. (2006) e Bueno (2009) indicam a importância de considerar a existência de mercados distintos de atuação entre os bancos no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, D.B.C. **Bancos e concentração de crédito no Brasil: 1995-2004**. 2007. 90 p. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

ALMEIDA, D.B.C.; JAIME JUNIOR, F.G.J. Bancos e concentração no Brasil: um estudo com dados em painel para os estados (1995-2004). In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 35., 2007, Natal. **Anais...** Disponível em: <<http://www.anpec.org.br>>. Acesso em: 5 jun. 2008.

ALMEIDA, L.F. **Ambiente institucional e contratos de crédito agrícola: três estudos críticos**. 2008. 229 p. Tese (Doutorado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

ARAÚJO, L.A.D.; JORGE NETO, P.M.; PONCE, D.A.S. Competição e concentração entre os bancos brasileiros. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 33., 2005, Natal. **Anais...** Disponível em: <<http://www.anpec.org.br>>. Acesso em: 9 dez. 2007.

AZEVEDO, P.F. **A nova economia institucional e a defesa da concorrência: reintroduzindo a história**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001. (Seminários de pesquisa, 2006). Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br>>. Acesso em: 11 jan. 2008.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN. **Anuário estatístico do crédito rural, 2001a**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 11 jun. 2009.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN. **Anuário estatístico do crédito rural, 2002a**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 11 jun. 2009.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN. **Anuário estatístico do crédito rural, 2003a**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 11 jun. 2009.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN. **Anuário estatístico do crédito rural, 2004a**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 13 jun. 2009.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN. **Anuário estatístico do crédito rural, 2005a**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 13 jun. 2009.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN. **Anuário estatístico do crédito rural, 2006a**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 13 jun. 2009.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN. **Anuário estatístico do crédito rural, 2007a**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 13 jun. 2009.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN. **Composição e evolução do SFN, 2005**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 10 mar. 2007.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN. **Composição e evolução do SFN**, 2006. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 10 mar. 2007.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN. **Economia e Finanças**: moeda e crédito, 1998b. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 6 jun. 2009.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN. **Economia e finanças**: moeda e crédito, 2001b. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 8 mar. 2009.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN. **Economia e finanças**: moeda e crédito, 2002b. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 8 mar. 2009.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN. **Economia e finanças**: moeda e crédito, 2003b. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 9 mar. 2009.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN. **Economia e finanças**: moeda e crédito, 2004b. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 10 mar. 2009.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN. **Economia e finanças**: moeda e crédito, 2005b. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 10 mar. 2009.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN. **Economia e finanças**: moeda e crédito, 2006b. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 11 mar. 2009.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN. **Economia e finanças**: moeda e crédito, 2007b. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 12 mar. 2009.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN. **Glossário**, 2009. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 15 mar. 2009.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN. **Informações cadastrais e contábeis**, 2007c. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 18 mar. 2007.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN. **Sistema financeiro de habitação**: dados estatísticos, 2007d. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 8 mar. 2009.

BANCO estrangeiro lucra mais no Brasil em 2007. **Folha On-line**, 22 mar. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u384651.shtml>>. Acesso em: 22 mar. 2008.

BARBOSA, A. Para BNDES, crédito deve atingir 41% do PIB até 2009. **Estadao.com.br**, 3 out. 2007. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/economia,para-bndes-credito-deve-atingir-41-do-pib-ate-2009,59754,0.htm>>. Acesso em: 18 maio 2009.

BBVA vende sua fatia do Bradesco por US\$ 1,47 bilhão. **Efe**, 5 mar. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u378704.shtml>>. Acesso em: 11 nov. 2008.

BELAISCH, A. **Do Brazilian banks compete?** Washington: International Monetary Fund May 2003. 21 p. (Working Paper, 03/113). Disponível em: <<http://www.imf.org/external/index.htm>>.

BORGES, E. Crédito x PIB: duelo de titãs. **Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro, v. 59, n. 12, p. 20-26, dez. 2005.

BRAGA, H. C.; MASCOLO, J.L. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 851-884, ago. 1982.

BUENO, D. Sintonia Fina. **Valor Econômico**, São Paulo, 30 mar. 2009. Valor especial bancos, p. F1.

CAMARGO, S. Bancos têm acionistas felizes e clientes insatisfeitos. **UOL**, 14 nov. 2007. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/financas/investimentos/2007/11/14/ult5346u18.jhtm>>. Acesso em: 14 nov. 2007.

CARVALHO, C.E.; VIDOTTO, C.A. Abertura do setor bancário ao capital estrangeiro nos anos 1990: os objetivos e o discurso do governo e dos banqueiros. **Nova Economia**, Minas Gerais, v. 17, n. 3, p. 395-425, set./dez. 2007.

CARVALHO, F.J.C. Estrutura e padrões de competição no sistema bancário brasileiro: uma hipótese para investigação e alguma evidência preliminar. In: PAULA, L.F.; OREIRO, J.L. **Sistema financeiro: uma análise do setor bancário brasileiro**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. p. 103-123.

CARVALHO, M.C. Bradesco e Itaú no seleto grupo dos 20 maiores bancos internacionais. **Valor On-line**, São Paulo, 5 maio 2008. Disponível em: <<http://www.valoronline.com.br/valoreconomico/285/financas.html>>. Acesso em: 5 maio 2008.

CARVALHO, M.C. Três brasileiros no ranking de marcas. **Valor Econômico**, São Paulo, 6 nov. 2006. Finanças, p. 8.

CARVALHO, V.A. **Análise dos atos de concentração no setor bancário: um estudo motivado pelas recentes fusões no mercado brasileiro**. Brasília: Secretaria de acompanhamento econômico, 2006. 80 p. Disponível em: <<http://www.seae.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 30 jul. 2008.

CINCO bancos brasileiros estão entre os 25 maiores da América. **Valor Online**, São Paulo, 21 nov. 2007. Disponível em: <<http://www.valoronline.com.br>>. Acesso em: 21 nov. 2007.

CINTRA, M.; ETLIN, M. “It’s the spread, stupid”. **Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 7, p. 22-23, jul. 2003.

COELHO, M.F. Maria Fernanda Coelho: presidente da Caixa Econômica Federal. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 28 jun. 2009. Caderno B, p. 8.

CONJUNTURA ECONÔMICA. **500 maiores S.A.** Rio de Janeiro, v. 59, n. 8, p. 70-89, ago. 2005a.

CONJUNTURA ECONÔMICA. **500 maiores S.A.** Rio de Janeiro, v. 60, n. 8, p. 66-85, ago. 2006a.

CONJUNTURA ECONÔMICA. **500 maiores S.A.** Rio de Janeiro, v. 61, n. 8, p. 76-95, ago. 2007a.

CONJUNTURA ECONÔMICA. **500 maiores S.A.** Rio de Janeiro, v. 62, n. 8, p. 82-101, ago. 2008a.

CONJUNTURA ECONÔMICA. **Conglomerados financeiros.** Rio de Janeiro, v. 59, n. 6, p. 52-55, jun. 2005b.

CONJUNTURA ECONÔMICA. **Conglomerados financeiros.** Rio de Janeiro, v. 60, n. 6, p. 56-59, jun. 2006b.

CONJUNTURA ECONÔMICA. **Conglomerados financeiros.** Rio de Janeiro, v. 61, n. 6, p. 48-53, jun. 2007b.

CONJUNTURA ECONÔMICA. **Conglomerados financeiros.** Rio de Janeiro, v. 62, n. 6, p. 66-71, jun. 2008b.

CORAZZA, G. **Crise e reestruturação bancária no Brasil.** Porto Alegre: UFRGS, 2000. (Texto para discussão, 8). Disponível em: <<http://www.ufrgs.br>>. Acesso em: 10 mar. 2008.

FERREIRA, C.F.; FARINA, E.M.M.Q. Concorrência e performance do setor bancário em um mercado heterogêneo. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 33., 2005, Natal. **Anais...** Disponível em: <<http://www.anpec.org.br>>. Acesso em: 10 dez. 2007.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS – FIPECAFI. **Estudo sobre a apuração do spread da indústria bancária**, 2005. Disponível em: <<http://www.febraban.org.br>>. Acesso em: 10 jan. 2009.

GREGÓRIO, J. **Análise comparativa da rentabilidade do setor bancário privado atuante no Brasil no período de 1997 a 2004.** 2005. 106 p. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

HAJJ, Z.S.E. **Evolução e desempenho dos bancos durante o Plano Real.** 2005. 130 p. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Economia Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/>>. Acesso em: 10 dez. 2008.

HOFFAMNN, R. **Estatística para economistas.** São Paulo: Livraria Pioneira, 1980. 426 p.

HOFFMANN, R. **Distribuição de renda:** medidas de desigualdade e pobreza. São Paulo: EDUSP, 1998. 275 p.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS - IPEA. **Dados macroeconômicos.** Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: 3 jul. 2008.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS - IPEA. **Dados macroeconômicos**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: 3 jul. 2007.

LIMA, R.A.S. Evolução da concentração na indústria de defensivos agrícolas no Brasil, no período de 1995-1998. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ECONOMIA E GESTÃO DE REDES AGROALIMENTARES, 4., 2001, Ribeirão Preto. **Anais eletrônicos...** Ribeirão Preto: FEARP-USP, 2001. Disponível em: <<http://www.fearp.usp.br/egna>>. Acesso em: 4 set. 2008.

LIMA, R.A.S. **Informação, capital social e mercado de crédito rural**. 2003. 236 p. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2003.

MALLMANN, P.; RABI JUNIOR, L.A. O setor bancário no Brasil: concentração e economias de escala (lições do passado e tendências). **Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 12, p. 23-28, dez. 1996.

MEDEIROS, M. **Uma Introdução às representações gráficas da desigualdade de renda**. IPEA, 2006. (Texto para Discussão, 1202). Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/default.jsp>>. Acesso em: 3 jul. 2008.

MEIRELLES, H. O que falta para o Brasil crescer. **Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro, v. 60, n. 6, p. 32-35, jun. 2006.

MELLO, J.M.P. Atos de concentração e conduta no setor bancário. In: FIUZA, E; SEROA, R. **Métodos quantitativos em defesa da concorrência e regulação econômica**. Rio de Janeiro: IPEA, 2006, p. 793-854.

MURTA FILHO, M.M. **Concorrência bancária e reformas regulamentares: o caso da indústria bancária brasileira**. 2003. 71 p. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, Distrito Federal, 2003.

NAKANE, M.I. **A test of competition in brazilian banking**. Brasília: Banco Central do Brasil, Mar. 2001. 21 p. (Texto para discussão, 12).

NAKANE, M.I. **Concorrência e spread bancário: uma revisão de evidência para o Brasil**. FEBRABAN, 2003. (Estudos, Textos e Ensaios). Disponível em: <<http://www.febraban.org.br/>>. Acesso em: 4 fev. 2006.

NAKANE, M.I.; ALENCAR, L.S.; KANCZUK, F. **Demand for bank services and market power in brazilian banking**. Brasília: Banco Central do Brasil, June 2006. (Texto para Discussão, 107).

NOVAES, A. Mercado de capitais: lições da experiência internacional. In: BACHA, E.L.; OLIVEIRA FILHO, L.C. **Mercado de capitais e crescimento econômico: lições internacionais, desafios brasileiros**. Rio de Janeiro/ São Paulo: Contra Capa Livraria ANBID, 2005, p. 33-111.

OZAKI, V.A. **Métodos atuariais aplicados à determinação da taxa de prêmio de contratos de seguro agrícola**: um estudo de caso. 2005. 324 p. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2005.

PANZAR, J.C.; ROSSE, J.N. Testing for monopoly equilibrium. **The Journal of Industrial Economics**, Oxford, v. 35, n. 4, p. 443-456, June 1987.

PAULA, L.F.; MARQUES, M.B.L. Tendências recentes da consolidação bancária no Brasil. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 24, n. 45, p. 235-263, mar. 2006.

PEREIRA, R. BB é o mais rentável das Américas. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 21 mar. 2009. Caderno B, p.1.

PEREIRA, R. Receita de serviços amplia lucro dos bancos. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 4 nov. 2006. Caderno B, p. 3.

POSSAS, M.L. **Os conceitos de mercado relevante e de poder de mercado no âmbito da defesa da concorrência**. UFRJ, 1996. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/>>. Acesso em: 10 fev. 2008.

REICHSTUL, D.; LIMA, G.T. Crédito bancário e atividade econômica: evidências empíricas para a produção industrial no Estado de São Paulo. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 33., 2005, Natal. **Anais...** Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/>>. Acesso em: 20 dez. 2007.

RESENDE, M. Medidas de concentração industrial: uma resenha. **Análise Econômica**, Porto Alegre, n. 21 e 22, p. 24-33, mar/set. 1994.

RESENDE, M.; BOFF, H. Concentração industrial. In: KUPFER, D.; HASENCLEVER, L. (Org.). **Economia industrial**: fundamentos teóricos e práticas no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002. p. 73-90.

ROCHA, F.A.S. **Evolução da concentração bancária no Brasil (1994-2000)**. Brasília: Banco Central do Brasil, nov. 2001. 40 p. (Notas Técnicas do Banco Central do Brasil, 11).

SANTOS, T.B.S. A evolução do mercado financeiro brasileiro 1984-2004. **Revista de Economia & Relações Internacionais**, São Paulo, v. 5, n. 10, p. 115-134, jan. 2007.

SCHUMPETER, J.A. **Teoria do desenvolvimento econômico**. Tradução de M. S. Possas. São Paulo: Abril Cultural, 1982. 169 p.

SETUBAL, R. Internacionalização do banco será enorme desafio. [Entrevista a Guilherme Barros]. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 9 de nov. 2008. Caderno Dinheiro, p. B8.

SHIROTA, R. **Crédito rural no Brasil**: subsídio, distribuição e fatores associados a oferta. 1988. 229 p. Dissertação (Mestrado em Economia Agrária) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 1988.

SILVA, E.N.; PORTO JÚNIOR, S.S. Sistema financeiro e crescimento econômico: uma aplicação de regressão quantílica. **Economia Aplicada**, Ribeirão Preto, v. 10, n. 3, p. 425-442, jul./set. 2006.

SILVA, T.L.; JORGE NETO, P.M. Economia de escala e eficiência nos bancos brasileiros após o Plano Real. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 32, n. 4, p. 577-619, out./dez. 2002.

SPOLADOR, H.F.S. **Reflexões sobre a experiência brasileira de financiamento da agricultura**. 2001. 93 p. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2001.

STIGLITZ, J. E.; WEISS, A. Credit rationing in markets with imperfect information. **American Economic Review**, Nashville, v. 71, n. 3, p. 393-411, June 1981.

STIGLITZ, J.E.; GREENWALD, B. **Rumo a um novo paradigma em economia monetária**. Tradução de L. Knapp e C.C. Bartalotti. São Paulo: Francis, 2004. 440 p.

STUDART, H. O esquema espanhol no BC do Brasil. **Isto É Dinheiro**, 17 nov. 2004. Disponível em: <http://www.terra.com.br/istoedinheiro/376/economia/esquema_espanhol.htm>. Acesso em: 11 nov. 2008.

THEIL, H. **Economics and information theory**. Chicago: Rand McNally & Company, 1967. 488 p.

TONOOKA, E.K.; KOYAMA, S.M. **Taxa de juros e concentração bancária no Brasil**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2003. (Texto para Discussão, 62). Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: fev. 2007.

TROSTER, R.L. **Concentração bancária**. FEBRABAN, 2006. (Estudos, Textos e Ensaios). Disponível em: <<http://www.febraban.org.br/>>. Acesso em: 20 fev. 2007.

VEIGA, L.H.C.; OLIVEIRA, A.L.R. Diferenciação horizontal e poder de mercado: os efeitos do *e-banking* sobre as tarifas bancárias. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 31., 2003, Porto Seguro. **Anais...** Disponível em: <<http://www.anpec.org.br>>. Acesso em: 2 dez. 2007.

ANEXOS

ANEXO A - Quadros Resumos

(continua)

Autor	Período Analisado	Objetivo/Método	Resultados/ Conclusões
Nakane (2001)	Agosto de 1994 a Agosto de 2000.	<ul style="list-style-type: none"> O trabalho procura fazer um teste empírico sobre a evolução do grau de competição dos bancos no Brasil. Segundo o autor, vários outros países já utilizaram desta metodologia para o setor, que é a metodologia de Bresnahan (1982) e Lau (1982), para identificar e mensurar o grau de competição de uma indústria. 	<ul style="list-style-type: none"> Os resultados são consistentes com a visão de que no Brasil os bancos possuem algum poder de mercado. No entanto, a estrutura de mercado do setor não foi identificada precisamente, mas os dados mostraram que as duas estruturas opostas, competição perfeita e monopólio/cartel foram rejeitadas.
Belaisch (2003)	1997 a 2000	<ul style="list-style-type: none"> Mensurar o poder de mercado dos bancos no Brasil no período em questão. A metodologia utilizada foi a de Panzar e Rosse (1987) baseada na teoria microeconômica. Além do que, o trabalho faz inferências sobre informações qualitativas sobre o mercado. 	<ul style="list-style-type: none"> Das doze equações de receitas estimadas, onze não rejeitaram a estrutura de mercado oligopolística. As mensurações do trabalho concluem que a estrutura de mercado de bancos no Brasil é mais próxima do oligopólio do que qualquer outra.
Tonooka e Koyama (2003)	Janeiro de 2001 a Fevereiro de 2002.	<ul style="list-style-type: none"> Autores tentam relacionar os preços adotados pelos bancos (taxa de juros) para cada modalidade de crédito (tanto para pessoa física quanto jurídica) e o grau de concentração do setor, medido pelo Índice Herfindahl-Hirschman (IHH). Utilizaram-se de Funções de Estimção Generalizadas proposta por Liang e Zeger (1986) de um modelo uni-equacional da taxa de juros sobre empréstimos dos bancos em função do grau de concentração do setor e de outras variáveis de controle. 	<ul style="list-style-type: none"> Todos os mercados apresentaram graus de concentração baixos, com exceção do mercado de nota promissória; além do que, o método utilizado mostrou que a relação preço-concentração não é estatisticamente significativa. O IHH não possui influência sobre a taxa de juros de empréstimos e conseqüentemente a intervenção governamental no sentido de diminuir o grau de concentração do setor seria ineficaz para diminuir as taxas de juros.

ANEXO A - Quadros Resumos

(continua)

Autor	Período Analisado	Objetivo/Método	Resultados/ Conclusões
Veiga e Oliveira (2003)	Junho de 1996 a Janeiro de 2002.	<ul style="list-style-type: none"> Procurou-se analisar os efeitos do surgimento e crescimento do <i>e-banking</i> (oferta de produtos e serviços eletrônicos) sobre o poder de mercado dos bancos, especialmente sobre as tarifas bancárias. O modelo adotado foi o da “cidade circular” de Salop (1979) limitando o escopo ao segmento <i>e-banking</i>; além do instrumental econométrico com a metodologia Engle-Granger (1991) nos resíduos. 	<ul style="list-style-type: none"> Verificou-se que teoricamente, o aumento do número de PAE (postos de atendimento eletrônico) reduz o valor da tarifa bancária. Os autores concluem que a evolução do <i>e-banking</i> reduz as despesas administrativas dos bancos, com isso o aumento da concentração do setor foi dada como justificativa para o aumento nos gastos com tarifas pelos clientes
Ferreira e Farina (2005)	Nenhum.	<ul style="list-style-type: none"> Discute como características básicas de um mercado podem influenciar a estrutura do setor, argumentando que a heterogeneidade na distribuição de clientes ao longo do mercado cria nichos de atuação para os bancos. Tem como base de análise teórica a utilização do mercado circular, ou seja, é uma variação do modelo de Salop 	<ul style="list-style-type: none"> Créditos para firmas pequenas envolvem informações imprecisas, limitando a concorrência bancária às instituições financeiras próximas ao cliente. Regiões e grupos de clientes atendidos por um grande número de bancos obtêm benefícios de uma competição maior, pagando taxas de juros mais baixas, enquanto que quando há poucos bancos a concorrência é mais fraca, sendo cobradas taxas de juros mais elevadas.
Nakane; Alencar e Kanczuk (2006)	Dezembro de 2002 e Dezembro de 2003.	<ul style="list-style-type: none"> Procurou-se fazer testes de poder de mercado e estimar uma equação de demanda para o setor. O modelo de demanda foi adaptado de Dick (2002) que estende a metodologia de modelos de escolha discreta para o caso de serviços bancários. Já o teste de poder de mercado confronta as margens preço-custo empiricamente observadas com as do modelo de Bertrand e de cartel. 	<ul style="list-style-type: none"> Encontrou-se demanda inelástica com relação ao preço de serviços bancários. E também que a demanda por produtos bancários é tanto maior quanto maior for o PIB, o PIB per capita, a área e a densidade populacional de um município. Para depósitos a prazo, os resultados do teste de poder de mercado mostraram que o modelo de Bertrand superestimou o grau de poder de mercado, acontecendo igualmente com o mercado de empréstimos. Mas a margem preço custo absoluta observada foi maior para os bancos com maior participação de mercado e quanto aos serviços bancários foi bastante razoável a descrição desse mercado como modelo de Bertrand.

ANEXO A - Quadros Resumos

(conclusão)

Autor	Período Analisado	Objetivo/Método	Resultados/ Conclusões
Almeida e Jayme Jr. (2007)	1995 a 2004	<ul style="list-style-type: none"> • Analisar o efeito da concentração bancária quanto à concessão de crédito no Brasil. • Estimação com dados em painel, utilizando dados das 27 unidades da federação. Focando no crédito conforme designado pelo Plano Contábil do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) concedido por bancos múltiplos com carteira comercial, bancos comerciais e caixas econômicas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Processo de relocação das agências bancárias acarreta um impacto maior sobre o crédito do que o processo de concentração das sedes bancárias. • A hipótese de que a consolidação do setor bancário possui impacto negativo sobre a concessão de crédito foi corroborada. Entre 1995 e 1999 diminui o número de instituições em funcionamento, mas a participação dos maiores bancos nos ativos totais não aumenta, 1999 para frente, a diminuição reduz-se, e a participação dos maiores bancos nos ativos totais aumenta.

Quadro 21 - Estudos sobre a estrutura de mercado do setor bancário no Brasil

ANEXO B - Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF

(continua)

Contas utilizadas no trabalho

Número da conta	Nome da Conta
7.1.0.00.00-8	RECEITAS OPERACIONAIS
7.1.1.00.00-1	Rendas de Operações de Crédito
7.1.1.03.00-8	RENDAS DE ADIANTAMENTOS A DEPOSITANTES
7.1.1.05.00-6	RENDAS DE EMPRÉSTIMOS
7.1.1.10.00-8	RENDAS DE TÍTULOS DESCONTADOS
7.1.1.15.00-3	RENDAS DE FINANCIAMENTOS
7.1.1.18.00-0	RENDAS DE FINANCIAMENTOS A AGENTES FINANCEIROS
7.1.1.20.00-5	RENDAS DE FINANCIAMENTOS À EXPORTAÇÃO
7.1.1.23.00-2	RENDAS DE FINANCIAMENTOS DE MOEDAS ESTRANGEIRAS
7.1.1.25.00-0	RENDAS DE FINANCIAMENTOS COM INTERVENIÊNCIA
7.1.1.35.00-7	RENDAS DE REFINANCIAMENTOS DE OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO
7.1.1.40.00-9	RENDAS DE FINANCIAMENTOS RURAIS - APLICAÇÕES LIVRES
7.1.1.45.00-4	RENDAS DE FINANCIAMENTOS RURAIS - APLICAÇÕES OBRIGATÓRIAS
7.1.1.50.00-6	RENDAS DE FINANCIAMENTOS RURAIS - APLICAÇÕES REPASSADAS E REFINANCIADAS
7.1.1.52.00-4	RENDAS DE REFINANCIAMENTOS DE OPERAÇÕES COM O GOVERNO FEDERAL
7.1.1.55.00-1	RENDAS DE FINANCIAMENTOS AGROINDUSTRIAIS
7.1.1.60.00-3	RENDAS DE FINANCIAMENTOS DE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS
7.1.1.65.00-8	RENDAS DE FINANCIAMENTOS HABITACIONAIS
7.1.1.70.00-0	RENDAS DE FINANCIAMENTOS DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO
7.1.1.80.00-7	RENDAS DE DIREITOS POR EMPRÉSTIMOS DE AÇÕES
7.1.1.85.00-2	RENDAS DE FINANCIAMENTOS DE CONTA MARGEM
7.1.1.90.00-4	RENDAS DE FINANCIAMENTOS DO PROCAP
7.1.1.92.00-2	RENDAS DE DIREITOS POR EMPRÉSTIMOS DE OURO
7.1.2.00.00-4	Rendas de Arrendamento Mercantil
7.1.2.10.00-1	RENDAS DE ARRENDAMENTOS FINANCEIROS - RECURSOS INTERNOS
7.1.2.15.00-6	RENDAS DE ARRENDAMENTOS OPERACIONAIS - RECURSOS INTERNOS
7.1.2.20.00-8	RENDAS DE ARRENDAMENTOS FINANCEIROS - RECURSOS EXTERNOS
7.1.2.25.00-3	RENDAS DE ARRENDAMENTOS OPERACIONAIS - RECURSOS EXTERNOS
7.1.2.30.00-5	RENDAS DE SUBARRENDAMENTOS
7.1.2.60.00-6	LUCROS NA ALIENAÇÃO DE BENS ARRENDADOS
7.1.2.60.10-9	Arrendamento Financeiro
7.1.2.60.20-2	Arrendamento Operacional
7.1.3.00.00-7	Rendas de Câmbio
7.1.3.10.00-4	RENDAS DE OPERAÇÕES DE CÂMBIO
7.1.3.10.10-7	Exportação
7.1.3.10.20-0	Importação
7.1.3.10.30-3	Financeiro
7.1.3.10.90-1	Outras
7.1.3.30.00-8	RENDAS DE VARIAÇÕES E DIFERENÇAS DE TAXAS
7.1.3.70.00-6	RENDAS DE DISPONIBILIDADES EM MOEDAS ESTRANGEIRAS
7.1.4.00.00-0	Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez
7.1.4.10.00-7	RENDAS DE APLICAÇÕES EM OPERAÇÕES COMPROMISSADAS

ANEXO B - Plano Contábil das Instituições Financeiras do Brasil - COSIF

(continuação)

Contas utilizadas no trabalho

Número da conta	Nome da Conta
7.1.4.10.10-0	Posição Bancada
7.1.4.10.20-3	Posição Financiada
7.1.4.10.40-9	Posição Vendida
7.1.4.20.00-4	RENDAS DE APLICAÇÕES EM DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS
7.1.4.40.00-8	RENDAS DE APLICAÇÕES VOLUNTÁRIAS NO BANCO CENTRAL
7.1.5.00.00-3	<u>Rendas com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos</u>
7.1.5.10.00-0	RENDAS DE TÍTULOS DE RENDA FIXA
7.1.5.15.00-5	RENDAS DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS NO EXTERIOR
7.1.5.20.00-7	RENDAS DE TÍTULOS DE RENDA VARIÁVEL
7.1.5.30.00-4	RENDAS DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS
7.1.5.40.00-1	RENDAS DE APLICAÇÕES EM FUNDOS DE INVESTIMENTO
7.1.5.50.00-8	RENDAS DE APLICAÇÕES NO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
7.1.5.60.00-5	RENDAS DE APLICAÇÕES EM TÍTULOS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
7.1.5.70.00-2	RENDAS DE APLICAÇÕES EM OURO
7.1.5.75.00-7	LUCROS COM TÍTULOS DE RENDA FIXA
7.1.5.80.00-9	RENDAS EM OPERAÇÕES COM DERIVATIVOS
7.1.5.80.11-9	Swap
7.1.5.80.13-3	Swap - Hedge de Título Mantido até o Vencimento
7.1.5.80.21-2	Termo
7.1.5.80.23-6	Termo - Hedge de Título Mantido até o Vencimento
7.1.5.80.31-5	Futuro
7.1.5.80.33-9	Futuro - Hedge de Título Mantido até o Vencimento
7.1.5.80.39-1	Opções – Ações
7.1.5.80.42-5	Opções - Ativos Financeiros e Mercadorias
7.1.5.80.43-2	Opções - Hedge de Título Mantido até o Vencimento
7.1.5.80.50-4	Intermediação de "Swap"
7.1.5.80.60-7	Derivativos de Crédito
7.1.5.80.63-8	Derivativos de Crédito - Hedge de Título Mantido até o Vencimento
7.1.5.80.90-6	Outros
7.1.5.90.00-6	TVM - AJUSTE POSITIVO AO VALOR DE MERCADO
7.1.5.90.10-9	Títulos para Negociação
7.1.5.90.20-2	Títulos Disponíveis para Venda
7.1.7.00.00-9	<u>Rendas de Prestação de Serviços</u>
7.1.7.10.00-6	RENDAS DE ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS DE INVESTIMENTO
7.1.7.15.00-1	RENDAS DE ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS E PROGRAMAS
7.1.7.20.00-3	RENDAS DE ADMINISTRAÇÃO DE LOTERIAS
7.1.7.25.00-8	RENDAS DE ADMINISTRAÇÃO DE SOCIEDADES DE INVESTIMENTO
7.1.7.30.00-0	RENDAS DE ASSESSORIA TÉCNICA
7.1.7.35.00-5	RENDAS DE TAXAS DE ADMINISTRAÇÃO DE CONSÓRCIOS
7.1.7.40.00-7	RENDAS DE COBRANÇA
7.1.7.45.00-2	RENDAS DE COMISSÕES DE COLOCAÇÃO DE TÍTULOS
7.1.7.50.00-4	RENDAS DE CORRETAGENS DE CÂMBIO

ANEXO B - Plano Contábil das Instituições Financeiras do Brasil – COSIF

(continuação)

Contas utilizadas no trabalho

Número da conta	Nome da Conta
7.1.7.55.00-9	RENDAS DE ADMINISTRAÇÃO DE ATIVOS REDESCONTADOS
7.1.7.60.00-1	RENDAS DE CORRETAGENS DE OPERAÇÕES EM BOLSAS
7.1.7.70.00-8	RENDAS DE SERVIÇOS DE CUSTÓDIA
7.1.7.80.00-5	RENDAS DE SERVIÇOS PRESTADOS A LIGADAS
7.1.7.90.00-2	RENDAS DE TRANSFERÊNCIA DE FUNDOS
7.1.7.95.00-7	RENDAS DE TARIFAS BANCÁRIAS – PF
7.1.7.95.01-4	Confecção de Cadastro
7.1.7.95.02-1	Renovação de Cadastro
7.1.7.95.03-8	Fornecimento de 2ª Via de Cartão Magnético com Função de Débito
7.1.7.95.04-5	Fornecimento de 2ª Via de Cartão Magnético de Conta de Poupança
7.1.7.95.05-2	Exclusão do Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos
7.1.7.95.06-9	Contra-Ordem, Oposição e Sustação de Cheques
7.1.7.95.07-6	Fornecimento de Folhas de Cheques
7.1.7.95.08-3	Cheque Administrativo
7.1.7.95.09-0	Cheque de Transferência Bancária
7.1.7.95.10-0	Cheque Visado
7.1.7.95.11-7	Saque de Conta de Depósitos à Vista e de Poupança
7.1.7.95.12-4	Depósito Identificado
7.1.7.95.13-1	Fornecimento de Extrato Mensal ou de Período
7.1.7.95.14-8	Fornecimento de Microfilme, Microficha ou Assemelhados
7.1.7.95.15-5	Transferência por meio de DOC/TED
7.1.7.95.16-2	Transferência Agendada por meio de DOC/TED
7.1.7.95.17-9	Transferência entre Contas da Própria Instituição
7.1.7.95.18-6	Ordem de Pagamento
7.1.7.95.19-3	Concessão de Adiantamento a Depositante
7.1.7.95.99-7	Outras Rendas de Tarifas Bancárias – PF
7.1.7.98.00-4	RENDAS DE TARIFAS BANCÁRIAS – PJ
7.1.7.98.01-1	Cadastro
7.1.7.98.02-8	Contas de Depósitos
7.1.7.98.03-5	Transferência de Recursos
7.1.7.98.04-2	Operações de Crédito
7.1.7.98.99-4	Outras Rendas de Tarifas Bancárias – PJ
7.1.7.99.00-3	RENDAS DE OUTROS SERVIÇOS
7.1.8.00.00-2	<u>Rendas de Participações</u>
7.1.8.10.00-9	RENDAS DE AJUSTES EM INVESTIMENTOS NO EXTERIOR
7.1.8.20.00-6	RENDAS DE AJUSTES EM INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E CONTROLADAS
7.1.9.00.00-5	<u>Outras Receitas Operacionais</u>
7.1.9.20.00-9	RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS BAIXADOS COMO PREJUÍZO
7.1.9.25.00-4	RENDAS DE CRÉDITOS DECORRENTES DE CONTRATOS DE EXPORTAÇÃO ADQUIRIDOS
7.1.9.30.00-6	RECUPERAÇÃO DE ENCARGOS E DESPESAS
7.1.9.40.00-3	RENDAS DE APLICAÇÕES NO EXTERIOR

ANEXO B - Plano Contábil das Instituições Financeiras do Brasil - COSIF

(conclusão)

Contas utilizadas no trabalho

Número da conta	Nome da Conta
7.1.9.47.00-6	RENDAS DE APLICAÇÕES EM MOEDAS ESTRANGEIRAS NO PAÍS
7.1.9.50.00-0	RENDAS DE CRÉDITOS POR AVAIS E FIANÇAS HONRADOS
7.1.9.55.00-5	RENDAS DE CRÉDITOS VINCULADOS AO CRÉDITO RURAL
7.1.9.60.00-7	RENDAS DE CRÉDITOS VINCULADOS AO BANCO CENTRAL
7.1.9.65.00-2	RENDAS DE CRÉDITOS VINCULADOS AO SFH
7.1.9.70.00-4	RENDAS DE GARANTIAS PRESTADAS
7.1.9.75.00-9	RENDAS DE OPERAÇÕES ESPECIAIS
7.1.9.80.00-1	RENDAS DE REPASSES INTERFINANCEIROS
7.1.9.85.00-6	RENDAS DE CRÉDITOS ESPECÍFICOS
7.1.9.86.00-5	INGRESSOS DE DEPÓSITOS INTERCOOPERATIVOS
7.1.9.90.00-8	REVERSÃO DE PROVISÕES OPERACIONAIS
7.1.9.90.05-3	Perdas em Aplicações em Depósitos Interfinanceiros
7.1.9.90.10-1	Desvalorização de Títulos Livres
7.1.9.90.12-5	Desvalorização de Créditos Vinculados
7.1.9.90.15-6	Desvalorização de Títulos Vinculados a Operações Compromissadas
7.1.9.90.20-4	Desvalorização de Títulos Vinculados à Negociação e Intermediação de Valores
7.1.9.90.26-6	Derivativos de Crédito
7.1.9.90.30-7	Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa
7.1.9.90.35-2	Repasse Interfinanceiros
7.1.9.90.40-0	Créditos de Arrendamento de Liquidação Duvidosa
7.1.9.90.50-3	Perdas na Venda de Valor Residual
7.1.9.90.60-6	Outros Créditos de Liquidação Duvidosa
7.1.9.90.70-9	Perdas em Participações Societárias
7.1.9.90.80-2	Perdas em Dependências no Exterior
7.1.9.90.90-5	Perdas em Sociedades Coligadas e Controladas
7.1.9.90.95-0	Imposto de Renda
7.1.9.90.99-8	Outras
7.1.9.99.00-9	OUTRAS RENDAS OPERACIONAIS

Quadro 22 – Contas de Resultado Credoras

Fonte: Bacen (2007c)

ANEXO C – Definições das contas utilizadas no trabalho conforme critério do Banco Central do Brasil

Atributos (representados pelas letras) que identificam os títulos que cada instituição deve utilizar, conforme Carta-Circular 2720 e Carta-Circular 3147:

U – Bancos Múltiplos
B – Bancos Comerciais
D – Bancos de Desenvolvimento
K – Agências de Fomento ou de Desenvolvimento
I – Bancos de Investimento
F – Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento
J – Sociedades de Crédito ao Microempreendedor
A – Sociedades de Arrendamento Mercantil
C – Sociedades Corretoras de Títulos e Valores Imobiliários e Câmbio
T – Sociedades Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários
S – Sociedades de Crédito Imobiliário e Associações de Poupança e Empréstimos
W – Companhias Hipotecárias
E – Caixas Econômicas
R – Cooperativas de Crédito
O – Fundos de Investimento
L – Banco do Brasil SA
M – Caixa Econômica Federal
N – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
H – Administradoras de Consórcios
P – Grupos de Consórcio
Z – Empresas em Liquidação Extrajudicial

CONTAS:

Receitas de Operações de Créditos

(7.1.1.03.00-8) RENDAS DE ADIANTAMENTOS A DEPOSITANTES

Função: Registrar as rendas de adiantamentos a depositantes, que constituam receita efetiva da instituição, no período.

Instituições: U-B-E-R-L-M-Z

(7.1.1.10.00-8) RENDAS DE TÍTULOS DESCONTADOS

Função: Registrar as rendas de títulos descontados, que constituam receita efetiva da instituição, no período.

Instituições: U-B-D-K-I-F-J-S-W-E-R-L-M-Z

(7.1.1.20.00-5) RENDAS DE FINANCIAMENTOS À EXPORTAÇÃO

Função: Registrar as rendas de Financiamento à produção para exportação, que constituam receita efetiva da instituição, no período.

Instituições: U-B-D-K-I-F-J-S-W-E-L-M-N-Z

(7.1.1.23.00-2) RENDAS DE FINANCIAMENTOS DE MOEDAS ESTRANGEIRAS

Função: Registrar as rendas decorrentes de financiamentos em moedas estrangeiras, que constituam receita efetiva da instituição, no período.

Instituições: U-B-I-F-L-M-N-Z

(7.1.1.25.00-0) RENDAS DE FINANCIAMENTOS COM INTERVENIÊNCIA

Função: Registrar as rendas de operações de financiamento com interveniência, que constituam receita efetiva da instituição, no período.

Instituições: U-B-D-K-I-F-J-S-W-E-L-M-Z

(7.1.1.40.00-9) RENDAS DE FINANCIAMENTOS RURAIS - APLICAÇÕES LIVRES

Função: Registrar as rendas de financiamentos rurais, quando representadas por aplicações livres, que constituam receita efetiva da instituição, no período.

Instituições: U-B-D-K-I-F-J-S-W-E-R-O-L-M-N-Z

(7.1.1.45.00-4) RENDAS DE FINANCIAMENTOS RURAIS - APLICAÇÕES OBRIGATÓRIAS

Função: Registrar as rendas de financiamentos rurais, quando representados por aplicações compulsórias, que constituam receita efetiva da instituição, no período.

Instituições: U-B-D-K-I-F-S-W-E-O-L-M-N-Z

(7.1.1.50.00-6) RENDAS DE FINANCIAMENTOS RURAIS - APLICAÇÕES REPASSADAS E REFINANCIADAS

Função: Registrar as rendas de financiamentos rurais – aplicações repassadas e refinanciadas, que constituam receita efetiva da instituição, no período.

Instituições: U-B-D-K-I-F-S-W-E-R-O-L-M-N-Z

(7.1.1.52.00-4) RENDAS DE REFINANCIAMENTOS DE OPERAÇÕES COM O GOVERNO FEDERAL

Função: Registro das rendas de financiamentos assumidos pela União, nas condições estabelecidas pela Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993, e regulamentação complementar.

Instituições: U-B-E-L-M-N-Z

(7.1.1.55.00-1) RENDAS DE FINANCIAMENTOS AGROINDUSTRIAIS

Função: Registrar as rendas de financiamentos agroindustriais, que constituam receita efetiva da instituição, no período.

Instituições: U-B-D-K-I-F-J-S-W-E-R-O-L-M-N-Z

(7.1.1.60.00-3) RENDAS DE FINANCIAMENTOS DE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS

Função: Registrar as rendas de financiamentos de empreendimentos imobiliários, que constituam receita efetiva da instituição, no período.

Instituições: U-B-D-K-I-F-J-S-W-E-L-M-Z

(7.1.1.65.00-8) RENDAS DE FINANCIAMENTOS HABITACIONAIS

Função: Registrar as rendas de financiamentos habitacionais, que constituam receita efetiva da instituição, no período.

Instituições: U-B-D-K-I-F-S-W-E-L-M-Z

(7.1.1.70.00-0) RENDAS DE FINANCIAMENTOS DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO

Função: Registrar as rendas de financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento, que constituam receita efetiva da instituição, no período.

Instituições: U-B-D-K-I-F-S-W-E-L-M-N-Z

(7.1.1.80.00-7) RENDAS DE DIREITOS POR EMPRÉSTIMOS DE AÇÕES

Função: Registrar as rendas de direitos por empréstimos de ações, que constituam receita efetiva da instituição, no período.

Instituições: U-B-D-I-F-A-C-T-S-W-E-O-L-M-N-H-Z

(7.1.1.92.00-2) RENDAS DE DIREITOS POR EMPRÉSTIMOS DE OURO

Função: Registrar as rendas com ajustes dos contratos de mútuo de ouro, assim como os rendimentos decorrentes desses contratos, que constituam receita efetiva da instituição, no período.

Instituições: U-B-D-K-I-F-J-A-C-T-S-W-E-R-L-M-N-H-Z

Receitas de Arrendamento Mercantil

(7.1.2.10.00-1) RENDAS DE ARRENDAMENTOS FINANCEIROS - RECURSOS INTERNOS

Função: Registrar as rendas de arrendamento mercantil financeiro realizado com recursos internos.

Instituições: U-B-D-K-I-F-A-S-W-E-L-M-N-Z

(7.1.2.15.00-6) RENDAS DE ARRENDAMENTOS OPERACIONAIS - RECURSOS INTERNOS

Função: Registrar as rendas de arrendamento mercantil operacional realizado com recursos internos.

Instituições: U-B-D-K-I-F-A-S-W-E-L-M-N-Z

(7.1.2.20.00-8) RENDAS DE ARRENDAMENTOS FINANCEIROS - RECURSOS EXTERNOS

Função: Registrar as rendas de arrendamento mercantil financeiro realizado com recursos externos.

Instituições: U-B-D-K-I-F-A-S-W-E-L-M-N-Z

(7.1.2.25.00-3) RENDAS DE ARRENDAMENTOS OPERACIONAIS - RECURSOS EXTERNOS

Função: Registrar as rendas de arrendamento mercantil operacional realizado com recursos externos

Instituições: U-B-D-K-I-F-A-S-W-E-L-M-N-Z

(7.1.2.60.00-6) LUCROS NA ALIENAÇÃO DE BENS ARRENDADOS

Função: Registrar os lucros apurados na venda do valor residual de bens arrendados, que constituam receita efetiva da instituição, no período.

Instituições: U-B-D-K-I-F-A-S-W-E-L-M-N-Z

Rendas de Câmbio

(7.1.3.10.00-4) RENDAS DE OPERAÇÕES DE CÂMBIO

Função: Registrar as rendas decorrentes de operações de câmbio (taxas livres), que constituam receita efetiva da instituição, no período.

Exemplos de desdobramentos de uso interno que se ajustam à função desta conta:

- De ACC
- De ACE
- De Cobrança sobre o Exterior
- De Créditos de Exportação
- Bonificações sobre Vendas de Câmbio de Importação
- De Cobranças do Exterior
- De Créditos de Importação
- De Financiamentos a Importação
- Comissões sobre Transferências
- Bonificações em Operações Interbancárias
- De Prorrogação sobre Contratos de Câmbio

Instituições: U-B-I-F-C-T-L-M-N-Z

(7.1.3.30.00-8) RENDAS DE VARIAÇÕES E DIFERENÇAS DE TAXAS

Função: Registrar o valor das variações e diferenças de taxas entre compras e vendas apuradas em operações de câmbio (taxas livres).

Instituições: U-B-I-F-C-T-L-M-N-Z

(7.1.3.70.00-6) RENDAS DE DISPONIBILIDADES EM MOEDAS ESTRANGEIRAS

Função: Registrar o valor das rendas decorrentes da variação da taxa de câmbio, em consequência da manutenção de disponibilidades em moedas estrangeiras.

Instituições: U-B-I-F-C-T-O-L-M-N-Z

Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

(7.1.4.10.00-7) RENDAS DE APLICAÇÕES EM OPERAÇÕES COMPROMISSADAS

Função: Registrar as rendas de aplicações em operações compromissadas, que constituam receita efetiva da instituição, no período.

Instituições: U-B-D-K-I-F-J-A-C-T-S-W-E-R-O-L-M-N-H-Z

(7.1.4.20.00-4) RENDAS DE APLICAÇÕES EM DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS

Função: Registrar as rendas de depósitos interfinanceiros, que constituam receita efetiva da instituição, no período.

Instituições: U-B-D-I-F-A-C-T-S-W-E-R-L-M-N-Z

Rendas com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

(7.1.5.10.00-0) RENDAS DE TÍTULOS DE RENDA FIXA

Função: Registrar as rendas de títulos de renda fixa, que constituam receita efetiva da instituição, no período.

Esta conta requer os seguintes subtítulos de uso interno:

- Letras do Banco Central
- Letras do Tesouro Nacional
- Obrigações do Tesouro Nacional
- Títulos Estaduais e Municipais
- Certificados de Depósito Bancário
- Letras de Câmbio
- Letras Hipotecárias
- Letras Imobiliárias
- Debêntures
- Obrigações da Eletrobrás
- Títulos da Dívida Agrária
- Cédulas Hipotecárias
- Cotas de Fundos de Renda Fixa
- Outros

Instituições: U-B-D-K-I-F-J-A-C-T-S-W-E-R-O-L-M-N-H-Z

(7.1.5.15.00-5) RENDAS DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS NO EXTERIOR

Função: Registrar as rendas de aplicações em títulos e valores mobiliários, no exterior.

Instituições: U-B-I-O-L-Z

(7.1.5.20.00-7) RENDAS DE TÍTULOS DE RENDA VARIÁVEL

Função: Registrar as rendas de títulos de renda variável, que constituam receita efetiva da instituição, no período.

Esta conta requer os seguintes subtítulos de uso interno:

- Ações de Companhias Abertas
- Ações de Companhias Fechadas
- Cotas de Fundos de Renda Variável
- Outros

Instituições: U-B-D-K-I-F-J-A-C-T-S-W-E-R-O-L-M-N-H-Z

(7.1.5.30.00-4) RENDAS DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Função: Registrar as rendas de participações societárias mantidas pela instituição, pertencentes ao período em curso.

Instituições: U-B-D-K-L-N-Z

(7.1.5.40.00-1) RENDAS DE APLICAÇÕES EM FUNDOS DE INVESTIMENTO

Função: Registrar as rendas de fundos de investimento, que constituam receita efetiva da instituição, no período.

Exemplos de subtítulos de uso interno:

- Fundos de Aplicação Financeira
- Fundos Mútuos de Renda Fixa
- Outros

Instituições: U-B-D-K-I-F-J-A-C-T-S-W-E-R-O-L-M-N-H-Z

(7.1.5.50.00-8) RENDAS DE APLICAÇÕES NO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Função: Registrar as rendas do Fundo de Desenvolvimento Social, que constituam receita efetiva da instituição, no período.

Instituições: U-B-D-K-I-F-J-A-C-T-S-W-E-R-O-L-M-N-Z

(7.1.5.70.00-2) RENDAS DE APLICAÇÕES EM OURO

Função: Registrar os ajustes positivos nas aplicações temporárias em ouro, que constituam receita efetiva da instituição, no período.

Instituições: U-B-D-K-I-F-J-A-C-T-S-W-E-R-O-L-M-N-H-Z

(7.1.5.75.00-7) LUCROS COM TÍTULOS DE RENDA FIXA

Função: Registrar os lucros apurados na venda definitiva de títulos de renda fixa.

Instituições: U-B-D-K-I-F-J-A-C-T-S-W-E-R-O-L-M-N-H-Z

(7.1.5.80.00-9) RENDAS EM OPERAÇÕES COM DERIVATIVOS

Função: Registrar as rendas em operações com instrumentos financeiros derivativos de acordo com a modalidade, inclusive os ajustes positivos ao valor de mercado.

Instituições: U-B-D-K-I-F-J-A-C-T-S-W-E-R-O-L-M-N-H-Z

Rendas de Prestação de Serviços

(7.1.7.10.00-6) RENDAS DE ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS DE INVESTIMENTO

Função: Registrar as rendas de serviços de administração de fundos de investimento, que constituam receita efetiva da instituição, no período

Instituições: U-B-I-F-C-T-L-M-Z

(7.1.7.15.00-1) RENDAS DE ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS E PROGRAMAS

Função: Registrar as rendas de administração de fundos e programas, que constituam receita efetiva da instituição, no período.

Instituições: U-B-E-L-M-N-Z

(7.1.7.20.00-3) RENDAS DE ADMINISTRAÇÃO DE LOTERIAS

Função: Registrar as rendas de administração de loterias, que constituam receita efetiva da instituição, no período.

Instituições: U-E-L-M-Z

(7.1.7.25.00-8) RENDAS DE ADMINISTRAÇÃO DE SOCIEDADES DE INVESTIMENTO

Função: Registrar as rendas de serviços de administração de sociedades de investimento, que constituam receita efetiva da instituição, no período.

Instituições: U-I-C-T-L-Z

(7.1.7.40.00-7) RENDAS DE COBRANÇA

Função: Registrar as rendas de tarifas, portes e comissões por prestação de serviço de cobrança, que constituam receita efetiva da instituição, no período.

Instituições: U-B-C-T-E-R-L-M-Z

(7.1.7.45.00-2) RENDAS DE COMISSÕES DE COLOCAÇÃO DE TÍTULOS

Função: Registrar as rendas de tarifas e comissões pela prestação de serviços de colocação de títulos e valores mobiliários por conta e ordem de terceiros, que constituam receita efetiva da instituição, no período.

Instituições: U-I-C-T-L-Z

(7.1.7.60.00-1) RENDAS DE CORRETAGENS DE OPERAÇÕES EM BOLSAS

Função: Registrar as rendas de serviços prestados na intermediação de operações em bolsas, que constituam receita efetiva da instituição, no período.

Instituições: U-I-C-T-L-Z

(7.1.7.70.00-8) RENDAS DE SERVIÇOS DE CUSTÓDIA

Função: Registrar as rendas de serviços de custódia, que constituam receita efetiva da instituição, no período.

Instituições: U-B-I-F-C-T-E-R-L-M-Z

(7.1.7.80.00-5) RENDAS DE SERVIÇOS PRESTADOS A LIGADAS

Função: Registrar as rendas de serviços prestados a sociedades ligadas, que constituam receita efetiva da instituição, no período.

Instituições: U-B-D-K-I-F-A-C-T-S-W-E-L-M-N-Z

(7.1.7.90.00-2) RENDAS DE TRANSFERÊNCIA DE FUNDOS

Função: Registrar as rendas de tarifas, portes e comissões auferidas no período, pela prestação de serviços de ordens de pagamento, ordens de crédito e outras transferências de fundos, que constituam renda efetiva da instituição, no período.

Instituições: U-B-E-R-L-M-Z

(7.1.7.99.00-3) RENDAS DE OUTROS SERVIÇOS

Função: Registrar as rendas de tarifas, portes e comissões auferidas pela instituição, pela prestação de serviços diversos, para cuja escrituração não exista conta adequada, que constituam receita efetiva no período.

Esta conta requer os seguintes subtítulos de uso interno:

- Fornecimento de Segundas Vias de Documentos e Avisos de Lançamentos
- Fornecimento de Extratos e Talonários
- Comissões de Operações da Política de Garantia de Preços Mínimos - EGF
- Saneamento do Meio Circulante
- Agente Fiduciário
- Emissão de Cheques-Salário
- Sustação de Pagamento de Cheques
- Emissão e Renovação de Cartões Magnéticos
- Consulta em Terminais Eletrônicos
- Aluguel de Cofres
- Elaboração e Atualização de Ficha-Cadastral
- Pagamentos e Recebimentos por Conta de Terceiros

Instituições: U-B-D-K-I-F-J-A-C-T-S-W-E-R-L-M-N-H-Z

Rendas de Participações

(7.1.8.10.00-9) RENDAS DE AJUSTES EM INVESTIMENTOS NO EXTERIOR

Função: Registrar o aumento do valor dos investimentos em dependências no exterior decorrente de lucros ou ganhos efetivos.

Instituições: U-B-D-K-I-F-A-C-T-S-W-E-L-M-N-H-Z

(7.1.8.20.00-6) RENDAS DE AJUSTES EM INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E CONTROLADAS

Função: Registrar o aumento do valor do investimento decorrente de lucros ou ganhos efetivos, inclusive decorrente de incentivos fiscais, apurado em sociedade coligada ou controlada.

Os ganhos por variação na porcentagem de participação em coligadas e controladas não se registram nesta conta, por haver título próprio para eles

Instituições: U-B-K-I-F-A-C-T-S-W-E-R-L-M-N-H-Z

Fonte: Banco Central do Brasil (2007c).

ANEXO D – Resultados do índice *T* de TheilTabela 13 – Brasil: índice *T* de Theil máximo para o mercado bancário (subdividido), 2001 a 2007

Conta/Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
<i>Crédito</i>	4,883	4,787	4,736	4,663	4,615	4,595	4,564
<i>Leasing</i>	3,135	2,944	2,996	2,944	2,996	3,296	3,434
<i>Câmbio</i>	4,691	4,595	4,522	4,382	4,407	4,357	4,304
<i>Tesouraria</i>	5,226	5,136	5,094	5,056	5,056	5,037	5,024
<i>Serviços</i>	5,030	4,977	4,920	4,927	4,875	4,920	4,890
<i>Participações</i>	4,754	4,718	4,673	4,605	4,585	4,605	4,554

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota: Valores do índice *T* de Theil estão em *nits* (*natural units*).

Tabela 14 – Brasil: índice *T* de Theil para o mercado de crédito (subdividido), 2001 a 2007

Conta/Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
<i>Adiantamentos</i>	1,784	1,669	1,713	1,832	1,850	1,910	2,061
<i>Consumo</i>	0,920	0,884	0,893	0,974	1,130	0,972	1,409
<i>Rural</i>	2,035	1,838	2,172	1,926	1,917	1,848	1,875
<i>Imobiliário</i>	1,690	1,704	1,797	1,855	1,902	1,954	1,879
<i>Tesouraria</i>	1,871	1,841	1,884	1,789	1,761	1,787	1,816
<i>Externo</i>	2,151	1,232	1,069	0,791	1,110	1,305	1,042
<i>Gov. federal</i>	0,115	0,201	0,150	0,125	0,133	0,119	0,431
<i>Infraestrutura</i>	0,909	1,496	0,915	0,845	1,057	1,322	1,417

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota: Valores do índice *T* de Theil estão em *nits* (*natural units*).

Tabela 15 – Brasil: índice T de Theil máximo para o mercado de crédito (subdividido), 2001 a 2007

Conta/Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
<i>Adiantamentos</i>	4,595	4,511	4,466	4,419	4,344	4,290	4,304
<i>Consumo</i>	3,258	3,178	2,944	2,890	2,890	2,708	2,944
<i>Rural</i>	3,970	3,829	3,871	3,807	3,689	3,638	3,584
<i>Imobiliário</i>	3,784	3,638	3,526	3,434	3,367	3,296	3,219
<i>Tesouraria</i>	4,615	4,454	4,317	4,220	4,248	4,234	4,174
<i>Externo</i>	4,060	3,892	3,850	3,555	3,761	3,689	3,526
<i>Gov. federal</i>	1,099	1,099	1,099	1,099	1,099	1,099	1,386
<i>Infraestrutura</i>	1,946	1,946	1,946	1,946	1,946	1,946	1,946

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota: Valores do índice T de Theil estão em *nits* (*natural units*).

ANEXO E – Rendas e número de instituições financeiras do mercado bancário e de crédito, entre 2001 a 2007

Tabela 16 – Brasil: número de instituições financeiras do mercado bancário, dividido por contas, entre 2001 a 2007

Ano/Conta	Crédito	Leasing	Câmbio	Tesouraria	Serviços	Participações
2001	132	23	109	186	153	116
2002	120	19	99	170	145	112
2003	114	20	92	163	137	107
2004	106	19	80	157	138	100
2005	101	20	82	157	131	98
2006	99	27	78	154	137	100
2007	96	31	74	152	133	95
variação (%)	-27,27%	34,78%	-32,11%	-18,28%	-13,07%	-18,10%

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 17 – Brasil: rendas obtidas por cada conta do mercado bancário, 2001 a 2007 (valores constantes em R\$ 2007)

Ano/Conta	Crédito	Leasing	Câmbio	Tesouraria	Serviços	Participações
2001	13.786.259.917,76	675.684.232,64	49.423.519.265,85	187.032.384.745,15	17.095.683.273,24	13.094.202.558,28
2002	14.915.243.615,97	590.247.338,04	92.748.764.825,44	447.132.980.044,79	16.877.215.078,79	25.480.055.382,26
2003	9.654.062.654,57	353.021.828,68	17.724.422.807,31	171.893.415.000,14	16.317.983.162,21	16.310.523.480,67
2004	9.147.027.361,84	778.039.949,65	14.013.346.319,32	153.383.784.016,79	18.216.293.893,02	16.590.810.150,48
2005	10.419.332.379,90	1.082.785.513,22	22.003.694.129,79	176.980.888.700,73	19.678.802.810,27	12.492.818.677,19
2006	10.735.832.246,72	2.661.637.860,24	15.427.638.622,99	137.360.147.558,48	22.740.712.322,03	14.006.950.882,51
2007	11.105.281.951,17	10.327.850.499,00	52.918.224.559,63	210.692.533.435,81	25.525.469.732,04	18.142.882.099,50
total	79.763.040.127,95	16.469.267.221,47	264.259.610.530,34	1.484.476.133.501,89	136.452.160.271,59	116.118.243.230,90
variação (%)	-19,45%	1428,50%	7,07%	12,65%	49,31%	38,56%

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota: IGP-DI índice médio anual.

Tabela 18 – Brasil: número de instituições financeiras do mercado de crédito, dividido por contas, entre 2001 a 2007

Ano/Conta	Adiantamentos	Consumo	Rural/Agroind.	Imobiliário	Tesouraria	Exterior	Gov. Federal	Infraestrutura
2001	99	26	53	44	101	58	3	7
2002	91	24	46	38	86	49	3	7
2003	87	19	48	34	75	47	3	7
2004	83	18	45	31	68	35	3	7
2005	77	18	40	29	70	43	3	7
2006	73	15	38	27	69	40	3	7
2007	74	19	36	25	65	34	4	7
variação (%)	-25,25%	-26,92%	-32,08%	-43,18%	-35,64%	-41,38%	33,33%	0,00%

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 19 – Brasil: rendas obtidas por cada conta do mercado de crédito, 2001 a 2007 (valores constantes em R\$ 2007)

Ano/Conta	Adiantamentos	Consumo	Rural/Agroind.	Imobiliário	Tesouraria	Exterior	Gov. Federal	Infraestrutura
2001	876.738.619,34	294.021.891,06	2.444.728.723,44	2.790.529.389,65	3.461.398.245,90	3.658.738.710,02	127.568.672,30	132.535.666,05
2002	669.399.772,89	183.597.626,53	3.083.010.665,32	2.446.922.488,67	3.142.400.158,75	4.648.739.064,14	238.724.231,48	502.449.608,20
2003	559.311.294,44	138.008.203,40	3.032.175.390,30	2.228.899.613,94	2.997.920.033,36	443.366.976,19	97.425.397,38	156.955.745,57
2004	491.346.123,20	161.801.847,61	3.137.915.412,75	2.001.435.472,06	2.971.018.858,39	193.853.146,51	101.754.764,73	87.901.736,58
2005	556.101.814,60	271.368.234,40	3.240.755.496,15	2.155.897.573,35	3.442.588.136,60	517.908.137,18	79.226.241,45	155.486.746,19
2006	556.974.010,25	267.075.507,87	3.736.078.204,93	2.354.232.579,03	3.004.536.998,36	588.375.608,22	82.633.110,05	145.926.228,00
2007	515.748.222,66	188.806.604,67	4.258.627.355,85	2.457.896.154,78	2.799.766.922,89	623.696.515,61	97.880.579,01	162.859.595,70
total	4.225.619.857,38	1.504.679.915,53	22.933.291.248,75	16.435.813.271,48	21.819.629.354,26	10.674.678.157,87	825.212.996,40	1.344.115.326,28
variação (%)	-41,17%	-35,78%	74,20%	-11,92%	-19,11%	-82,95%	-23,27%	22,88%

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota: IGP-DI índice médio anual.